

RELATÓRIO

GESTÃO

20²³₂₅



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

COLEGIADO



Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima
Presidente

Des. Gilson Felix dos Santos
Vice-Presidente

Desa. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade
Corregedora-Geral



Des. Roberto Eugenio
da Fonseca Porto



Des. Cezário
Siqueira Neto



Desa. Iolanda
Santos Guimarães



Des. Diógenes Barreto



Desa. Ana Lúcia Freire
de Almeida dos Anjos



Des. Edivaldo
dos Santos



Des. Etélio de
Carvalho Prado Junior



Des. João Hora Neto



Desa. Simone
de Oliveira Fraga



Des. José
Pereira Neto



Desa. Maria
Angélica Franco





MISSÃO, VISÃO E ATRIBUTOS DE VALOR

Missão

Realizar Justiça

Visão

Poder Judiciário efetivo e ágil
na garantia dos direitos e que
contribua para a pacificação social
e o desenvolvimento do país

Atributos de Valor

Acessibilidade

Agilidade

Credibilidade

Eficiência

Ética

Imparcialidade

Inovação

Integridade

Segurança jurídica

Sustentabilidade

Transparência

Responsabilização

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No dia 1o de fevereiro de 2023, ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça, tanto em meu discurso de posse quanto em entrevista à imprensa, lembro-me de ter dito que minha gestão seria marcada pela praticidade, agilidade e eficácia. Pois bem, findo esses dois anos frente ao Poder Judiciário tenho a tranquilidade em dizer que tais metas foram atingidas.

Digo tranquilidade porque quem tiver a curiosidade de mergulhar neste relatório verá que a administração do TJSE no biênio 2023-2025 teve como principal compromisso oferecer aos sergipanos um Judiciário cada vez melhor e mais eficiente. Os números comprovam isso.

Muito me orgulha, por exemplo, informar que foram pagos mais de R\$ 1,2 bilhão em precatórios, marca nunca antes atingida na história do TJSE. Os mais de 12 mil credores beneficiados aguardavam ansiosos por esse pagamento, que acabou também contribuindo para movimentar a economia do Estado.

Ainda visando beneficiar os jurisdicionados, foram criadas



duas novas vagas para desembargadores; realizamos concurso para técnicos e analistas judiciários, convocando mais de 120 aprovados; regulamentada a Advocacia Dativa; abrimos edital de concurso para juiz substituto; instalamos as 1ª e 2ª Turmas Recursais e da Turma de Uniformização; criamos 21 novos cargos para assessores de juiz; entre outras ações que tiveram como propósito dar mais agilidade à prestação jurisdicional.

E falando em agilidade, uma outra prioridade da gestão foi atualizar nosso parque tecnológico. Para tanto, foram investidos quase R\$ 40 milhões na área da tecnologia, com a aquisição de 2 mil novos computadores e quase R\$ 3 milhões destinados somente para a ampliação de servidores de processamento, armazenamento e memória de dados. A internet das unidades do interior do Estado também ficou mais rápida, já que aumentamos a capacidade dos links de dados.

E claro, não poderíamos deixar de valorizar quem fez e faz isso tudo acontecer, que são os servidores. Nos dois anos da gestão, o reajuste remuneratório foi de 6%, ficando acima da inflação no período; mesmo índice aplicado para os Auxílios-Saúde e Alimentação. Foram feitos quatro pagamentos de licença-prêmio; majoramos o Auxílio-Educação e o percentual dos interníveis; criamos uma faixa especial do Auxílio-Saúde para magistrados e servidores inativos; ampliamos a Bolsa-Estudo, permitindo o benefício para graduados em nível superior; entre outras ações que foram tantas vezes elogiadas pelo Sindijus.

Enfim, ao tomar posse disse que só passaria pela Presidência uma única vez. E nessa única vez, procuraria fazer o bem. Foi com esse pensamento e, acima de tudo, com atitudes que, ao longo desses dois anos, conduzi o Poder Judiciário de Sergipe. Dessa forma, deixo o cargo feliz e transmito para a próxima gestão a casa organizada e com as contas em dia.

Desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima
Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe



GESTÃO EM NÚMEROS E AÇÕES 2023-2025



VALORIZAÇÃO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS

Reajuste anual salário-base
(6%, ficando acima da inflação no período)

Reajuste dos Auxílios-Saúde e Alimentação
(6% em todas as faixas)

4x Licença-Prêmio em pecúnia

Majoração do Bônus de Desempenho

Majoração e melhorias no
Auxílio Educação Infantil

Criação de faixa especial do Auxílio-Saúde
para magistrados e servidores inativos

Majoração e melhorias
no Auxílio Educação Infantil

Majoração do Auxílio-Transporte
executores/oficiais de Justiça

Criação do Portal dos Aposentados

Majoração e criação de faixa para
graduados do Adicional de Qualificação

Ampliação do Auxílio Bolsa-Estudo

Estabelecimento de calendário de
pagamentos



DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Cerca de R\$ 3,3 milhões pagos na Premiação dos Servidores

Pesquisa de Satisfação revelou mais de 80% de aprovação com os serviços do TJSE

Mais de 92% dos macrodesafios da Justiça Estadual alcançados em 2024

Selo Prata: 144 dos 174 pontos possíveis no Prêmio CNJ de Qualidade de 2024 (83% da pontuação total)

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Renovação da frota com 13 veículos adquiridos

Portarias Normativas para redução no consumo de copos descartáveis, água e energia

Saldo de R\$ 145 mil no contrato de compra de bilhetes aéreos

Criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance

Recriação da Diretoria de Inovação e Modernização Judiciária

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Convocados mais de 120 servidores aprovados no concurso de 2023 (técnicos e analistas judiciários)

Dois concursos de remoção, com 299 servidores removidos

256 novos estagiários de nível superior

158 novos estagiários de nível médio

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

68.471 atos realizados

Lançados mais de 9.445 movimentos em processos administrativos

Construção normativa de 36 Resoluções e 13 Portarias

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

75 jovens participaram do Programa Jovem Aprendiz

99,51% de crianças e adolescentes acolhidos com reavaliação da medida protetiva dentro do prazo

98,91% das crianças e adolescentes acolhidos com CPF

Projeto de Formação de Estudantes Monitores em Educação Cidadã

COORDENADORIA DA MULHER

49 Crams/Creams em funcionamento, atendendo a 49 municípios

Premiação do Selo Amigo da Mulher

08 convênios celebrados para atendimento a mulheres vítimas de violência

Realização do Projeto Matemática do Amor em quase 20 escolas da capital e interior

CONSULTORIA-GERAL

Redução de 80% na tramitação de processos da Consultoria de Processos Judiciais

3.392 pareceres e/ou decisões na Consultoria de Processos Administrativos

Cerca de 200 processos digitalizados semanalmente

CENTRAL DE MANDADOS DO 2º GRAU

9.172 mandados distribuídos

Média de 80% de mandados cumpridos/
atingidos dentro do prazo legal

COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

17.897 perícias

4 mutirões com 130 processos concluídos

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

1.354 notícias publicadas
no Portal do TJSE

2.220 stories no Instagram

84 edições inéditas do
Programa Sergipe Justiça

696 eventos fotografados

480 atendimentos à imprensa

15 vídeos institucionais produzidos

CONSULTORIA DE PROCESSOS JUDICIAIS

4.189 processos em fevereiro de 2023 para
796 processos em outubro de 2024, uma
redução de 81%

SECRETARIA JUDICIÁRIA

54 remoções de magistrados
na entrância final

18 remoções de magistrados na
entrância inicial

20 promoções de juízes

14 titularizações de magistrados

DEPARTAMENTO DE AUDITORIA INTERNA

Atualização do Manual
de Auditoria Interna do TJSE

Elaboração dos planos
anuais de auditoria

Conferência e envio ao TCE/SE
dos Relatórios de Gestão
Fiscal e Controle Interno

Ações coordenadas de
Auditoria com o CNJ

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

10.573 acordos processuais nos Cejuscs

5.892 acordos pré-processuais nos Cejuscs

213 pessoas capacitadas no Módulo
Teórico do curso de Conciliação e Mediação
Judicial 13 mutirões

9 cursos de capacitação

CENTRAL DE PLANTÃO JUDICIÁRIO

6.619 audiências de custódia

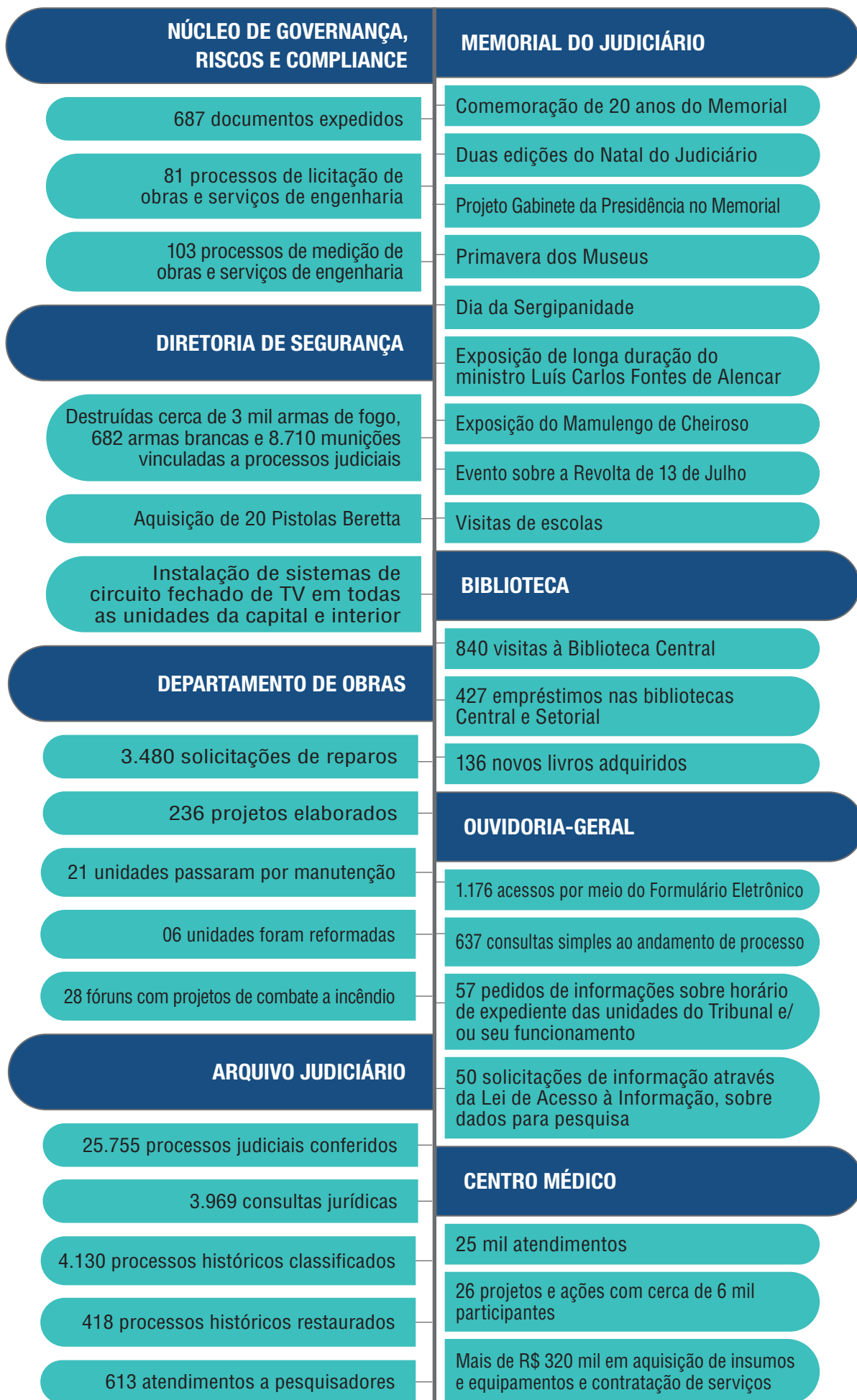
10.442 processos distribuídos

2.611 documentos gerados no SEI

NÚCLEO PERMANENTE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

722 sessões restaurativas

117 pessoas formadas em facilitadores
restaurativos



GOVERNO DE SERGIPE

O presidente do TJSE assumiu o governo de Sergipe, entre os dias 29 de agosto e 05 de setembro de 2023, em função da ausência do governador Fábio Mitidieri, do vice Zezinho Sobral e do presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), deputado estadual Jeferson Andrade, que viajaram para os Estados Unidos.

Na ocasião, o desembargador Ricardo Múcio realizou as seguintes ações:

- Sancionou lei criando duas vagas para desembargadores do TJSE
- Inaugurou a reestruturação da Rodovia Desembargador Aloísio de Abreu Lima, em Capela
- Entregou a 4ª Companhia do Batalhão de Polícia de Ações Táticas do Interior, em Capela
- Abriu a Semana da Pátria em Sergipe



sumário

PRESIDÊNCIA

15

ASSESSORIA ESPECIAL
DA PRESIDÊNCIA

21

DEPARTAMENTO
DE PRECATÓRIOS

25

COORDENADORIA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

30

COORDENADORIA
DA MULHER

34

DIRETORIA DE
COMUNICAÇÃO

36

CONSULTORIA-GERAL

44

NUPEMEC

48

NUPEJURE

50

BIBLIOTECA

53

MEMORIAL DO
PODER JUDICIÁRIO



SECRETARIA JUDICIÁRIA

(SEJUD) - 58

59

ARQUIVO GERAL
DO JUDICIÁRIO

62

COORDENADORIA DE
PERÍCIAS JUDICIAIS

66

DIRETORIA DE INOVAÇÃO
E MODERNIZAÇÃO
JUDICIÁRIA

68

CENTRAL DE
MANDADOS 2º GRAU

69

CENTRAL DE
PLANTÃO JUDICIÁRIO

**SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO**
(SEPLAD)

70

DIRETORIA DE
PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO

76

DIRETORIA DE
ADMINISTRAÇÃO

78

DIRETORIA DE
GESTÃO DE PESSOAS

82

CENTRO MÉDICO

87

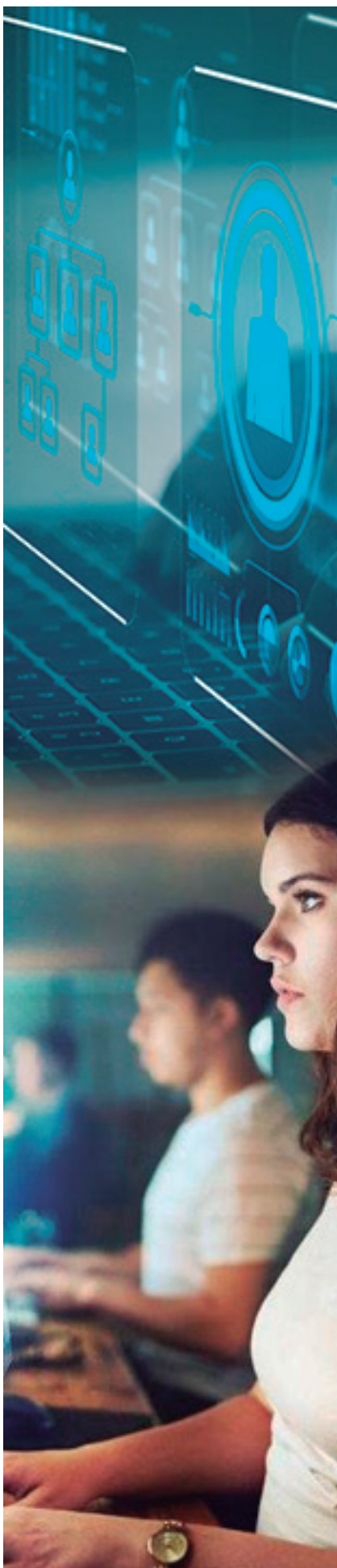
DIRETORIA DE SEGURANÇA

89

DEPARTAMENTO DE OBRAS

91

NÚCLEO DE GOVERNANÇA,
RISCOS E COMPLIANCE



**SECRETARIA
DE FINANÇAS
E ORÇAMENTO**
(SEFINOR) - 93

**SECRETARIA DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO**
(SETECI) - 98

**DEPARTAMENTO
DE AUDITORIA
INTERNA** - 102

OUVIDORIA - 104

**FICHA
TÉCNICA** - 106

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Especial da Presidência é órgão de assessoramento direto da Presidência do Tribunal, composto por dois juízes de direito e equipe própria. Tem como atribuições servir como elo entre os magistrados e a Presidência; proferir despachos de mero expediente e outros sem cunho decisório relevante, bem como assinar mandados, ofícios, alvarás e outros documentos extraídos de processos da competência do Presidente do TJSE; entre outras.

Na gestão
2023-2025, foram

68.471

atos realizados
na unidade ASSESP e lançados
mais de

9.445

movimentos em processos
administrativos referentes às
atribuições institucionais dessa
assessoria.

Juízes Auxiliares



Dauquíria de Melo Ferreira



Gustavo Plech

Estudos e consequente construção normativa

ITEM	DESCRIÇÃO
Emenda Regimental nº 07/2023 – Tri-média adotada no RITJSE	Elaboração da 1ª versão da Emenda Regimental que altera a Resolução 01, de 11 de janeiro de 2023 – Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (RITJSE), para dispor sobre as regras para a formação da lista tríplice, tanto no plano vertical quanto no plano horizontal na carreira da magistratura, para dispor que <i>“no acesso pelo critério de merecimento, será formada lista tríplice a partir dos votos da maioria absoluta dos membros do Tribunal, observadas as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça”</i> .
Emenda Regimental nº 06/2023 – Prazos para o Quinto Constitucional	Estabelecimento de diretrizes para a escolha do desembargador representante do quinto constitucional para a composição do Tribunal de Justiça.
Resolução TJSE nº 10/2023	Criação de cargos de Analista Judiciário com especialidade em ESTATÍSTICA e ARQUIVOLOGIA.
Resolução TJSE nº 16/2023	Aumento do valor pago a título de indenização de Transporte aos Oficiais de Justiça, Avaliadores Judiciais e servidores designados para as atividades externas de avaliação e execução de mandados.
Resolução TJSE nº 18/2023	Projeto de lei para criação de 6 vagas de assessor de magistrado e estruturação das funções da Central de Processamento Eletrônico.
Resolução TJSE nº 25/2023	Projeto de lei para adequar o Código de Organização Judiciária ao cancelamento do Tema 964 da Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal.
Resolução TJSE nº 26/2023	Regulamentação do credenciamento, a designação, a atuação e o desligamento de advogados dativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 28/2023	Autoriza a abertura de Concurso Público e constitui a Comissão de Concurso para ingresso no cargo de Juiz Substituto do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 29/2023	Ampliação da quantidade de Desembargadores do Tribunal.
Resolução TJSE nº 33/2023	Regulamentação da Resolução nº 510, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para instituir a Comissão Regional de Soluções Fundiárias e as diretrizes para a realização de visitas técnicas e protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse.
Resolução TJSE nº 34/2023	Projeto de Lei que visa acrescentar o § 3º ao art. 4º, da Lei Estadual nº 8.461, de 06 de setembro de 2018, para permitir a antecipação do pagamento do Bônus de Desempenho do Poder Judiciário (BDPJ) aos servidores ainda no ano da publicação dos resultados do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) e da premiação do CNJ.
Resolução TJSE nº 35/2023	Projeto de Lei que modifica o Anexo II da Lei Complementar Estadual nº 193, de 22 de novembro de 2010, para majorar a progressão funcional nos cargos de Agente de Serviço Judiciário, Técnico Judiciário e Analista Judiciário, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 36/2023	Projeto de Lei que cria cargos de Assessores de Magistrado I, símbolo CCS-1M, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 37/2023	Projeto de Lei que modifica a estrutura das funções de confiança de natureza especial dos Diretores de Secretaria do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, altera a Lei Estadual nº 9.186, de 19 de abril de 2023 e a Lei Estadual nº 8.984, de 24 de fevereiro de 2022.

ITEM	DESCRIÇÃO
Resolução TJSE nº 38/2023	Projeto de Lei que modifica a Lei Estadual nº 6.415, de 02 de maio de 2008, para estabelecer valores distintos entre magistrados e servidores ativos e inativos na percepção do auxílio na assistência à saúde.
Resolução TJSE nº 40/2023	Projeto de Lei que modifica a Lei Estadual nº 6.415, de 02 de maio de 2008, para estabelecer valores distintos entre magistrados e servidores ativos e inativos na percepção do auxílio na assistência à saúde.
Resolução TJSE nº 01/2024	Altera especialidade dos cargos vagos de Analista Judiciário do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 02/2024	Modifica proposta para alterar a Resolução nº 16, de 28 de fevereiro de 2007, a fim de permitir a prorrogação de prazo limite para expedição dos atos de remoção.
Resolução TJSE nº 04/2024	Alteração da Resolução nº 27, de 14 de outubro de 2015, que regulamenta o Plantão Judiciário no Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 05/2024	Projeto de Lei que cria a 2ª Vara Criminal da Comarca de Lagarto; modifica a competência das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 9ª Varas Criminais da Comarca de Aracaju, e das 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais da Comarca de Nossa Senhora do Socorro; altera a Divisão Judiciária do Estado e Anexos da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe).
Resolução TJSE nº 08/2024	Projeto de Lei que transforma cargos em comissão e funções de confiança do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, altera a Lei Estadual nº 6.124, de 21 de março de 2007.
Resolução TJSE nº 09/2024	Projeto de Lei que cria a 3ª Vara da Comarca de Barra dos Coqueiros, altera a Divisão Judiciária do Estado e Anexos da Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe).
Resolução TJSE nº 13/2024	Alteração na Resolução nº 15, de 15 de junho de 2011, que fixa o valor financeiro da Indenização de Transporte concedida aos servidores designados para as atividades externas de avaliação e de execução de mandados, para promover a devida atualização monetária.
Resolução TJSE nº 15/2024	Ações voltadas à aposentadoria de magistrados(as) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 18/2024	Projeto de Lei que altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, prevista na Lei Estadual nº 6.124, de 21 de março de 2007, para vincular a Dimoj à Sejud.
Resolução TJSE nº 19/2024	Modificação da Lei nº 7.518, de 26 de dezembro de 2012, que institui a Gratificação de Estímulo à Interiorização – GEI para servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 20/2024	Projeto de Lei que altera o percentual para pagamento do Bônus de Desempenho do Poder Judiciário (BDPJ) aos servidores, e dá outras providências.
Resolução TJSE nº 23/2024	Alteração na Resolução nº 27, de 14 de outubro de 2015, para estabelecer novo prazo prescricional (5 anos) para o gozo de folgas compensatórias no exercício do Plantão Judiciário.
Resolução TJSE nº 24/2024	Modificação na Resolução nº 28, de 04 de novembro de 2022, que dispõe sobre uniformização de procedimentos das Turmas Recursais; institui a Turma de Uniformização das Turmas Recursais; dispõe sobre o Conselho de Coordenação do Sistema dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais, e dá outras providências, para retirar regra que suspende a distribuição durante o afastamento dos membros titulares.

ITEM	DESCRIÇÃO
Resolução TJSE nº 25/2024	Projeto de Lei Complementar que se propõe a modificar a Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), para modificar o artigo 39, modificando precisamente a redação do seu parágrafo primeiro e revogando o seu parágrafo terceiro, para permitir a remoção da remoção.
Resolução TJSE nº 26/2024	Alteração na Resolução nº 11/2012 para subordinar o núcleo especial da 6ª Vara Criminal ao magistrado da respectiva unidade jurisdicional.
Resolução TJSE nº 27/2024	Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.737, de 28 de outubro de 2009, para corrigir os valores pagos aos servidores requisitados pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Resolução TJSE nº 30/2024	Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 6.418, de 26 de maio de 2008, para modificar o regime do adicional de qualificação para Servidores de Carreira do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Resolução TJSE nº 34/2024	Projeto de Lei que transforma as funções de confiança deste Poder Judiciário para atender a melhoria da prestação jurisdicional no âmbito das Turmas Recursais e da Central de Plantão Judiciário.
Resolução TJSE nº 35/2024	Alteração em dispositivo da Resolução nº 16, de 30 de setembro de 2009, que dispõe sobre os Núcleos de Serviço Social e Psicologia do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 36/2024	Projeto de Lei para considerar como não cumulativos os requisitos para a concessão do Bônus de Desempenho do Poder Judiciário (BDPJ) aos servidores, instituído pela Lei nº 8.461, de 06 de setembro de 2018.
Resolução TJSE nº 38/2024	Alteração na Resolução TJSE nº 06, de 9 de março de 2016, que instituiu Adicional de Qualificação para Servidores de Carreira do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Resolução TJSE nº 39/2024	Alteração na Resolução 20, de 10 de dezembro de 2020, que regulamenta condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) pessoas com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes que possuam a mesma condição, para ajustar às alterações aos termos da Resolução CNJ nº 343, de 9 de setembro de 2020, promover a maior participação da Corregedoria-Geral da Justiça e da Comissão de Gestão do Teletrabalho, e dá outras providências.
Portaria nº 50/2024	Regulamenta a Lei Estadual nº 8.984, de 24 de fevereiro de 2022, para dispor sobre a instalação e da Direção, das Divisões e de coordenadoria especializada na Central de Processamento Eletrônico (CPE) do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências.
Portaria Conjunta TJSE nº 28/2023 GP1	Regulamenta a Resolução nº 28, de 26 de outubro de 2022, para efetivar a instalação das 1ª e 2ª Turmas Recursais, e a Turma de Uniformização, instituídas pela Lei Complementar Estadual nº 362, de 30 de março de 2022, e dá outras providências.
Portaria Conjunta TJSE nº 33/2023 GP1	Elaboração do ato normativo para dispor sobre o procedimento de cadastramento de acesso ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP INFOSEG.
Portaria Conjunta TJSE nº 25/2023 GP1	O TJSE instituiu a Comissão de Conflitos Fundiários, para cumprir os ditames da Resolução nº 510, de 26 de junho de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o mesmo objetivo: cumprir comando do Supremo Tribunal Federal, na Quarta Tutela Provisória Incidental da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828/Distrito Federal, quanto a instalação de Comissões de Conflitos Fundiários pelos Tribunais de Justiça.

ITEM	DESCRIÇÃO
Portarias TJSE nº 52 e 81/2023; e 65 e 95/2024 GP1 - Licença-Prêmio – Conversão em Pecúnia	Foram elaboradas as portarias referidas para conversão de licença-prêmio em pecúnia.
Portaria TJSE nº 50/2023 GP1	Regulamenta a publicação das pautas nas sessões ordinárias e extraordinárias, assim como os casos de sustentação oral por videoconferência, no âmbito das sessões de julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Portaria TJSE nº 08/2024 GP1	Instituição e estabelecimento das atribuições da Comissão de Heteroidentificação e da Comissão Recursal de Heteroidentificação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Portaria TJSE nº 14/2024 GP1	Elaboração de ato que dispõe sobre os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução nº 26, de 26 de julho de 2023, que dispõe sobre a advocacia dativa.
Portaria TJSE nº 31/2024 GP1	Instituição do Projeto “Movimento de Solidariedade ao Estado do Rio Grande do Sul”, para estimular a arrecadação de bens destinados a doação frente à calamidade pública pelos eventos climáticos de chuvas intensas.
Portarias TJSE nº 35, 43, 44/2024	Regulamentação a Resolução CNJ nº 547, de 22 de fevereiro de 2024, para dispor sobre procedimentos, iniciativas e estratégias para racionalizar e aprimorar o fluxo de execuções fiscais promovidas pela Procuradoria do Município de Nossa Senhora do Socorro em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
Portaria TJSE nº 50/2024	Regulamentação da Lei Estadual nº 8.984, de 24 de fevereiro de 2022, para dispor sobre a instalação e da Direção, das Divisões e de coordenadoria especializada na Central de Processamento Eletrônico (CPE) do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
Portaria TJSE nº 61/2024	Altera a Portaria TJSE nº 08/2024 GP1 (Comissão de Heteroidentificação), para estabelecer novos ajustes diante da vigência da resolução CNJ nº 541/CNJ.
Portaria TJSE nº 72/2024	Regulamentação da Resolução TJSE nº 10, de 13 de abril de 2022, para estabelecer o termo inicial de vigência do ato normativo para a utilização do Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), e dá outras providências.

Ações e demais atividades do setor

ITEM	DESCRIÇÃO
Portal da Transparência - TCE	Trabalho conjunto entre Assesp, DAI e Diplad para fazer cumprir a política de transparência das ações e demais informações no portal TJSE.
CNJ - Acompanhamento de PCAs e demais procedimentos	Acompanhamento de procedimentos de Controle Administrativo do Conselho Nacional de Justiça (PCA/CNJ) e demais procedimentos, a exemplo de pedidos de providências (PP/CNJ).
Prêmio CNJ de Qualidade	Efetiva e direta atuação da Assesp, juntamente com a Diplad, no acompanhamento, controle, impugnações e determinação de cumprimento junto aos setores, das metas impostas pelo Prêmio CNJ de Qualidade, inclusive com construção de ferramenta de acompanhamento.
Pleitos da OAB/SE	Instituição de salas da OAB em Fóruns, Indisponibilidade do processo eletrônico, estacionamento, pleitos concernentes à advocacia dativa, sistema push com o sigilo processual, sala de amamentação, etc., foram objeto de análise pela Assesp.

ITEM	DESCRIÇÃO
Plano de Sustentabilidade - Portaria TJSE nº 39/2023 GP1	Abordagem, com a DIRAD, acerca da redução de custos com o consumo de água e materiais descartáveis (copos, guardanapos e papel A4), que foram abordados pelas Portarias TJSE nº 39/2023 GP1 e 43/2023 GP1.
Constituição do COJURI - Portaria TJSE nº 297/2023 GP2	Por meio da Portaria TJSE nº 297/2023 GP2, foi constituído o Comitê de Organização Judiciária e Regimento Interno, com análise do ato normativo pela Assesp.
Assesp e GMF	Análise conjunta de diversos projetos, dentre eles a política antimanicomial, a implantação do Juiz das Garantias etc.
Concurso Público para Servidores - Cargos e Quantitativo	Análise conjunta com setores estratégicos dos cargos e do seu correspondente quantitativo para a elaboração do Edital de Concurso Público para servidores, priorizando as necessidades das unidades jurisdicionais.
Gratificação de desempenho da CPE	Regulamentada a Lei Estadual nº 8.984, de 24 de fevereiro de 2022, para o fim de implementar a gratificação por desempenho aos servidores efetivos, e o procedimento de desligamento do servidor da CPE.
Teletrabalho - Res 343/CNJ - Modificações na Res. 20/2020	Assentamento de que o Teletrabalho sob condições especiais não é um direito subjetivo do pleiteante, além do que foram elaboradas modificações na Res. 20/2020 para incluir a dispensa anual da prova do TEA e da pessoa com deficiência atestada.
Assesp e Nupemec/Nupejure	Atuação contínua da Assesp nas deliberações do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e do Núcleo Permanente da Justiça Restaurativa (Nupejure).
Segurança da Informação	Atuação efetiva na crise enfrentada pelo TJSE em fraudes nos alvarás judiciais, assim como na colaboração da segurança dos dados com políticas mais fortes nos acessos aos sistemas informatizados. Das providências, foram restritas ainda o acesso externo de servidores, autenticação dos alvarás em 2 fatores etc.
Total de movimentações no SEI	68.471 atos realizados na unidade ASSESP

DEPARTAMENTO DE PRECATÓRIOS

O Departamento de Precatórios (Deprec) é responsável pelo processamento e pagamento dos precatórios estaduais das Fazendas Públicas estadual e municipal, bem como dos demais entes das administrações públicas indiretas da União, do Estado de Sergipe e respectivos municípios. Responsável também pela gestão do regime especial de pagamento dos precatórios, com o controle dos aportes mensais dos entes devedores, bem como a elaboração de cálculos, controle financeiro, elaboração de informações e pareceres relativos ao acompanhamento de precatórios.

Com o irrestrito apoio da Presidência e a dedicação de toda a equipe que compõe o Deprec, foi pago o montante de **R\$ 1.032.654.425,49** a 12.183 credores/beneficiários (valores computados em 31/10/2024). Uma marca histórica no Tribunal de Justiça de Sergipe e, principalmente, uma marca social na vida das pessoas que receberam os seus créditos.



Pagamento de Precatórios

Os processos para pagamentos de precatórios, via de regra, são processos estáticos, não havendo movimentação processual necessária até que ocorra o momento cronológico de seu pagamento, mediante a existência de recursos para tanto. O Deprec colocou como um dos eixos de trabalho o avanço na cronologia dos entes devedores. A meta estabelecida era a maior utilização dos saldos já disponíveis para pagamento dos precatórios. Assim, avançou-se na cronologia, como, por exemplo, Aracaju (de 2012 até 2015) e Lagarto (de 2013 até 2019).

AVANÇO NA CRONOLOGIA			
Ente devedor	Ano partida/ chegada	Ente devedor	Ano partida/ chegada
Aracaju	2012 – 2015	N. Sra. Aparecida	2012 – 2022
Araúá	2018 – 2019	N. Sra. das dores	2009 – 2015
Areia branca	2014 – 2023	N. Sra. da glória	2016 – 2019
Barra dos coqueiros	2012 – 2013	N. Sra. do Socorro	2015 – 2021
Boquim	2018 – 2023	Poço Verde	2010 – 2018
Canindé de São Francisco	2012 – 2013	Propriá	2014 – 2022
Carira	2013 – 2017	Riachuelo	2013 – 2020
Cedro de São João	2014 – 2019	Rosário do Catete	2016 – 2021
Estado de Sergipe	2008 – 2010	Santana do São Francisco	2014 – 2019
Estância	2013 – 2020	São Cristóvão	2013 – 2020
Feira Nova	2013 – 2020	Siriri	2015 – 2022
Itaporanga D'ajuda	2013 – 2020	Simão Dias	2017 – 2021
Japoatã	2017 – 2021	Telha	2017 – 2019
Lagarto	2013 – 2019	Tobias Barreto	2015 – 2021
Neópolis	2017 – 2021	Umbaúba	2017 – 2020

Quanto ao Estado de Sergipe, além do avanço na cronologia, de 2008 a 2010, houve a utilização integral do saldo existente em conta, aguardando o Deprec novos aportes mensais para dar sequência aos pagamentos dos precatórios.

A Constituição prevê ainda mais duas formas de pagamento, quais sejam: acordo direto e pagamento de parcela superpreferencial.

A antecipação do crédito, com o pagamento de parcela superpreferencial, ocorre no casos dos precatórios alimentares, cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, sejam idosos, portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei.

Nesses casos os precatórios serão pagos com preferência sobre todos os demais, até a monta equivalente ao triplo ou o quádruplo fixado em lei como obrigação de pequeno valor, a depender do Regime em que o ente devedor esteja inserido, sendo assim, admitido o fracionamento do valor da execução para essa finalidade.

A grande busca do Departamento de Precatórios é equilibrar a balança entre os valores que são aportados pelos entes devedores e os pagamentos efetuados pelo departamento. Com esse foco foram estabelecidas metas e rotinas de trabalho, a fim de diminuir o espaço temporal para pagamento da antecipação constitucional.

Como exemplo, a tramitação para pagamento de antecipação constitucional aos idosos durava em média 12 meses. Uma das metas alcançadas foi diminuição dessa taxa de congestionamento para o tempo médio de 1 mês.

Uma outra forma de pagamento, constitucionalmente prevista, é a modalidade de Acordo Direto, que se encontra disciplinado no artigo 97, caput, e §§ 6º e 8º, inciso III, dos ADCT, sendo também regulamentado na Resolução 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

Diante dos recursos disponíveis, foi publicado o Edital 01/2023, dirigido a todos os credores e beneficiários do ente devedor Estado de Sergipe (Administração Direta e Indireta), para a habilitação e seleção de credores interessados em participar do acordo direto. Findo o prazo de inscrição, foram

contabilizadas mais de 1.400 propostas de credores interessados no pagamento de seus créditos, com deságio de 40%.

Em que pese a data de validade do certame contabilizar o prazo de até dois anos para os pagamentos (até dezembro/2025), foi projetado o pagamento integral dos credores até o final de dezembro/2024, para credores do Estado de Sergipe que aderiram ao Acordo Direto.

Exercício	Número de credores	Total pago (R\$) antecipação/cronologia e acordo direto
2019	1.762	11.482.433,18
2020	1.451	43.319.091,83
2021	1.197	153.307.721,53
2022	1.806	166.237.508,91
2023	5.671	264.509.022,80
2024	6.879	772.426.696,19

Ofício-Precatório

Foram recepcionados 12.108 ofícios-precatórios e, após a análise de conformidade com os dados e peças processuais exigidos pela Resolução 303/2019 do CNJ, foram distribuídos o total de 8.706 precatórios, com a consequente expedição dos ofícios requisitórios.

Repasse de valores dos entes devedores

No biênio, o Deprec ajustou rotinas de trabalho a fim de intensificar a cobrança e fiscalização dos valores que devem ser transferidos ao TJSE pelos entes devedores para pagamento de seus requisitórios.

Aos entes devedores submetidos ao Regime Especial, a amortização da dívida de precatórios ocorrerá conforme plano de pagamento, homologado pelo Tribunal de Justiça, para o exercício seguinte, prevendo a forma pela qual as amortizações mensais ocorrerão, sendo permitida a variação de valores nos meses do exercício, desde que a proposta assegure a disponibilização do importe total devido no período.

Uma das grandes modificações estabelecidas foi a emissão de certidão mensal nos

Processos Administrativos vinculados a cada ente devedor em específico, atestando a regularidade ou não dos aportes mensais, conforme o Plano de Pagamento.

Dessa forma, mensalmente é possível aferir a adimplência ou inadimplência, e no último caso a imediata adoção das medidas pertinentes: retenção dos repasses do ICMS, utilização da ferramenta SISBAJUD e inclusão do ente devedor no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV).

Frise-se que os planos de pagamentos e aportes mensais estão disponíveis também ao jurisdicionado, no Portal de Precatórios, em cumprimento ao artigo 82 da Resolução 303/2019 do CNJ.

Convênios

O Departamento de Precatórios, atendendo a obrigação imposta pela Emenda Constitucional 114/2021, realizou acordo para cooperação técnica entre o TJSE, SEFAZ e PGE, em junho/2024, denominado de Acordo de Cooperação Técnica 010/2024.



Assinatura do convênio entre TJSE e Governo de Sergipe para pagamentos de precatórios, em dezembro de 2023

A mencionada cooperação tem por objeto o compartilhamento de informações relativas ao fluxo de processos, parâmetros de atualização de valores e atividades administrativas correlatas relacionadas ao regime de apuração e pagamento dos precatórios do Estado de Sergipe, visando, em especial, desenvolver solução integrada, no âmbito do Programa de Financiamento (PROFISCO), com vigência de cinco anos.

A parceria, sem ônus para as partes, busca solução integrada de gestão de precatórios.

Outro passo importante foi a renovação do Convênio 01/2020, com a assinatura pelo TJSE, Município de Aracaju e Estado de Sergipe do segundo termo aditivo ao aludido convênio, com prorrogação de vigência para mais cinco anos.

O Convênio 01/2020 tem como finalidade a operacionalização dos acordos diretos com os credores de precatórios do Estado de Sergipe e do Município de Aracaju, bem como dos entes das suas respectivas Administrações Indiretas. Forçoso salientar que o convênio também não implica em aumento de despesa aos cofres do Tribunal de Justiça.

Ato de Rateio

Considerando a necessidade de repasse de recurso pelo TJSE ao TRT20 e TRF5, atendendo a proporcionalidade do montante do débito presente em cada tribunal, e cumprindo integralmente o disposto no artigo 55 da Resolução 303/2019 do CNJ, concretizamos no biênio os rateios mensais.

O Comitê Gestor de Precatórios, composto pelo TJSE, TRT20 e TRF5 homologou os percentuais de rateio que são aplicados mensalmente sobre os aportes realizados pelos entes devedores, que serão observados até março/2025.

Equipe TI – Deprec

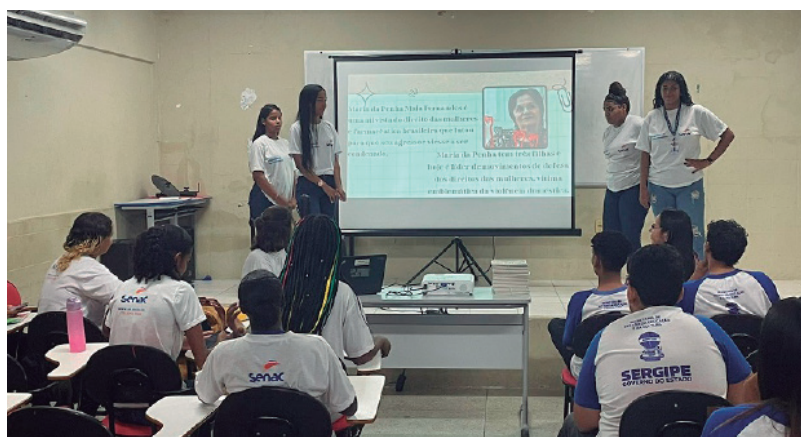
Mapeando nossos processos de trabalho, investigando o que poderíamos otimizar para realizar mais pagamentos em menos tempo, mantendo a segurança necessária, chegou-se a um denominador comum: seria necessário mais suporte da tecnologia. A Presidência atendeu prontamente o pedido do departamento, alocando de forma definitiva, dois servidores, que hoje compõem a TI do Deprec.

Com essa iniciativa foram realizadas diversas melhorias, como o provisionamento em lote, recolhimento de ITCMD de forma integrada ao alvará eletrônico, pagamento dos impostos em alvarás próprios e específicos, adequação no ofício-precatório, melhorias no sistema de cálculos, dentre outras.

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) tem como função precípua a articulação intersetorial, a cooperação técnica, a promoção do diálogo entre o Tribunal de Justiça, magistrados, servidores e organizações governamentais e não governamentais. Sua atuação ocorre frente às necessidades de concretização das ações que asseguram direitos à criança e ao adolescente, visando o aperfeiçoamento contínuo dos serviços voltados à infância e juventude em Sergipe.

Um dos destaques do biênio 2023-2025 foi o Programa de Aprendizagem Profissional, com a execução de três turmas, sendo 25 alunos em cada (total de 75 jovens), com parceria firmada com as empresas AlmavivA e Multserv. A proposta do programa é que jovens em situação de vulnerabilidade social participem de ações que os insiram na comunidade, seja a partir da profissionalização, seja promovendo sua conscientização e aquisição de novos padrões éticos.



Adolescentes do Jovem Aprendiz em escolas da rede estadual, falando sobre ECA e Lei Maria da Penha

PROJETOS E AÇÕES

INICIADOS NO BIÊNIO 2023-2025 E FINALIZADOS

Cadastro dos Modelos e Fluxos Institucionais e Interinstitucionais

A CIJ observa as demandas mais recorrentes dos juízos e da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente e cria fluxos, infográficos, materiais de fácil acesso e inteligência que facilitam as tarefas diárias dos servidores, magistrados e minimiza procedimentos equivocados. Os referidos materiais são amplamente divulgados e também publicados no site da CIJ.

Foi elaborado um fluxo institucional sobre socioeducação (internação do adolescente, provisória ou definitiva); materiais de diversos temas para solução prática do dia a dia (acolhidos sem CPF - passo a passo de como resolver essa pendência de forma digital, Apadrinhamento, Autorização de viagem, como marcar um Depoimento Especial, Entrega Legal, Escuta Especializada x Depoimento Especial, Guia do Sistema Socioeducativo, Inspeções CREAS, Organograma para escuta especializada e Depoimento Especial, Sentença

(aplicação de medida socioeducativa a ser cumprida em meio aberto).

A CIJ também ofertou cooperação técnica aos magistrados e servidores elaborando e compartilhando modelos de decisões relativos às demandas de infância e juventude, assim como:

- Material sobre principais temas sobre infância e juventude (audiências concentradas – proteção, Protocolo Interinstitucional de Acolhimento de Crianças e adolescentes em Sergipe, fluxos de atendimento, Tutoriais do Sistema Nacional de Adoção (SNA) – ações mais recorrentes, Roteiro do Familiarizar/dados da prática, Roteiro do PRAIF/dados da prática, Autorização de Viagem – Card, Cartilha sobre Adoção, Card sobre Estágio de Convivência, Manual CNJ Entrega Voluntária, Enunciados e Atas do FONAJUV e FONAJUP)

- Sugestões de ferramentas para o SPC. Fluxo para perícias psicossociais.

- Guia Prático para o Plantão Judicial – infância e juventude.

- Fluxo e Modelos sobre Busca Ativa no SNA.

Descentralização das salas para tomada de Depoimento Especial

A CIJ promove a articulação de ações e equipamentos para a consecução da tomada do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, de modo a concretizar a estruturação física das salas para esse fim, existentes nas comarcas que sediam os Núcleos Psicossociais, conforme regionalização do atendimento especializado. Também debate questões que surgem do dia a dia das comarcas e articula debates e soluções junto aos demais Tribunais de Justiça do país, otimizando a prática local. Elabora fluxo, cards informativos e circulariza as principais normativas do CNJ sobre o assunto, além do Protocolo Brasileiro de Escuta Forense.

- Estruturação física das salas de depoimento especial de forma regionalizada por Núcleos especializados.

- Fluxo. Depoimento especial. Manual PBEF. Normas técnicas. Cards informativos.

- Reuniões sobre idade de criança para depoimento especial. TJPE e TJSC e TJSE.

Estímulo à prática da Entrega Legal

Ações práticas da CIJ enquanto órgão de assessoramento da Presidência do TJSE, em alinhamento com as exigências do CNJ, de modo a informar e conscientizar a população sobre a prática da entrega voluntária de bebês quando a gestante/parturiente assim deseja, de modo a seguir o procedimento legal de adoção pelo cadastro nacional, em conformidade com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Realização de medidas necessárias ao cumprimento da Resolução 485 do CNJ: alinhamento com a Corregedoria-Geral da Justiça, produção de infográfico com principais informações sobre procedimento da Entrega Voluntária.

- Levantamento de dados estatísticos e nota técnica sobre Entrega Voluntária no TJSE, junto ao Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Sergipe (CIJESE).

- Capacitações aos pretendentes à adoção e população em geral sobre a Entrega Legal, em parceria com o Grupo Acalanto.

Sensibilização da comunidade sobre a importância do apadrinhamento de crianças e adolescentes

Trata-se de uma proposta de reforço à política de atendimento preconizada em lei, por meio da sensibilização de pessoas que, a partir de um compromisso social, assumam a condição de padrinhos ou madrinhas de crianças e adolescentes e contribuam para a formação plena de sua personalidade e melhoria de sua qualidade de vida. Sensibilização feita com a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Verbo da Vida, Acalanto e Apadrinhamento afetivo – individual.

Orientação de Adolescentes Egressos da Socioeducação – Programa de Aprendizagem

Com o fim da institucionalização – seja ante o advento da maioridade ou mesmo, no caso de ato infracional, com o término do cumprimento da medida socioeducativa – fez-se necessário encaminhar o adolescente para uma nova interface com a sociedade e o mundo do trabalho. O objetivo do programa é colocar o egresso em ações capazes de inseri-lo na comunidade em que vive, seja a partir de sua profissionalização, seja promovendo a sua



Primeira aula do projeto de Formação de Estudantes em Educação Cidadã com a defensora pública Carla Caroline de Oliveira Silva

Orientação de Adolescentes Egressos da Socioeducação – Programa de Aprendizagem

Com o fim da institucionalização – seja ante o advento da maioridade ou mesmo, no caso de ato infracional, com o término do cumprimento da medida socioeducativa – fez-se necessário encaminhar o adolescente para uma nova interface com a sociedade e o mundo do trabalho. O objetivo do programa é colocar o egresso em ações capazes de inseri-lo na comunidade em que vive, seja a partir de sua profissionalização, seja promovendo a sua conscientização e aquisição de novos padrões éticos e de condutas.

As ações passíveis de desdobramento do projeto poderiam ter como objeto a profissionalização dos adolescentes, como também o uso da Justiça Restaurativa como forma de instá-lo à adoção de novos padrões de comportamento.

O programa de aprendizagem fomenta a inserção desses jovens no mercado de trabalho, por conectar os jovens com empresas parceiras, facilitando a inserção no mercado de trabalho e a conquista de oportunidades de carreira. Também tem o viés da orientação profissional, que auxilia os jovens na escolha de uma profissão compatível com suas habilidades e interesses, elaborando currículos e preparando-os para entrevistas.

Com o mesmo objetivo, a CIJ elegeu também como público-alvo as mães presas que têm filhos na primeira infância (0 a 6 anos).

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL BIÊNIO 2023-2025

Turma/ano	Alunos	Empresa
3/2023	25	Empresa AlmavivA
4/2023	25	Empresa Multserv
5/2024	25	Empresa AlmavivA
Total	75	02



PRAIF foi apresentado pela juíza Iracy Mangueira durante o XX Fórum Nacional da Justiça Protetiva, em Pernambuco.

Execução do PRAIF

O objetivo do Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD) é articular ações entre o Poder Judiciário, o Executivo e o Ministério Público para a operacionalização qualificada da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

O resultado é o fortalecimento da atuação do Judiciário, conferindo a tramitação célere e efetiva dos processos que versam sobre crianças e adolescentes, garantindo os seus direitos, seja no âmbito da proteção, seja na socioeducação.

- Reunião intersetorial. Crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência. 6ª Vara Criminal, DPE, MPSE, Equipe Psicossocial, SES, SMS, SSP.

- Reunião CIJ e Juízes. Acolhimento institucional e execução de medidas socioeducativas em meio aberto.

- Provimentos CGJ. Audiências concentradas. Proteção. Socioeducação. Protocolo interinstitucional.

- Articulação e ações para firmar cooperação técnica visando o fortalecimento na elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA) das crianças e adolescentes em cumprimento de medida protetiva e medida socioeducativa de meio aberto.

- Guias CNAEL. Regularizações.

- Inspeções nos CREAS. Execução de Medida Socioeducativa em meio aberto. Alimentação do CNIUPS.

- Articulações interinstitucionais para fortalecimento da rede responsável pelo cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto.

Garantia de assistência religiosa no cumprimento de medida socioeducativa

A CIJ operacionaliza o Projeto Presença e promove, por meio de articulações institucionais, a garantia aos adolescentes

em cumprimento de medida socioeducativa, o acesso à assistência religiosa, não interferindo no conjunto de crenças, de modo a contribuir também, com a elaboração do seu projeto de vida e com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Assim, a CIJ articula e fomenta tal assistência junto às unidades de execução de medidas socioeducativas no Estado de Sergipe, estando sempre à disposição, tanto para voluntariados que procurem diretamente à CIJ, quanto àqueles que buscam diretamente as unidades socioeducativas.

- Parceria com a Instituição Igreja Verbo da Vida.



EM ANDAMENTO COM PREVISÃO DE TÉRMINO ATÉ O FINAL DO BIÊNIO 2023-2025

Familiarizar

Conjunto de ações comprometidas com o princípio da proteção integral definido no artigo 227 da Constituição Federal e nos artigos 3º e 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Familiarizar é pautado em regramentos legais que estabeleceram, entre outros direitos, o de toda criança ou adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos nas entidades de acolhimento institucional de Sergipe, reduzindo o tempo de institucionalização e favorecendo a agilização dos processos.

Resultados práticos: acompanhamento mensal dos acolhidos nas unidades; comunicação on-line dos dados entre a unidade de acolhimento, a CIJ e as Comarcas; reavaliação das medidas de acolhimento, das audiências concentradas; redução do tempo de acolhimento; alimentação do Sistema Nacional de Adoção (SNA) e acolhimento em integração nacional.

Nota-se evidentemente a redução do tempo de acolhimento das crianças e adolescentes, assim como a regularização dos seus CPFs; a diminuição de acolhidos que atingem a maioria na situação de acolhimento; o crescimento das reintegrações às famílias biológicas e a colocação em família substituta, o que significa efetivação do direito à família.

- Inspeções semestrais nas unidades de acolhimento.

- Reunião CIJ e Juízes. Acolhimento Institucional e Execução de Medidas Socioeducativas em meio aberto.

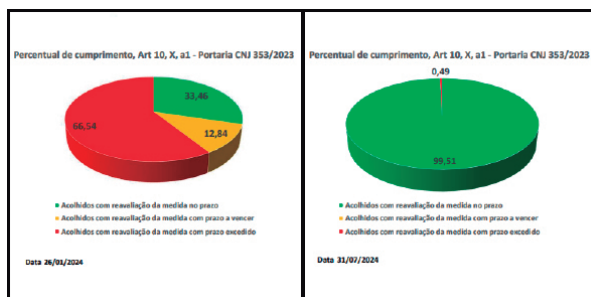
- Reavaliações do acolhimento, Controle de prazos dos processos de destituição do poder familiar e de Adoção, controle de processos de acolhidos sem CPF e regularização.

- Cursos de preparação psicossocial e jurídica para pretendentes à adoção.

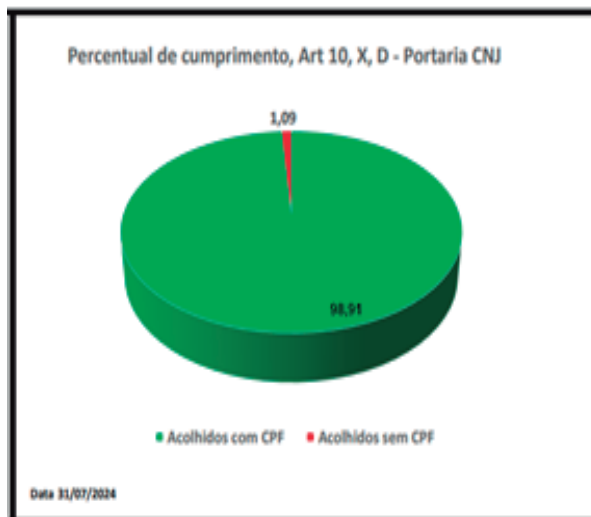
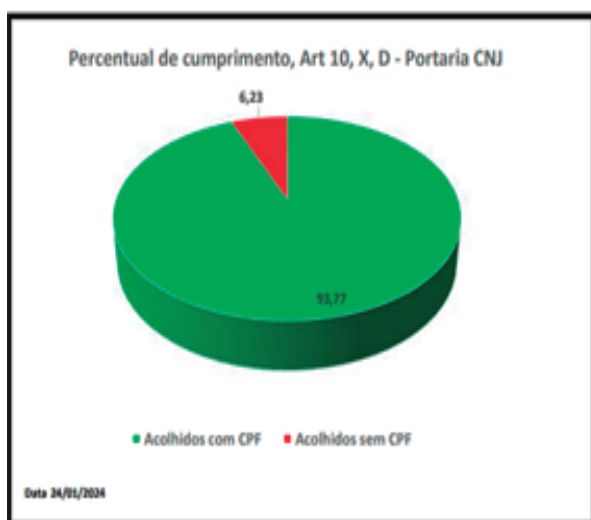
- Comitê Gestor. Pacto Nacional da Primeira Infância.

- Plano Nacional da Primeira Infância.

REAVLIAÇÃO DA MEDIDA DE ACOLHIMENTO



ACOLHIDOS SEM CPF



Execução da capacitação e disseminação do ECA

Promover ações que confirmam protagonismo juvenil entre as crianças e jovens em situação escolar sobre seus direitos e deveres, para que exerçam melhor seu papel de cidadão na sociedade, abordando temas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e ações da CIJ, trabalhando com material da Coleção Em Miúdos, além de ações que capacitam servidores em temas importantes.

- Formação de estudante monitor – ECA.
- Capacitação em Depoimento Especial.
- Projeto Pensar Direito.
- Coleção em Miúdos.



Sensibilização sobre a Entregal Legal na maternidade de Itabaiana

COORDENADORIA DA MULHER

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher desenvolve e executa políticas públicas e judiciais voltadas à prevenção e ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado de Sergipe.

No biênio 2023-2025 foi dada continuidade aos projetos existentes, assim como foram criados novos projetos, como o Repensando Masculinidades, Empoderando Mulheres – Fortalecendo Vidas, Caminhos da Esperança, Reconstruir-SE, Matemática do Amor e Selo Amigo da Mulher.

Também foram realizadas diversas parcerias por meio de convênios com a Coopertalse, Setransp, Profint, Senac, Brasil Telecom Call Center S/A, aplicativo SOS Maria da Penha e Patrulhas Maria da Penha de Itabaiana e de Lagarto. Além disso, foram realizadas seis edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

Outras parcerias foram iniciadas, encontrando-se em tramitação para posterior consolidação, como a proposta de convênio com a faculdade Uninassau; com o Hospital e Maternidade Santa Isabel; com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo de Sergipe; e com a Federação dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Sergipe.



Curso de automaquiagem para mulheres atendidas pelo Cream da Barra dos Coqueiros

Projetos criados

Repensando Masculinidades

Articulação para o desenvolvimento, implementação e acompanhamento de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher nos municípios sergipanos.

Empoderando Mulheres – Fortalecendo Vidas

Articulação com gestores municipais, juízes e Legislativo para criação e fomento dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Crams).

Caminhos da Esperança

Fomenta o empoderamento e a autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade, capacitando-as para o desenvolvimento pessoal, profissional e social.

Reconstruir-SE

Realização de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência doméstica que sejam partes em processos judiciais, com lesão corporal grave e sequela física comprovada; bem como prestar atendimento psicológico, odontológico, psiquiátrico e fisioterapêutico dela decorrentes.

Matemática do Amor

Trabalhar a violência doméstica de forma preventiva, divulgando conceitos e estimulando que alguns deles sejam discutidos e repensados na comunidade escolar.



Projeto Matemática do Amor no Colégio Amadeus



Selo Amigo da Mulher



Premia os municípios que implementarem os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Crams), além de pessoas físicas e entidades públicas e privadas que apoiem os projetos da Coordenadoria da Mulher, desenvolvendo e somando trabalhos no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ações realizadas

Articulações para implementação e funcionamento dos Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica (Crams/Creams)

No desenvolvimento do projeto Empoderando Mulheres – Fortalecendo Vidas foram promovidas articulações com todos os municípios sergipanos para implementação e manutenção de funcionamento dos Crams. Em decorrência disso, atualmente o Estado de Sergipe conta com 44 Crams/ Creams em funcionamento, atendendo a 49 municípios. Nesse equipamento é disponibilizado às vítimas o acolhimento do Poder Executivo, com atendimento psicossocial e orientações jurídicas e de empoderamento feminino, além dos encaminhamentos necessários.



Inauguração do Cram de Aracaju, em novembro de 2023

Premiação do Selo Amigo da Mulher

O Projeto Selo Amigo da Mulher foi institucionalizado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe por meio da Resolução 20/2023, posteriormente aditada pela Resolução 14/2024



Selo Amigo da Mulher

do TJSE. Em decorrência das ações desse projeto, foi promovida pela Coordenadoria da Mulher, em 24/11/2023, solenidade para entrega da Premiação do Selo Amigo da Mulher, tendo sido contemplados 42 Municípios Sergipanos que implementaram os Crams/Creams em situação de violência doméstica.

Articulações para implementação dos Grupos Reflexivos para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher

Em decorrência do projeto Repensando Masculinidades foram realizadas durante a gestão três capacitações para profissionais do Estado que realizarão os grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Capacitação de mulheres vítimas de violência doméstica para o mercado de trabalho

Em decorrência do Projeto Caminhos da Esperança foram promovidas diversas ações para o empoderamento feminino e o resgate da autonomia psicológica, social e financeira de mulheres vítimas de violência doméstica, como as parcerias com o Senac e a empresa Brasil Telecom (Tahto - grupo Oi) para capacitação e inserção de vítimas no mercado de trabalho.



Capacitação de mulheres atendidas pelos Crams para produção de ovos de Páscoa pelo Senac

Articulações com entidades privadas

Doação de equipamentos para cursos profissionalizantes para mulheres em situação de violência doméstica.

Realização do VI Seminário Tecendo a Rede

A Coordenadoria da Mulher promoveu o VI Seminário Tecendo a Rede, com o tema 'Mulheres e suas Trajetórias', destinado a estudantes e profissionais da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Edição e Capacitação sobre o Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica praticada em face de magistrados e servidores do TJSE

A Coordenadoria da Mulher articulou junto a demais setores do TJSE para a criação do Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica praticada em face de magistrados e servidores do TJSE, que ensejou na Resolução 19/2023.

Capacitação de Guardas Municipais para atuação nas Patrulhas Maria da Penha

Agentes das Guardas Municipais da Barra dos Coqueiros, Itabaiana e Lagarto receberam durante a capacitação informações sobre violência de gênero, atuação da Patrulha, acolhimento à mulher, acompanhamento do serviço pela Coordenadoria da Mulher, bem como as atualizações legislativas relevantes para a prestação dos serviços junto às assistidas.

Exposições Fotográficas do Projeto Educação e Lúdico

Exposição Partida: aberta no dia 24 de agosto de 2023, no Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, com 23 fotos produzidas por alunos do Studio D, retratando o tema do Agosto Lilás.

Exposição Flor de Lótus: aberta o dia 7 de agosto de 2024, no Memorial do Judiciário, em celebração aos 18 anos da Lei Maria da Penha e com fotografias de mulheres da capital e interior atendidas pelos Crams.



Abertura da exposição Flor de Lótus



Capacitação de profissionais para atuação em grupos reflexivos

CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO CONSOLIDADOS

Convênio 25/2023: firmado com a Coopertalse para divulgação da campanha Sinal Vermelho nos transportes intermunicipais, por meio da afixação de 260 cartazes e em sítios de comunicação.

Convênio 39/2023: firmado com a Setransp para divulgação de campanhas sobre violência doméstica e familiar contra a mulher nos sítios de comunicação, com cartazes e com plotagem em busdoor nos ônibus da região metropolitana de Aracaju.

Termo de Cooperação 53/2023: firmado com o Profint – Profissionais Liberais para fornecer atendimento especializado psicológico, por meio de grupos reflexivos para homens autores que integrem processos judiciais ativos, envolvendo crimes de violência doméstica contra a mulher em trâmite no TJSE.

Termo de Cooperação 08/2024: firmado com o Senac para disponibilização de vagas, através do Programa Senac Gratuidade, para mulheres integrantes do Programa Empoderando Mulheres – Fortalecendo Vidas, da Coordenadoria da Mulher do TJSE.

Convênio 14/2024: firmado com a Prefeitura do Município de Itabaiana (SE) para implantação da Patrulha Maria da Penha local, para atendimento especializado pela Guarda Municipal a mulheres que gozam de medidas protetivas de urgência.

Convênio 13/2024: firmado com a Prefeitura do Município de Lagarto (SE) para implantação da Patrulha Maria da Penha local, para atendimento especializado pela Guarda Municipal a mulheres que gozam de medidas protetivas de urgência.

Termo de Cooperação 15/2024: firmado com a empresa 3Tecnos, para promover a divulgação efetiva do aplicativo SOS Maria da Penha como uma ferramenta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.



Doação de equipamentos para cursos profissionalizantes para mulheres em situação de violência doméstica



Seminário Tecendo a Rede, realizado em agosto de 2023

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

A rotina da Diretoria de Comunicação abrange inúmeras formas de trabalho: atendimento à imprensa, relacionamento com o público interno, alimentação da Agência de Notícias, produção de um programa de TV semanal, confecção de peças gráficas para os mais diversos setores, divulgação das ações e projetos do TJSE nas redes sociais, entre outras.

Projetos em destaque

Atualização do aplicativo para smartphones e inclusão da versão para iPhone

Disponibiliza informações relevantes sobre assuntos do TJSE para os jurisdicionados; informa sobre o andamento processual, através de notificações; e elenca as principais notícias, projetos e ações do TJSE. O aplicativo 'Justiça na Palma da Mão' foi incluído no Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário, pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e selecionado como finalista do Prêmio Inovare, concorrendo na Categoria CNJ – Inovação.

Programa Sergipe Justiça

Exibido nas TVs Justiça (nacionalmente), Alese, Câmara e Aperipê. Ao longo do biênio, foram mais de 84 edições inéditas e 20 reprises. Em outubro de 2023 e 2024, a Dicom exibiu a terceira e quarta edições do Sergipe Justiça Kids, um programa especial em homenagem ao Dia das Crianças. As matérias foram produzidas por filhos e netos de servidores e magistrados do Tribunal, bem como a apresentação do programa. O projeto possibilita uma maior interação com o público interno, que acaba conhecendo de perto o trabalho da Dicom; bem como leva informações do Judiciário com uma linguagem acessível ao público infantojuvenil.

Minuto Sergipe Justiça

Vídeo de 1 minuto com as principais notícias da semana do Poder Judiciário de Sergipe, com distribuição via WhatsApp.

TV Interna

Promover a disseminação de informações sobre o Judiciário nos elevadores e salas de espera do Fóruns. Etapa 1 concluída – implantação de TVs nos elevadores do Palácio da Justiça, com a transmissão do programa Sergipe Justiça e principais notícias da semana.



Atendimento à imprensa em eventos e no dia a dia



Gravação do Sergipe Justiça Kids



Gravação do Sergipe Justiça Kids

Outdoor Interno

Veiculação de artes gráficas para comunicação interna ostensiva, nas telas de computador de todo o Poder Judiciário.

Vivas Memórias

Produção do Projeto Vivas Memórias, com realização de entrevistas em vídeo com magistrados ativos e inativos; além de pessoas com reconhecida biografia de trabalhos relevantes em prol da história e cultura de Sergipe.

Estúdio para videocast

Implantação de estrutura física para efetivação de estúdio para gravação de videocast nas instalações da própria Diretoria de Comunicação. Etapa 1 concluída, reforma da sala. Etapa 2 em andamento, licitação para compra de equipamentos.



Vídeos Institucionais

A Dicom produziu, no biênio 2023-2025, 15 vídeos institucionais solicitados pelos mais diversos setores:

- Selo Amigo da Mulher – depoimentos
- 15 anos da Coordenadoria da Infância e Juventude
- Entrega Legal
- Cejusc – projetos em desenvolvimento
- Grupos Reflexivos – homens autores de violência doméstica
- Semana dos Juizados Especiais
- Álbum de fotografia do des. Belmiro Góes – Memorial e Arquivo
- Making of exposição Flor de Lótus
- Making of projeto Matemática do Amor – Cartilha Maria da Penha
- Duas edições do Encontro Anual do Planejamento Estratégico (XV e XVI)
- Jovem Aprendiz – Eixos Programa Novos Caminhos CNJzz
- Cejusc Pessoa Idosa projeto Sala de Espera (em edição)
- Memorial do Judiciário para Primavera dos Museus
- Vivas Memórias de Augusto Barreto – Mamulengo de Cheiroso



Equipe de apresentação e edição do Minuto Sergipe Justiça

TJSE NA MÍDIA

Mídias	Conteúdo produzido
Notícias publicadas no Portal do TJSE	1.354
Postagens Instagram – feed	1.082
Stories no Instagram	2.220
Programa de TV Sergipe Justiça	84 edições inéditas e 20 reprises
Artes gráficas	1.739
Minuto Sergipe Justiça	x
Cobertura fotográfica	696 eventos fotografados 6.330 fotos editadas
Atendimentos à imprensa	480 contatos distribuição releases e marcação de entrevistas

REDES SOCIAIS

Rede	2020	2021	2022	Biênio 2023/2025 (até out 2024)
Instagram	14.000	18.200	21.800	33.500
Twitter	1.375	1.509	1.615	1.633
YouTube	1.700	2.910	3.500	5.220
Total	17.075	22.619	26.915	40.353

CONSULTORIA GERAL

A Consultoria-Geral tem como competência assessorar o presidente do Tribunal de Justiça em despachos e decisões judiciais, em especial, no que se refere à análise de admissibilidade e de conformidade dos recursos especiais e extraordinários; bem como gerir e intermediar as solicitações encaminhadas pela Procuradoria-Geral para fins de elaboração de peças processuais; entre outras atividades.

Em 2 de fevereiro de 2023, no início da gestão, a Consultoria-Geral e a Consultoria de Processos Judiciais tiveram como atividade primordial reduzir o número de processos com recursos especiais e extraordinários pendentes de análise ou de recursos especiais e extraordinários pendentes de remessa às Cortes Superiores, já que todas as divisões juntas possuíam 4.559 processos judiciais no Sistema de Controle Processual (SCP).

Do quantitativo de processos acima descritos, 3.279 referiam-se a processos pendentes de análise de admissibilidade ou de conformidade, não necessariamente como acima descritos, pois dos 1.680 constantes na admissibilidade e dos 730 na triagem, foram repassados à Consultoria-Geral, somente entre os meses de fevereiro e março de 2023, 329 processos eletrônicos (conforme controle pessoal da consultora que esta subscreve, sem dado estatístico em relação aos físicos), sendo que quase a totalidade processos repassados contava com prazos superiores a 100 dias parados.



Findo o primeiro ano de gestão, os números no SCP demonstram avanço considerável no tempo entre a entrada e a saída de processos na Consultoria-Geral. Já na data de conclusão do presente relatório (04/11/2024), do total de 1.904, o SCP retorna apenas 5 processos acima de 90 dias, dos quais 3 estavam para homologação da Presidência e os outros 2 eram processos físicos com pendências em movimentação.

Ressalte-se ainda que além dos números inicialmente citados no início do biênio, ainda havia cerca 600 processos com fim causa suspensiva pendentes de análise. Desses, em novembro de 2024, restavam apenas 21 pendentes. Nesse contexto, implementaram-se ações internas para otimização das atividades e, por consequência, melhora na produtividade.

DIVISÕES	QUANTIDADE DE PROCESSOS / DATA	
	2 de fevereiro de 2023	4 de novembro de 2024
Consultoria-Geral	810	996
Admissibilidade	1.680	303
Digitalização	1.280	554
Sobrestamento	59	0
Triagem	730	49
Total	4.559	1.904

Estatística Processual

No tocante aos dados estatísticos, importante frisar que os número apresentados são aproximados, já que o módulo da consultoria no sistema de controle processual condensa a movimentação de todos os feitos em trâmite na Consultoria-Geral e na Consultoria de Processos Judiciais, não sendo possível indicar com precisão a quantidade de feitos movimentados por cada uma, especificamente.

Contudo, em média, segundo informações da Consultoria de Processos Judiciais (divisão que recebe todos os processos), chegam semanalmente em torno de 160 a 200 processos, no setor triagem, os quais são distribuídos entre a admissibilidade, geral ou digitalização.

Gestão de macrodesafios

A Consultora-Geral também é responsável pela gestão do macrodesafio 'Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios', que indica o tempo decorrido entre o trânsito em julgado/sentença de mérito de um

precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, em relação ao total de processos que estavam sobrestados e foram julgados após julgamento do precedente.

Atualmente, o tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese no ano de 2023 é de 12, 82 meses. O tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), no ano de 2023, foi de 26,78 meses.

O desafio é diminuir o tempo médio entre o trânsito em julgado do precedente e a sentença de aplicação de tese, entre a afetação e publicação do acórdão nos IRDR e o tempo médio entre a afetação e a publicação do acórdão nos IACs para 11 meses até 2026.

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Núcleo de Ações Coletivas

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Núcleo de Ações Coletivas (NUGEPNAC), tem como atribuições, manter e disponibilizar dados atualizados sobre os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Grupos de Representativos (GR) e Incidentes de Assunção de Competência (IAC) suscitados no Tribunal, além de auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado e das ações coletivas.

No TJSE existe um sistema informatizado que cuida dos casos vinculantes (Precedentes), cabendo ao NUGEPNAC seu gerenciamento (casos vinculantes internos e externos). A partir desse gerenciamento pode haver o sobrestamento dos processos pela Presidência ou pelas unidades judiciárias, a depender do tipo de ordem de suspensão.

Da mesma forma, quando do julgamento do caso vinculante, os processos a ele vinculados podem ser decididos, dando celeridade e segurança jurídica. Esse sistema é acessado por todo o Poder Judiciário sergipano, sendo que para os usuários externos também tem uma página para acesso, cujo link já está de acordo com as novas determinações do CNJ.

CONSULTORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Consultoria de Licitações e Contratos (CONLIC), subordinada à Consultoria-Geral, é a unidade administrativa responsável pela emissão de pareceres, informações ou consultas jurídicas quanto às licitações e contratos realizados pelo Tribunal de Justiça.



Além dos pareceres fundados nas Leis 8.666/93, 10.520/2002 (regime antigo) e 14.133/2021 (novo regime), a CONLIC acompanha o trabalho da Comissão de Pregoeiros e da Comissão Permanente de Contratação, ambas responsáveis pela fase de seleção do fornecedor, da Comissão de Penalidades a Licitantes e Contratados e da Comissão de Cadastro.

Registre-se ainda que a CONLIC, todos os meses, envia relatórios ao Sagres do Tribunal de Contas (TCE/SE) referentes a todas as licitações, contratos, aditivos de contratos, convênios e aditivos de convênios. Dessa forma, mantém um diálogo constante com o TCE/SE para que as informações cheguem de maneira clara e completa.

Projetos e ações em 2023

No ano de 2023, em razão da necessária implementação da Lei 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações, a CONLIC trabalhou na propositura das Resoluções 13/2023, 21/2023 e 41/2023, a fim de regulamentar o regime de transição. Houve a integração do GRP web ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), atendendo à determinação da Lei 14.133/2021.

Com a implementação da nova lei, a CONLIC, em parceria com a DIPLAD, DIVIDEAD e a SETECI, disponibilizou

no SEI e no Portal da CONLIC (site do TJSE), listas de verificação e minutas padronizadas que esta Consultoria atualiza constantemente, inclusive no SEI, para a utilização dos setores demandantes que atuam nas fases do macroprocesso da contratação pública do TJSE, como uma forma de dar celeridade ao novo fluxo processual.

O setor ainda recebeu inspeção do Conselho Nacional de Justiça e, como resposta, foram enviados soluções aos pontos e executadas as recomendações do CNJ, bem como apresentado o cronograma para implementação definitiva da Lei 14.133/2021 naquilo que é de competência da CONLIC, enquanto órgão de assessoramento jurídico.

Ainda quanto ao CNJ, foram entregues respostas ao questionário sobre governança das contratações (Resolução 347/2020), trabalho que movimentou diversos setores do TJSE sob a orientação da CONLIC e da ASSESP, tendo a CONLIC, com supedâneo neste questionário, participado do Webinar Contratações Públicas: nível de implementação da Resolução CNJ 347/2020, promovido pelo próprio CNJ.

No quesito transparência, respondemos ao questionário do TCE/SE (Programa Nacional de Transparência Pública) e, após o resultado, foi solicitado o auxílio da SETECI para implementação de mudanças com vistas a aperfeiçoar nosso canal de divulgação e acesso às informações relativas às licitações e contratos.

A pedido da CONLIC, a Ejuse promoveu a capacitação de 60 servidores do TJSE, ainda no primeiro semestre de 2023, por meio do Curso Premium On-line 'A nova lei de licitações (Lei 14.133/2021) – Aplicando à nova lei de licitações com eficiência e segurança', ministrado pelo professor Ronny Charles, com exclusiva metodologia premium, que permitiu um período de 90 dias de imersão e aprofundamento no estudo do tema, mesclando aulas gravadas com encontros ao vivo (on-line), ministrados pelo professor e renomados especialistas convidados.

Outras contratações e parcerias relevantes, no ano de 2023, foram:

a) contratação de banca para prestação de serviços técnicos de organização, planejamento e realização do Concurso Público de Provas para provimento dos cargos de técnico judiciário e analista judiciário, além do concurso público de provas e títulos para outorga de delegações de notas e de registro pelo Poder Judiciário de Sergipe;

b) adesão à Ata de Registro de Preços para contratação de solução de segurança cibernética com fornecimento de equipamentos e prestação de serviços profissionais;

c) termos de cooperação técnica com TRE/SE para realização de cursos de aperfeiçoamento, nos moldes exigidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) para os magistrados e as magistradas eleitorais;

d) termo de cooperação técnica com a Faculdade 8 de Julho com vistas à concessão de descontos para os servidores e membros do TJSE;

e) termos de cooperação técnica com a Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania e com a Prefeitura de Propriá para estabelecer meios eficazes para comunicações eletrônicas entre os signatários, utilizando o sistema informatizado do Portal Criminal ou outro meio eletrônico de integração para conferir maior celeridade e efetividade ao patrulhamento desenvolvido pela Patrulha Maria da Penha de Aracaju;

f) termo de cooperação técnica com o TJGO para promover o acompanhamento da implantação e avaliação no uso da Linguagem Natural Berna, modelo de Inteligência Artificial, a fim de identificar e agrupar pelo mesmo fato e tese jurídica nas petições iniciais;

g) termo de cooperação técnica com o TRE/SE para instalação, manutenção e operação de 3 Pontos de Inclusão Digital (PIDs) nos fóruns do TJSE localizados nas sedes dos municípios de Arauá, Carmópolis e Pacatuba;

h) termo de cooperação técnica com a Unit para concessão de estágio obrigatório supervisionado a discentes da Universidade Tiradentes para atuarem na realização de perícias técnicas junto à Coordenadoria de Perícias Judiciais do Tribunal de Justiça de Sergipe, inicialmente para graduandos do curso de Psicologia;

i) termo de cooperação técnica com a Unit para concessão de descontos para os servidores e membros do TJSE nos cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu, ofertados na modalidade presencial ou à distância;

j) termo de cooperação técnica com o TRF da 4ª Região para utilização do SEI versão 4.0;

k) termo de cooperação técnica com o TRF da 5ª Região para disponibilização de salas nos Fóruns das Comarcas do Poder Judiciário Estadual, para instalação dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs), projeto Ampliação Conecte-SE;

l) termo de cooperação técnica com a Unit para concessão de descontos para os servidores e membros do TJSE nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos;

m) contratação de empresa de engenharia para realizar a reforma da Ejuse;

n) investimento de R\$ 1.978.907,50 para aquisição de microcomputadores completos, com monitores;

o) aquisição de 6 novos veículos oficiais de transportes institucionais;

p) contratação de empresas de engenharia para a realização da manutenção predial, preventiva e corretiva dos prédios do TJSE;

q) contratação de empresa especializada em execução de serviços técnicos profissionais continuados de levantamento cadastrais, controle tecnológico, projetos arquitetônicos, levantamentos topográficos, sondagem e projetos complementares na área de engenharia;

r) nova contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições preparadas (quentinhas, lanches e café da manhã, incluindo bebidas).

RESULTADOS EM 2023 (DE 01/02 A 19/12)

Documento / procedimento	Quantitativo
Atos praticados pela Consultoria de Licitações e Contratos nos processos (despachos, informações e pareceres)	1541
Parecer Jurídico (inicial, final, consulta)	653
Pregão	108
Convite	05
Tomada de Preços	05
Concorrência	-
Concurso	01
Credenciamento	01
Leilão	-
Dispensa de Licitação	46
Inexigibilidade de licitação	55
Contratos administrativos	60
Atas de Registro de Preços	56
Convênios	58
Termos de Cooperação Técnica	07
Processos de penalidade a licitantes e contratados	12
Penalidades aplicadas	4

Projetos e ações em 2024

Em 2024, deu-se continuidade à capacitação dos servidores quanto à Lei 14.133/2021, através de cursos on-line e presencial, promovidos pela Ejuse. No quesito transparência, foi respondido o questionário do TCE/SE (Programa Nacional de Transparência Pública) e a CONLIC obteve classificação 'Ouro' na avaliação.

Adotou-se em nossos processos licitatórios a Resolução CNJ 497/2023, que instituiu o Programa Transformação, estabelecendo critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade.

Outras contratações e parcerias relevantes, no ano de 2024, foram:

- a) contratação de serviços de gerenciamento de impressão, cumprindo-se a meta do Programa de Logística Sustentável (PLS) do TJSE, com o intuito de reduzir os gastos com impressão de documentos, em atenção à Resolução 468/2022;
- b) aquisição de equipamentos de informática para aumentar a capacidade computacional do TJSE, mediante a ampliação do Datacenter, em atenção aos projetos listados no Terceiro Ciclo da CAPLAG, associado ao fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados, cumprindo-se as Resoluções CNJ 325/2020 e 370/2021;
- c) aquisição de mais 6 novos veículos oficiais de transportes institucionais;
- d) termo de cooperação técnica com a GEAP Autogestão em Saúde, disponibilizando aos servidores e magistrados mais uma opção para a contratação de convênio de saúde;
- e) termo de cooperação técnica com a Brasil Telecom Call Center S/A, a fim de oportunizar o preenchimento de vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, em atenção ao Projeto Conectando com o social – Inserção no mercado de trabalho;
- f) termo de cooperação técnica com o CNJ para o estabelecimento do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, fundamentado no uso da linguagem simples, direta e compreensível a todas as pessoas na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade;
- g) termo de cooperação técnica com a PGE/SE para desenvolver solução integrada, no âmbito do Programa de Financiamento (Profisco).

RESULTADOS EM 2024 (ATÉ 25/10/2024)

Documento/procedimento	Quantitativo
Atos praticados pela Consultoria de Licitações e Contratos nos processos (despachos, informações e pareceres)	1357
Parecer Jurídico (inicial, final, consulta)	454
Pregão	56
Convite	03
Tomada de Preços	02
Concorrência Eletrônica	02
Concurso	-
Credenciamento	-
Leilão	-
Dispensa de Licitação	16
Inexigibilidade de licitação	57
Contratos administrativos	29
Atas de Registro de Preços	24
Convênios/Termos de Cooperação Técnica	28
Processos de penalidade a licitantes e contratados	05

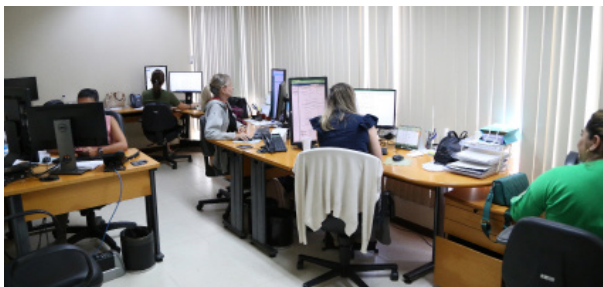
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS EM ANDAMENTO A SEREM CONCLUÍDOS*

Procedimentos licitatórios	Quantitativo
Pregão	50
Convite	-
Tomada de Preços	-
Concorrência Eletrônica	02
Processos de penalidade a licitantes e contratados	03

*em outubro de 2024

CONSULTORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

A Consultoria de Processos Administrativos realiza atividade de interesse direto da administração, em especial no que se refere a demandas envolvendo normas administrativas do TJSE. Assim, desempenha a atividade de assessoramento em todos os processos administrativos que são submetidos à análise do presidente; estudos e pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, inclusive súmulas aplicáveis aos processos e atos administrativos e elaborar pareceres em matérias administrativas submetidas à Presidência; entre outras ações.



Diante de suas atribuições específicas, ao longo do biênio, foram autuados e/ou processados no âmbito desta Consultoria diversos procedimentos administrativos, os quais serão demonstrados em termos numéricos e divididos por matéria e ano em que tiveram suas decisões prolatadas, quais sejam:

Assunto	2023	2024
Abono de falta	27	50
Abono de permanência	12	8
Adicional de qualificação	786	1098
Adicional de 1/3	1	-
Adicional de insalubridade	12	4
Adicional por tempo de serviço	2	-
Administrador judicial	26	1
Afastamento	1	1
Afastamento – estagiário	-	-
Afastamento – licença médica	3	-
Alteração carga horária	1	-
Alteração de cargo	1	-
Alteração de data – efetivo exercício	1	-
Alteração de letra	4	4
Aposentadoria – mm e servidores	35	42
Aposentadoria por incapacidade	2	2
Atualização de vencimentos	6	6
Autorização de pagamento em conta do espólio	-	1
Auxílio-educação	2	-
Auxílio-funeral	9	17
Auxílio-saúde	71	55
Auxílio-transporte	-	1
Avaliação de desempenho	2	9
Avaliação psicossocial	2	-

Averbação	19	23
Bolsa-estudo	9	3
Bônus de desempenho	-	2
Cessão	48	35
Concurso	-	1
Concurso de remoção – servidor	1	-
Condição especial de trabalho	5	5
Consulta	12	20
Convocação eleitoral	-	6
Credenciamento leiloeiro	-	1
Cumprimento de decisão	3	-
Depósito judicial – conta inventariante	-	1
Desaverbação	1	1
Descontos indevidos	1	3
Descredenciamento – perito externo	4	1
Desincompatibilização	-	6
Desistência	-	1
Desligamento bombeiro militar	1	-
Devolução servidor	4	
Dispensa – estagiário	-	-
Estabilidade gestante	1	1
Exoneração	2	
Exoneração para fins de recondução	-	1
Extinção – cargo oficial de justiça	5	2
Extinção – escrivão	-	1
Férias	-	3
Flexibilização de horário	-	1
Folgas compensatórias	1	
Gratificação de direção de fórum	-	1
Gratificação de estímulo à interiorização – GEI	6	9
Gratificação de gabinete	1	1
Gratificação por periculosidade	-	1
Gratificação – premiação	3	1
Gratificação para laboratoristas	1	

Gratificação – secretário grupo de trabalho ou comitê	1	2
Inclusão de dependente	-	2
Incorporação	-	19
Indenização de férias	43	1
Indenização – transporte	1	-
Indicação de estagiário voluntário	-	1
Isenção ir	-	2
Licença – estagiário	-	1
Licença médica	1	1
Licença – curso de formação	1	1
Licença – interesse particular	2	4
Licença para acompanhamento de familiar	-	2
Licença-prêmio	10	21
Lotação	5	4
Manifestações diversas	-	1
Mudança de horário – estagiário	-	2
Multas por infração de trânsito – motorista	1	-
Nomeação	1	-
Ofícios	-	1
Pagamento de diferença de 1/3 de férias	-	1
Pagamento – acréscimos	1	-
Pagamento de função	1	-
Pagamento – imposto não recolhido	-	1
Pagamento de plantão	2	-
Pagamento previdenciário	1	-
Periculosidade	-	1
Período de férias – gozo	1	-
Permuta	4	1

Premiação por produtividade (proporcionalidade)	2	-
Prestar informações	1	-
Previdência complementar	1	-
Prorrogação de licença	2	-
Prorrogação de posse	-	9
Redução de carga horária	17	8
Readaptação	-	2
Reconhecimento de período especial para fins de aposentadoria	-	1
Reenquadramento	1	-
Registro PCD	1	-
Regularidade – economistas	1	-
Reinclusão – dependente	1	-
Remoção	1	-
Renovação de regime de horário diferenciado	1	-
Renovação de autorização para residir no exterior	-	1
Renumeração de servidor	1	-
Renúncia – credenciamento leiloeiro	1	-
Ressarcimento valores	1	-
Retificação de portaria	-	1
Suspensão do ir	-	1
Teletrabalho – Resolução 20/20	47	60
Transferência - servidor	1	-
Triênio	4	1
Vacância	-	2
Verbas indenizatórias	123	162

Desta forma, vê-se que a Consultoria de Processos Administrativos elaborou pareceres e/ou decisões em 1.418 processos no ano de 2023. Já em 2024, verifica-se que 1.974 processos tramitaram, ou seja, foram elaborados pareceres e/ou decisões em 556 processos adicionais em relação ao ano passado.

No tocante aos processos oriundos do CNJ, a Consultoria comunicou à Presidência, através da ASSESP, 381 procedimentos durante o biênio 2023-2025 e, na grande maioria desses processos, foram encaminhadas as respostas solicitadas.

CONSULTORIA DE PROCESSOS JUDICIAIS

A Consultoria de Processos Judiciais é responsável pela atividade de assessoramento e consultoria em todos os processos judiciais que são submetidos à análise do Presidente, especialmente nos Recursos e Ações dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), entre outras ações. Entre os servidores que compõem a unidade, cinco são responsáveis pela remessa dos processos às instâncias superiores e oito pelas decisões de admissibilidade.

Visando à celeridade na apreciação dos pedidos, os processos são distribuídos de forma igualitária para cada servidor pelo sistema de Controle Processual. Semanalmente, são produzidos relatórios do trabalho da Consultoria de Processos Judiciais, bem como da Digitalização e periodicamente são realizadas reuniões gerenciais com o objetivo de troca de informações para a melhoria na gestão dos processos e celebração dos resultados positivos.

No biênio 2023-2025, de acordo com os relatórios de produção, a unidade recebeu 3.330 processos da gestão anterior para admissibilidade e a Consultoria-Geral contava com 790 processos para análise e 66 sobrestados, totalizando 4.189 processos no setor.

Sendo que, em 17 de outubro de 2024, a Consultoria de Processos Judiciais encontrava-se com 211 processos para análise de admissibilidade, sendo que desses 36 estão aguardando homologação pelo Presidente, e 585 para envio às instâncias superiores. De maneira que, houve uma redução de mais 80% dos processos no setor na gestão atual.

Ainda durante a atual gestão, houve a criação de etiquetas de admissibilidade e triagem para facilitar a análise e remessa dos processos urgentes para o STJ e STF, principalmente aqueles que foram admitidos, os quais têm prazo de até 10 dias para serem remetidos às instâncias superiores. Foram setorizadas algumas caixas para melhor gestão e organização das decisões que seriam da competência da Presidência e da Vice-Presidência, bem como foi mantido tudo arquivado através de tabelas mensais com os recursos feitos naquele mês, a fim de ser designada pauta e para o acompanhamento do julgamento de tais processos.



NUPEMEC

Núcleo Permanente de Métodos
Consensuais de Solução de Conflitos

Os projetos e ações realizados no biênio 2023-2025 pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) estão em conformidade com as iniciativas estratégicas do macrodesafio 'Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos'.

O Nupemec e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) não pouparam esforços para a implantação da política nacional de resolução de conflitos por meios consensuais, tanto processual como pré-processual, com destaque para as ações extrajudiciais que se concretizaram através de parcerias com entidades públicas e privadas.

A criação dos Cejuscs Pessoa Idosa e do Segundo Grau; a criação do projeto de prevenção e tratamento ao superendividamento de pessoas e famílias; a realização de mutirões para negociações de dívidas na Semana Nacional de Conciliação e os Cejuscs Itinerantes, foram importantes para o fomento da autocomposição no Judiciário sergipano.



Inauguração do Cejusc Pessoa Idosa, no Procon Estadual, em agosto de 2024

Projetos e ações

O biênio 2023-2025 foi marcado pela criação de quatro projetos, os quais foram criados e executados no Cejusc Aracaju: Cejusc Pessoa Idosa; Conciliando os Decibéis; Cejusc Segundo Grau; e Núcleo de Superendividamento. Com exceção do Cejusc Segundo Grau, os outros três projetos visam ampliar os serviços do Cejusc pré-processual e estimular o uso da conciliação e da mediação como meios adequados de resolução de conflitos.

A criação do Cejusc Pessoa Idosa é um marco da gestão, pois reconhece, acolhe e executa a política judiciária voltada para o atendimento da pessoa idosa em Sergipe. Deu concretude aos preceitos da Resolução 520/23 do CNJ e à Portaria Normativa 31/2021 GP1/TJSE, que institui a Comissão de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa no TJSE. Outro marco, também no referido biênio, é a criação do Núcleo de prevenção e tratamento ao superendividado, trata-se de atender a demanda constante na Lei 14.181/21 (Lei do Superendividamento).



Apresentação da Cartilha Meu Dindim, durante Projeto Escolas no Fórum, no Cejusc do Marcos Freire

Ao todo são 15 projetos em execução, alguns já se transformaram em ações contínuas no Cejusc Aracaju e que foram implantados em outros Cejusc do interior, conforme indicação abaixo:

PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DE ACESSO À JUSTIÇA

Cejusc na Comunidade	Ação contínua, sendo executado também no Cejusc Laranjeiras, para disseminar os serviços oferecidos pelos Cejusc e consolidar a conciliação e a mediação: palestras e elaboração de folders.
Escolas no Fórum	- A execução do projeto no biênio foi no Cejusc do Fórum conjunto Marcos Freire II e no Cejusc Laranjeiras: encontros temáticos e visitação das crianças à estrutura dos Fóruns; - Projeto inscrito no portal de boas práticas do CNJ pelo Cejusc Aracaju.
Conciliando os Decibéis	Capacitação em conciliação de servidores da Guarda Municipal de Nossa Senhora do Socorro a fim de dirimir conflitos advindos de perturbação do sossego.
Cejusc 2 Grau	Ajustes no SCPV para envio dos processos do 2º Grau para o Cejusc Aracaju via sistema.
Cejusc Pessoa Idosa	- Promoção de reuniões e visitas ao Procon estadual e Conselho Municipal da Pessoa Idosa; - Formalização de parceria com Procon estadual e Conselho Municipal da Pessoa idosa, através da Secretaria de Assistência Social de Aracaju, para implantação do Cejusc Pessoa Idosa; - Participação de Seminário Alusivo ao Dia de combate à violência contra a pessoa idosa; - Início das atividades do Cejusc Pessoa Idosa no Procon estadual; - Produção de material informativo sobre o Cejusc Pessoa Idosa; - Encontro de coordenadores de CREAS e CRAS para ajustes de parcerias.
Cejusc Itinerante	Realização de Cejusc Itinerantes em povoados dos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Lagarto e Comunidade Bugio/Aracaju.
Cejusc Saúde	Realização de sessões de mediação entre: - Pacientes que necessitavam de cirurgias oftalmológicas e a Secretaria de Saúde de Aracaju; - Pacientes que necessitavam de cirurgias ortopédicas e a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe.

PROGRAMA DE CIDADANIA FINANCEIRA

Projeto Superendividamento	- Oferta de serviços de prevenção e tratamento ao superendividamento; - Tratativas para nova parceria.
Projeto Idoso Esperto	- Apresentações de esquetes de teatro sobre educação financeira para pessoas idosas das comunidades de Aracaju e nos municípios de Lagarto e Laranjeiras; - Distribuição de Cordel Idoso Esperto; - Roda de conversa sobre educação financeira com grupo de arte Mangaliza.



Apresentação teatral sobre administração do dinheiro durante a Semana Nacional de Conciliação de 2023

Contas em Dia	Informação e orientação sobre educação financeira aos participantes do Mutirão Limpa Nome (Semana Nacional de Conciliação).
Meu Dinheiro tem Valor	- Distribuição de cartilhas e folders sobre educação financeira; - Execução do projeto Sala de Espera no Cejusc Aracaju; - Apresentação de esquete de teatro "Sr. Gastão"; - Projeto inscrito no portal de Boas Práticas do CNJ e apresentação em encontro do Fonamec.

PROGRAMA JUDICIÁRIO HUMANIZADO

Arte no Cejusc	- Continuidade da parceria com a AAAPLASA e exposição de quadros no espaço do Cejusc Aracaju; - Exposição de fotografias com temática alusiva à violência contra a mulher, parceria com a Coordenadoria da Mulher: Cejusc Socorro/Centro, Cejusc Itabaiana, Cejusc Laranjeiras; - Cejusc Marcos Freire concretizou parcerias com expositores de artesanato, artistas plásticos e cantores/cantoras para o projeto mensal 'Arte no Cejusc'.
Janelas do Saber	- Continuidade do projeto; - Aquisição de livros e recebimento de doações; - Projeto implantado no Cejusc Laranjeiras; Cejusc Lagarto, Cejusc Itabaiana, Cejusc Propriá, Cejusc Glória; - Lançamento de livro no Cejusc Aracaju.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	
Capacitação contínua dos mediadores e conciliadores judiciais que atuam nos Cejuscs e convênios	- Promoção de reuniões para planejamento e supervisão dos conciliadores e mediadores; - Parceria com a Ejuse Servidor para promover cursos, abordando a temática da comunicação não violenta e da Lei do Superendividamento; - Oficina de capacitação para mediadores/conciliadores do Cejusc Aracaju.
Formação de conciliadores e mediadores judiciais	- Foram oferecidos 09 cursos e capacitadas cerca de 213 pessoas.

Cursos em 2023

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade EAD - 40 horas - período 09/01/2023 a 30/01/2023. Público: convênios, estagiários prefeituras, Procon Municipal.

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade EAD - 40 horas - período 02/06/2023, 05/06/2023 a 26/01/2023; 11/07 a 14/07/2023. Público: convênios Unit Aracaju, Unit Estância, Unit Itabaiana, Unit Propriá, Guarda Municipal de Nossa Senhora do Socorro, estagiários prefeituras.

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade presencial - 40 horas - período 12/06/2023 a 22/06/2023. Público: convênio OAB/SE.

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade presencial - 40 horas - período 24/07/2023 a 31/07/2023. Público: convênio Faculdade Estácio.

Reciclagem do curso de conciliação e mediação judicial - turma 1 - modalidade presencial - 6 horas - período 14/09/2023. Público: convênio SMTT.

Reciclagem do curso de conciliação e mediação judicial - turma 2 - modalidade presencial - 6 horas - período 15/09/2023. Público: convênio SMTT.

Cursos em 2024

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade presencial - 40 horas - período 19/02/2024 a 29/02/2024. Público: convênio OAB/SE.

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade presencial - 40 horas - período 04/03/2024 a 11/03/2024. Público: convênio Acorde.

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade presencial - 40 horas - período 03/06/2024 a 13/06/2024. Público: convênio OAB/SE.



Quinta turma do curso de Mediação Judicial para advogados, iniciada em junho de 2024

Reciclagem do Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade presencial - 6 horas - período 18/06/2024. Público: convênio servidores Cejusc Aracaju.

Curso de Aperfeiçoamento para manutenção no cadastro do Conciliajud - modalidade presencial 6 horas - período 25/07/2024 a 30/07/2024. Público: conciliadores e mediadores judiciais cadastrados no Conciliajud - Nupemec TJSE.

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade presencial - 40 horas - período 05/08/2024 a 12/08/2024. Público: servidores Cejuscs, convênios Unit Aracaju e estagiários prefeituras.

Curso de conciliação e mediação judicial - modalidade EAD - 40 horas - período 15/08/2024; 19/08/2024 a 09/09/2024; 19/09/2024. Público: convênios Unit Aracaju, Unit Estância, Unit Itabaiana, Unit Propriá, Guarda Municipal de Nossa Senhora do Socorro, estagiários prefeituras.

Mutirões em 2023

Mutirão Energisa (pré-processual), de 12 a 16/06/2023, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju.

Mutirão 20ª e 22ª Vara (processual), de 19 a 26/06/2023, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju.

Mutirão 2º Grau (processual), de 26/06 a 10/07/2023, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju.

Mutirão Senac (pré-processual), de 17 a 21/07/2023, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju.

Mutirão Fazenda (processual) - período 16 a 20/10/2023, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju.

Semana Nacional de Conciliação (pré-processual e processual), de 06 a 10/11/2023, nas unidades jurisdicionais do Estado de Sergipe.

Mutirão Adema (pré-processual), de 20 a 24/11/2023, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju.

Mutirão Agroindústria (pré-processual), de 27/11 a 06/12/2023, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju.

Mutirões em 2024

Mutirão Energisa (pré-processual), de 15 a 19/03/2024, nos Fóruns Integrados IV, no bairro Santa Maria.

Mutirão Ótica Sophia (pré-processual), de 30/07 a 02/08/2024, no Fórum Gumersindo Bessa, no Cejusc Aracaju, audiências virtuais.

Mutirão Ótica Sophia (pré-processual), de 26 a 29/08/2024, no Fórum Gumersindo Bessa, Cejusc Aracaju, audiências virtuais.

Mutirão Energisa (pré-processual), de 02 a 13/09/2024, NPJ da Unit.

Semana Nacional de Conciliação (pré-processual e processual), de 04 a 08/11/2024, nas unidades jurisdicionais do Estado de Sergipe.

Participação em eventos

13º Fórum Nacional de Mediação e Conciliação, de 13 a 14 de abril de 2023, com o tema 'Cultura da Paz e Diálogo Interinstitucional', com a participação da magistrada Maria Luiza Foz Mendonça, no TJMG;

Seminário Soluções Fundiárias: Perspectiva de Atuação do Judiciário no Regime de Transição Estabelecido na ADPF 828, de 27 a 28 de abril de 2023, com a participação da magistrada Maria Luiza Foz Mendonça e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, no CNJ;

Encontro Regional Nordeste de Nupemecs, 14 de julho de 2023, com a participação da magistrada Maria Luiza Foz Mendonça, no TJPB;

1º Encontro Regional Sudeste do Fonamec, 31 de agosto de 2023, com a participação da magistrada Dauquíria de Melo Ferreira, no TJSP;

1º encontro de Nupemecs da Região Centro-Oeste – Fonamec, de 05 a 06 de outubro de 2023, com a participação da magistrada Dauquíria de Melo Ferreira e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, no TJMT;

14º Fórum Nacional de Mediação e Conciliação e XI Jornada de Soluções Autocompositivas – Fonamec, de 22 a 24 de novembro de 2023, com a participação da magistrada Maria Luiza Foz Mendonça e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, no TJRS;

15º Fórum Nacional de Mediação e Conciliação e XI Jornada de Soluções Autocompositivas, de 15 a 17 de maio de 2024, com o tema 'Gerando

Opções para o Fortalecimento da Pacificação Social', com a participação da magistrada Dauquíria de Melo Ferreira e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, no TJES;

Cerimônia de posse da nova diretoria do Fonamec e reunião dos Nupemecs, de 12 a 13 de dezembro de 2024, com a participação da magistrada Maria Luiza Foz Mendonça e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, no TJPE.

ARACAJU			
Cejusc Processual	2023	2024 (ATÉ SETEMBRO)	TOTAL
Audiências designadas	12750	8983	21733
Audiências efetivamente realizadas	8357	6123	14480
Acordos	2335	1640	3975
Cejusc Pré-processual	2023	2024 (ATÉ SETEMBRO)	TOTAL
Quantidade de registros	3188	2622	5810
Acordos	2539	2023	4562
Mutirões realizados		13	
Cursos de capacitação		09	
Pessoas capacitadas no Módulo Teórico do curso de Conciliação e Mediação Judicial		213	
INTERIOR			
CEJUSC PROCESSUAL	2023	2024 (ATÉ SETEMBRO)	TOTAL
Audiências designadas	17490	15653	33143
Audiências efetivamente realizadas	11975	10417	22392
Acordos	3278	3320	6598
Cejuscs Pré-processuais	2023	2024 (ATÉ SETEMBRO)	TOTAL
Quantidade de registros	1454	995	2449
Acordos	700	630	1330

NUPEJURE

Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa

O Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nupejure) é o órgão responsável pela macrogestão da Política de Justiça Restaurativa no âmbito do TJSE. Sua atuação consiste no planejamento e implementação de ações e projetos em articulação com instituições parceiras para execução de práticas restaurativas e formação de facilitadores no Estado de Sergipe.

Projetos e ações

Restaurando Alternativas

Projeto realizado em parceria com a Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), a Universidade Tiradentes (Unit) e o Programa Fazendo Justiça/CNJ/PNUD, com o objetivo de promover práticas restaurativas aos usuários dos serviços penais em Sergipe. A ideia é viabilizar aos cumpridores das medidas e penas alternativas atendimento mais humanizado, incentivando suas potencialidades, fomentando a ressignificação da experiência, pela oportunidade de recomeçar suas vidas, tomando novos rumos que os levem ao exercício da cidadania de forma responsável. Para efetivação deste projeto, o Nupejure promove capacitações para funcionários das entidades parceiras. Desde abril de 2023, foram realizados 11 encontros restaurativos com a participação de funcionários e beneficiários do serviço.

Formação de facilitadores restaurativos

Com a finalidade de atender à Resolução 225/2016 do CNJ, que preconiza a formação de facilitadores restaurativos pelos tribunais, o Nupejure, em parceria com a Ejuse, realiza curso de formação de facilitadores restaurativos para capacitação de servidores e magistrados, como também para outros funcionários atuantes no sistema de justiça e na rede de atendimento municipal e estadual.

Em 2023 foram realizadas duas edições da formação teórico vivencial (com 40 horas/aula) com a participação de servidores e magistrados do TJSE, bem como defensores públicos e servidores da Defensoria. Na segunda edição de 2023 o curso foi destinado a profissionais das instituições de acolhimento de Sergipe. Nessas edições foram certificados 23 participantes na primeira edição e 24 na segunda, totalizando 57 pessoas no ano de 2023.

Em 2024, em adequação aos parâmetros pedagógicos de formação estabelecidos pelo CNJ, a carga horária foi ampliada para 70 horas (divididas em 30 horas de curso teórico

e 40h de curso vivencial) com participação de servidores do tribunal, profissionais da Delegacia de Violência Doméstica, instituições de acolhimento, CRAM, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, CIAP, etc. Nesta edição foram emitidos 60 certificados de conclusão do curso.

Além da formação inicial em Justiça Restaurativa, foram promovidos também 03 (três) cursos de capacitação continuada com 52 certificados emitidos pela escola.

Cejure processual

A criação do Centro Judiciário de Justiça Restaurativa (Cejure) de Aracaju visa atender à Resolução 225/2016 do CNJ, que preconiza a realização de práticas restaurativas para enfrentamento dos fatores motivadores das violências. Desde a implantação do sistema processual, em janeiro de 2023, a equipe do Cejure de Aracaju realiza atendimento das partes através das práticas restaurativas para promoção de acordos e transformação de conflitos oriundos de processos derivados da 6ª Vara Criminal, Juizados da Infância e Juventude (16ª e 17ª Varas Cíveis) e do Juizado Especial Criminal de Aracaju. No biênio 2023-2025, conforme dados coletados no SCPV (de janeiro de 2023 a 30/10/2024), foram atendidas cerca de 750 pessoas no Cejure, tendo sido realizadas 722 sessões restaurativas. Distribuídas dessa forma: 674 pré-círculos, 38 círculos e 10 pós-círculos.



NOVO SERVIÇO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA TJSE

CENTRO ESPECIALIZADO
de atenção às vítimas de crimes e atos infracionais

ACESSO AO BALCÃO VIRTUAL DO TJSE
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA ACESSAR O QR CODE.
Escolha a opção
Centro Judiciário de Justiça Restaurativa de Aracaju
TELEFONE: (79) 3224-3724

JUSTIÇA RESTAURATIVA TJSE

PRIMEIRA SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE



Círculo Restaurativo com turma do Jovem Aprendiz



Círculo Restaurativo em comemoração do Dia da Mulher



Visita a delegacias para divulgação do Ceavica



Participação de gestores da Fundação Renascer em círculo restaurativo

Ceavica

O Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (Ceavica) foi criado pelo Tribunal de Sergipe através da publicação da Portaria 24/2022, atendendo à Resolução 386/2021, que alterou a Resolução 253/2018; tendo sua estrutura física anexa ao Cejure. Todavia, as atividades do Ceavica tiveram início em 2023, com a implementação do atendimento no Balcão Virtual, no qual os usuários podem agendar videoconferência ou manter contato por aplicativo de WhatsApp. E ainda, durante contato virtual, a vítima pode solicitar atendimento presencial.

A equipe do Cejure tem feito divulgação dos canais de atendimento visto a baixa procura por parte das vítimas. A divulgação, em 2023 e 2024, foi feita, com apoio da Dicom, no site oficial e redes sociais do TJSE. Além disso, a equipe tem realizado visitas às varas criminais, para distribuição de cartazes, e nas delegacias metropolitanas para facilitar o acesso das vítimas ao serviço. Já foram visitadas mais de seis delegacias.



BIBLOTECA

A Biblioteca Central do Poder Judiciário de Sergipe, denominada 'Desembargador Gervásio Prata', localizada no Anexo II ao Palácio da Justiça; e a Biblioteca Setorial 'Juiz Mário de Siqueira Pinto', localizada no Fórum Gumersindo Bessa; são bibliotecas especializadas na área jurídica, tendo como objetivo principal oferecer subsídios aos usuários internos e externos nas suas pesquisas.

As obras adquiridas no biênio 2023-2025, referentes a livros, foram compradas e recebidas através de doações de editoras, Tribunais, autores, particulares e instituições. O acervo atual da biblioteca conta com 7.336 livros.

Em relação aos periódicos, foi realizada a renovação da assinatura do Diário Oficial do Estado (DOE on-line), 2023, no valor de R\$ 2.041,20; e em 2024, no valor de R\$ 2.164,25, atendendo desta forma às solicitações dos usuários. As doações foram feitas pelos Tribunais Superiores, estaduais, editoras, instituições afins e particulares, que contribuíram para um bom atendimento.

Atualmente a biblioteca conta em seu acervo com 260 títulos de periódicos, totalizando 15.003 volumes, cadastrados no sistema BIB, 52.033 doutrinas de 137 títulos. O acervo atual da biblioteca conta com 22.339 registros de títulos de obras, das quais 7.336 são livros, e 260 títulos de periódicos distribuídos em 15.003 volumes, constando um total geral de 22.339 volumes.

Biblioteca Digital

Assinatura anual (2023 e 2024) da Biblioteca Digital Proview IP, com a disponibilização da média de 1.900 obras da Editora Revista dos Tribunais, com acesso simultâneo de 400 usuários, liberadas no site do TJ para todos os servidores. O valor anual da assinatura, em 2023, foi de R\$ 92.236,51 e, em 2024, valor foi de R\$ 96.383,81.

Com a nova política de divulgação e a mudança de acesso para a página inicial do Tribunal de Justiça da Biblioteca Digital, verificou-se um maior número de usuários utilizando esta plataforma de livros eletrônicos.



Convênio

Firmado Convênio 03/22 – Primeiro Termo Aditivo – 2024/2025, entre a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Tribunal de Justiça de Sergipe para a contratação de estagiários, acadêmicos do curso de Biblioteconomia e Documentação, que estão cursando o estágio curricular, sendo disponibilizada duas vagas, uma para Biblioteca Central e outra para Setorial, por semestre.

COMPRAS E DOAÇÕES DE LIVROS E PERIÓDICOS NA BIBLIOTECA CENTRAL - BIÊNIO 2023-2025				
MATERIAL	COMPRA	DOAÇÃO	TOTAL	TOTAL R\$
Livros	52	20	72	7.213,60
Separata Sergipana	-	-	-	-
Periódicos/Exemplares	-	27	27	-
Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on-line 2023	01	-	01	2.041,20
Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on-line 2024	01	-	01	2.164,25
Assinatura da Biblioteca Digital PV PROVIEW-RT 2023	01	-	01	92.236,51
Assinatura da Biblioteca Digital PV PROVIEW-RT 2024	01	-	01	96.383,81
Total Geral	56	47	103	200.039,37

Sistema de Automação

O acervo da Bibliotecas Central (livros/periódicos) são cadastrados e catalogados através do sistema BIB, constando no sistema 7.336 livros e 260 títulos de periódicos, totalizando 15.003 volumes, com 52.033 doutrinas de 137 títulos, todos registrados e etiquetados com código de barra. Os empréstimos são realizados via sistema, estando disponíveis todos os dados do acervo via internet no portal da biblioteca para consulta.



Foi firmado Termo Aditivo 1 e 2 (2023/2024) ao Contrato anual 30/2022, de Prestação de Serviços com a RAF Tecnologia da Informação Ltda., para a manutenção do Sistema BIB no valor R\$ 37.803,00 por ano, totalizando-se R\$ 75.606,00.

Diariamente, foi realizada atualização do cadastro dos usuários, via Diário da Justiça, obedecendo ao que determina a Instrução Normativa 02/2022 em relação ao critério de cargos que podem constar no mencionado cadastro. Através do sistema BIB, a biblioteca oferece aos usuários atendimento rápido e eficiente, mostrando sua evolução tecnológica no campo da informatização.

Empréstimos

Foram realizados 220 empréstimos aos usuários, com 210 devoluções, no período do biênio 2023-2025.

Frequência

Atendendo aos usuários com atenção e com uma política empreendedora de atualização do acervo com sua divulgação no Portal da Biblioteca no site do Tribunal, como também as suas acomodações essenciais, a biblioteca obteve uma razoável frequência de usuários internos, de instituições afins, advogados e acadêmicos da área jurídica. Foi registrada durante o período uma frequência com estimativa mensal de 35 usuários, totalizando-se no biênio 840 visitas.

Biblioteca Setorial Juiz Mário de Siqueira Pinto

Localizada no Fórum Gumersindo Bessa, a Biblioteca Setorial Juiz Mário de Siqueira Pinto conta com um acervo de 1.093 livros e 161 periódicos, perfazendo um total de 1.254 registros. No biênio, foram computados 207 empréstimos de livros e periódicos, feitos aos juízes, escrivães e assessores.

COMPRAS E DOAÇÕES DE LIVROS E PERIÓDICOS NA BIBLIOTECA SETORIAL - BIÊNIO 2023-2025				
MATERIAL	COMPRA	DOAÇÃO	TOTAL	TOTAL R\$
Livros	52	12	64	7.213,60
Periódicos	-	01	01	-
Total Geral	52	13	65	7.213,60

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO



Exposição dos 46 anos do Mamulengo de Cheiroso ficou em cartaz no Memorial de maio a dezembro de 2024

Atenta ao conteúdo da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a gestão 2023-2025 do Memorial do Judiciário de Sergipe, através de seus projetos e ações, atuou na promoção da cidadania e outros direitos fundamentais, como educação e cultura, sustentabilidade, diversidade, acessibilidade e inclusão; além da valorização e preservação do patrimônio cultural material e imaterial do Palácio Sílvio Romero.

Ao adotar iniciativas para o fortalecimento e a valorização da memória e história jurídica em Sergipe e, atendendo aos princípios e diretrizes da Resolução 01/2022, que institui o Programa de Gestão da Memória do Judiciário de Sergipe, que orienta abarcar iniciativas direcionadas à pesquisa, conservação, restauração, reserva técnica, comunicação, ação cultural e educativa, o Memorial desenvolveu ao longo dos últimos dois anos diversas ações internas.

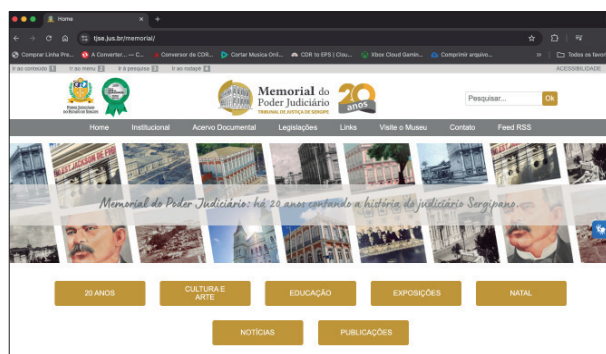
Uma delas foi o levantamento de acervo e catalogação, visando identificar e descrever um objeto/documento museológico, atualizando o inventário do Memorial. No processo de inventário foi identificada a necessidade de restauração do álbum fotográfico dos formandos da Faculdade de Direito da Bahia, turma de 1938, peça doada pela família do desembargador sergipano Belmiro da Silveira Góes, ex-presidente do TJSE.



Diretora do Memorial, Sílvia Resnati, à esquerda, recebe álbum de formatura de 1938 restaurado pelo Arquivo Judiciário

O restauro foi realizado graças à parceria com o Arquivo Geral do Judiciário. Todo o processo durou cerca de três meses e contou com as etapas de desinfestação, mapeamento, higienização, colagem de fotos, restauro com polpa de celulose tingida, guilhotina, banho de cera da capa, recuperando assim a capa de madeira, o dorso de couro e páginas que estavam danificadas, através do laboratório do Arquivo Geral do Judiciário, que tem a missão de preservação da documentação histórica do Poder Judiciário de Sergipe.

Visando fortalecer a identidade visual da casa de memória do TJSE, houve a modernização do Portal do Memorial, de maneira a garantir a identificação imediata pela sociedade, através de matérias e publicações das ações, além de documentos históricos.



Novo portal do Memorial do Judiciário

Foram firmadas, ainda, parcerias com órgãos externos ao TJSE, com visitas e aulas práticas com os cursos de Museologia e Arquitetura da Universidade Federal de Sergipe; intercâmbio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através de reuniões dos integrantes do IPHAN em Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e Escola do Legislativo de Sergipe.

Em comemoração ao Agosto Lilás, em 2023, o Memorial abrigou a exposição fotográfica 'Partida'; e em 2024 a exposição 'Flor de Lótus', ambas em colaboração com a Coordenadoria da Mulher do TJSE.



Exposição Partida, em agosto de 2023, em parceria com Coordenadoria da Mulher

O Memorial ainda recebeu, em 2023, a doação de materiais didáticos, por parte da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ/TJSE) e a Associação de Magistrados de Sergipe (Amase), com o objetivo de fortalecer as ações educativas e de cidadania para o público infantojuvenil. A revista "Turma da Mônica e o Poder Judiciário" traz de forma divertida e lúdica informações sobre o funcionamento, composição e importância do Poder Judiciário.

O Memorial do Judiciário esteve presente em importantes eventos, a exemplo dos Encontros Nacionais de Memória do Poder Judiciário, instituídos pela Resolução 316 do CNJ, sendo em Porto Alegre (RS), em 2023, e São Paulo (SP), em 2024. O objetivo foi fomentar as atividades de preservação da história dos vários tribunais do país e incentivar ações que buscam divulgar a memória judiciária em todos os seus ramos de atuação e em cada região.

Projetos

Educar: Nossa Senhora do Socorro no Palácio das Memórias



Novo portal do Memorial do Judiciário

Projeto desenvolvido com visitas quinzenais ao Memorial por parte de estudantes da rede municipal de Nossa Senhora do Socorro (SE), em colaboração com o Cejusc do Marcos Freire II. O objetivo foi conhecer o palácio histórico e seu acervo, estimulando e valorizando a cidadania, a cultura, o conhecimento e troca mútua de saberes. Diante da constante busca de agenda por parte das escolas, o projeto foi estendido até o 4º ciclo do biênio da atual gestão com novas propostas. Em 2024, o projeto incluiu, além das visitas ao Palácio Sílvio Romero, oito apresentações com aulas-espetáculo com o grupo de bonecos Mamulengo de Cheiroso. As aulas-espetáculo foram realizadas na praça Olímpio Campos, em frente ao Palácio Sílvio Romero, que funcionou como palco da apresentação, possibilitando assim, que toda a sociedade aracajuana assistisse. Fazendo com que as escolas viessem ao museu e as novas gerações conhecessem a cultura popular nordestina, através do teatro de bonecos.



Gabinete da presidência no Memorial



Gabinete da Presidência transferido para o Memorial como forma de divulgação da história do Judiciário

Visando contribuir com a valorização da edificação do Palácio Sílvia Romero, tombado em 1985, o Presidente do TJSE, desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, entendeu ser relevante para a memória institucional, desenvolver o projeto 'Valorizar: Presidência do Palácio Tobias Barreto despacha no Palácio Sílvia Romero'. Através dessa ação, visou-se contribuir com o conhecimento sobre o Palácio Sílvia Romero das pessoas que buscaram audiência com o Presidente, com o intuito de compreender, apreciar e tomar consciência da importância da proteção e da valorização do Palácio do Memorial. Assim, seguindo um calendário predefinido o Presidente transferiu o seu Gabinete para o rés do chão do Memorial.

Natal do Judiciário



Natal do Poder Judiciário no Memorial

O Memorial, a cada ano, empenha-se em manter a realização de seu evento natalino, resgatando a memória da comunidade aracajuana, que viveu o glamoroso período do festejo natalino do século XX. Em 2023, o público adulto foi presenteado com música erudita e a cantata nas janelas do Palácio. As crianças puderam se divertir no parquinho com carrossel, barquinhos, guloseimas, além da presença do Papai Noel. Em 2024, o Judiciário sergipano, através de seu Memorial, realizou, no dia 05 de dezembro, a 14ª edição de suas comemorações natalinas em uma festa de conagração que uniu seus servidores, famílias e a sociedade aracajuana em geral, em um momento único de reflexão, solidariedade e comunhão, nos arredores do Palácio Sílvia Romero. Na edição de 2024, o público foi apresentado com apresentação musical única e romântica do cantor de grandes sucessos dos anos de 1970, Patrick Dimon. Várias gerações vibraram com as canções, que fazem parte de sua memória afetiva. Em seguida, o Grupo Vocal Vivace encantou, mais uma vez, o público com sua apresentação nas janelas de nosso palácio de estilo eclético tardio.

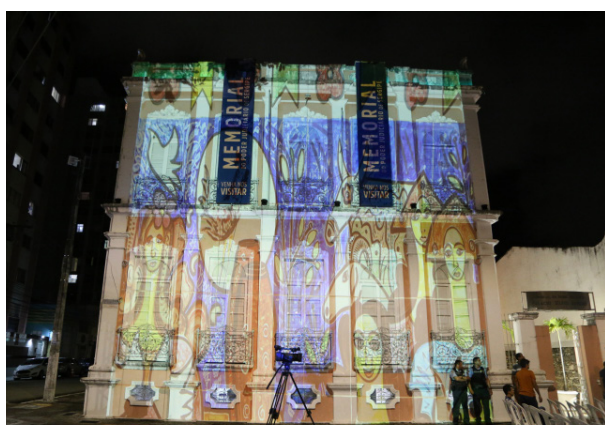


Edição de 2023

Simulação do Tribunal do Júri

Realizada em parceria com a Universidade Tiradentes, oportunizando aos alunos do 1º ao 9º período do curso de Direito dos Campi Farolândia e Estância a prática jurídica com a realização da simulação de um Tribunal do Júri. Os alunos foram divididos entre réus, jurados, testemunhas, oficiais de justiça, auxiliares da Justiça, defesa, acusação e o público que assistiu ao júri. A simulação do julgamento pelo Tribunal do Júri foi acerca do clássico 'O caso dos Exploradores de Caverna', obra escrita pelo filósofo britânico Lon L. Fuller. Essa ação, realizada no ano de celebração dos 20 anos do Memorial, oportunizou aos acadêmicos valorizar mais ainda a história do Memorial, já que estavam no Palácio que foi o primeiro Tribunal de Relação, um prédio de fundamental importância para história e a memória do Poder Judiciário e da sociedade sergipana.

20 anos do Memorial



Aniversário dos 20 anos do Memorial do Judiciário

As comemorações dos 20 anos de existência do Memorial foram iniciadas em março de 2024, com atividades que mostraram na prática os princípios e as diretrizes da casa de memória. No dia 6 de junho, foi realizada uma festa nas ruas ao redor do Palácio com o Grupo Vocal Vivace e acompanhamento instrumental do Grupo Insamba, com o estilo musical Bossa Nova, homenageando o grande compositor João Gilberto. A noite cultural foi aberta com uma apresentação de teatro de bonecos com o Grupo Mamulengo de Cheiroso, alegrando o público com uma peça da cultura popular nordestina. O Palácio Sívio Romero, nas suas laterais, foi enriquecido e valorizado com uma projeção colorida de obras de arte que contam a história da nossa cultura e pontos turísticos da nossa capital.

Exposições de curta duração

Aracaju: Memória e Patrimônio Cultural

Aberta em março de 2023, a exposição celebrou o aniversário da capital. As obras foram dos membros da Associação dos Artistas Plásticos de Aracaju (AAPLASA), fotografias de Dora Mendonça, aquarelas de Hilson Costa, sob curadoria de Chiko Só. Continuando a comemoração, o Memorial recebeu os alunos da rede particular para uma roda de conversa, com o professor mestre Fred Teles, com o título 'Aniversário de Aracaju: curiosidades históricas nos 168 anos de Patrimônio Cultural'. A partir do recorte histórico, antropológico e cultural, os eventos tiveram como objetivo promover uma troca mútua de conhecimento acerca da história, memória, patrimônio e curiosidades históricas sobre Aracaju.

SustentARTEbilidade

Exposição com doze artistas sergipanos, com obras bi e tridimensionais, além da performance de César Leite, em harmonia com o tema lançado pelo IBRAM na 21ª Semana dos Museus, no que diz respeito à sustentabilidade. Na cerimônia de abertura foram convidadas as escolas da rede pública e, na noite do dia 25 de maio de 2023, houve um bate-papo com os artistas apresentando suas obras, cujo público-alvo foi a sociedade em geral. A mostra permaneceu aberta ao público de março a julho, período em que foram desenvolvidas ações educativas com alunos de várias escolas, com aberturas extraordinárias à noite para os estudantes do EJA.

Memórias e Democracia

Na 17ª edição da Primavera dos Museus, evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o tema foi 'Memórias e Democracia: pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas'. A proposta foi de uma exposição documental temporária, de curadoria de Eduardo Freitas, com o tema 'Dialogay Di@logando'. Em seguida, foram proferidas duas palestras: 'Prevenção às infecções sexualmente transmissíveis na terceira idade', com o médico Almir Santana, e 'Memória do Dialogay e Direitos Humanos', com Alessandro Monte. O evento foi encerrado com o relançamento do Instituto Dialogay, organização fundada em 1981, com a finalidade de acolher a população LGBTQ+.

Dia da sergipanidade

Em outubro, o Memorial comemorou o Dia da Sergipanidade (24/10), homenageando a cultura popular sergipana com um convite especial ao grupo teatral Mamulengo de Cheiroso. Uma exposição de curta duração composta por 50 peças, entre bonecos (fantoques e marionetes), fantasias teatrais e máscaras e que tiveram como palco as festas tradicionais no Nordeste.

Exposições de longa duração

Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar



Abertura da exposição de longa duração do ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar

Lançada em 22 de agosto de 2024, a exposição conta com objetos doados pela família do ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar, que tratam da trajetória pessoal e profissional, os quais foram incorporados ao acervo do Memorial. A mostra traz um acervo bibliográfico, composto por obras literárias e poesias de autoria do homenageado, bem como livros utilizados nas suas consultas enquanto membro do Poder Judiciário e docente no ensino superior. A exposição dispõe ainda de um acervo iconográfico, com fotografias e obra audiovisual, além do depoimento do magistrado, aluno e membro da ASL, José Anselmo Santos.

Palestras

A Revolta de 13 de Julho de 1924

A Assembleia Legislativa de Sergipe, através da Escola do Legislativo, e o Tribunal de Justiça de Sergipe, através do Memorial do Poder Judiciário, celebraram o centenário do Movimento Tenentista em Sergipe, com a realização do simpósio 'A Revolta de 13 de Julho de 1924 à luz da História e da Justiça de Sergipe', nos dias 11 e 12 de julho de 2024.



Evento sobre a Revolta de 13 de Julho, com exposição de documentos e palestras

Primavera dos Museus

Coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2024 foi trabalhado o tema 'Museus, Acessibilidade e Inclusão', com o objetivo de intensificar a relação dos museus com a sociedade, através de temáticas de interesse e relevância social. O Memorial, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico (IHGSE), ofereceu duas manhãs de palestras. Em outubro, as teorias da audiodescrição foram os fundamentos para um curso de formação destinado às equipes das duas instituições, Memorial e IHGSE, aplicando na prática a metodologia da audiodescrição em algumas peças do acervo do Memorial.



SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária é o órgão de planejamento, direção, assessoramento e supervisão das atividades jurisdicionais do Poder Judiciário. Entre as ações do biênio, iniciou-se, em abril de 2023, a transmissão das sessões do Tribunal Pleno com a participação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em atenção ao que estabelece a Resolução 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre as diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares.

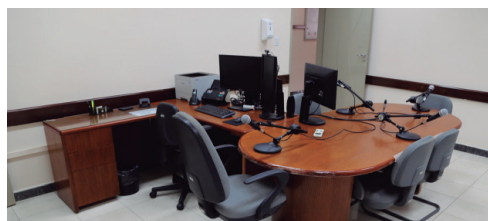
No decorrer da gestão foram criadas duas novas vagas de desembargador, através da Lei Complementar 388/2023, compondo o Tribunal Pleno, atualmente, 15 Desembargadores. Em julho de 2024 foram instaladas a 2ª Vara Criminal de Lagarto e a 3ª Vara da Comarca de Barra dos Coqueiros, de competência plena.

Também em julho de 2024 foi finalizada a implantação, perante o Sistema de Controle Processual do 2º Grau, do Novo Regimento Interno do Tribunal, com as diversas modificações trazidas, a exemplo de identificação dos Gabinetes dos Desembargadores por numeração.

Ainda durante a gestão, foi desenvolvido o projeto de implantação da ferramenta *closed caption* para transmissão de legenda em todas as sessões do Tribunal. Em abril de 2023 foi realizada a capacitação, no âmbito do 2º Grau, do sistema PJeCor para fins de cumprimento da Resolução 320/2020 e Provimento 130/2022 CNJ.



Transmissão da sessão do Tribunal Pleno com tradução em libras e close caption



Instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Lagarto, em junho de 2024

MOVIMENTAÇÃO NAS CARREIRAS DOS MAGISTRADOS (2023 E 2024)

Entrância final	Quantitativo
Remoção por antiguidade	30
Remoção por merecimento	24
Total	54
Promoção por antiguidade	10
Promoção por merecimento	10
TOTAL	20
Entrância inicial	
Remoção antiguidade	10
Remoção merecimento	8
Total	18
Titularização antiguidade	7
Titularização merecimento	7
TOTAL	14
Desembargador	
Promoção por antiguidade	01
Promoção por merecimento	01
Obs.: não foi considerada a vaga do Des. José dos Anjos, aberta em 2022 e preenchida em 2023	
TOTAL	02

*dados atualizados até a sessão do Tribunal Pleno ocorrida no dia 25/10/2024



ARQUIVO JUDICIÁRIO

O Arquivo Judiciário é uma unidade de gestão documental com atribuições de recepção, gestão e acesso aos processos judiciais findos e documentos administrativos de guarda intermediária (que aguardam o cumprimento dos prazos precautionais de guarda); classificação, avaliação e identificação dos valores dos documentos; e o arranjo, conservação, restauro e difusão do acervo histórico de guarda permanente que compõem o patrimônio arquivístico do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Divisão de Recuperação e Consulta Documental

A Divisão de Recuperação e Consulta Documental recebeu 815 caixas no ano de 2023; 2.375 caixas no período compreendido entre janeiro e outubro de 2024, importando um total de 3.190 caixas recebidas durante a gestão. Foram conferidos 25.755 processos judiciais, dos quais 2.396 foram devolvidos, eis que remetidos em desacordo com o estatuído na Instrução Normativa 06/2012, que dispõe sobre a transferência de caixas das Secretarias dos Juízos Cíveis e Criminais ao Arquivo Geral do Judiciário e o acesso dos interessados aos processos arquivados; e Resolução 09/2020, que estabelece a Política de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital do TJSE.

No ano de 2023, foram solicitados 1.390 processos, sendo 905 mediante a remessa dos autos físicos e 485 através da remessa de 3.646 peças digitalizadas. Por sua vez, no período compreendido entre janeiro a outubro de 2024, foram solicitados 1.356 processos, sendo 939 mediante a remessa dos autos físicos e 417 através da remessa de 3.725 peças digitalizadas.

Relativamente à consulta jurídica, tocante ao atendimento das partes, advogados e representantes legais, foram consultados 3.969 processos, sendo 2.258 no ano de 2023 e 1.711 de janeiro a outubro de 2024. Pertinente à documentação administrativa, foram recebidas 1.694 caixas contendo documento administrativo/administrativo judicial.

A Divisão ainda apresentou requerimento junto à Diretoria de Sistemas de Gestão – Divisão de Sistemas Extrajudiciais e de Arrecadação, solicitando alterações no Sistema de Administração do Arquivo Judiciário (SAAJ). O objetivo foi promover melhorias e adequações no referido sistema, em específico relacionadas à gestão e controle do acervo, de forma a atender aos requisitos do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus) e garantir uma melhor gestão do acervo físico de forma sistêmica e integrada, garantindo a manutenção e preservação das informações necessárias para a localização de autos arquivados.

Divisão de Avaliação Documental

A Divisão de Avaliação Documental engendra seus esforços na otimização dos procedimentos de avaliação, classificação e destinação dos processos judiciais findos e documentos administrativos que alcançaram seu tempo de guarda, seguindo para descarte ou recolhimento para guarda permanente, sob a coordenação da Comissão Permanente de Avaliação Documental, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Pronome).

Nesse sentido, considerando a Resolução 324/2020 do CNJ de observância obrigatória pelos tribunais das normas de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, foram desenvolvidos e realizados os projetos e atividades:

- Participação na Consulta Pública sobre atualização do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus), apresentando, na oportunidade, as propostas;

- Aprovação dos Editais de Ciência de Eliminação 01/2023, 02/2023 e 01/2024, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos;

- Conclusão do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos 02/2024;

- Conclusão dos Editais de Ciência de Eliminação de Documentos Administrativos 01/2024 e 02/2024;

- Treinamento dos servidores da Avaliação Documental, realizado no Laboratório de Preservação e Restauro, para estabelecer novo processo de trabalho ao possibilitar a transferência de imediato dos processos históricos para o acervo especial;

- Atualização Sistema de Administração do Arquivo Geral do Judiciário, em especial o módulo de Gestão Documental para contemplar as atualizações do *Manual de Gestão Documental do Poder Judicial do CNJ*;

- Proposta de Automação de Processos de Trabalho da Avaliação Documental - Emissão de listagem de eliminação em ordem cronológica;

- Projeto Caplag de Atualização dos Sistemas Informatizados de Gestão de Documentos e Processos do Poder Judiciário para atender ao novo Modelo de Requisitos para Sistemas (MoReqJus), Resolução 522/2023, que disciplina a obrigatoriedade da sua utilização nos sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário;

- Atualização do Sistema de Administração do Arquivo Judiciário para contemplar as alterações trazidas pela publicação das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário (TPUs), realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

- Participação no IV Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (Enam);

- Participação no VI Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, sediado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Divisão de Memória Judiciária

Nas atividades concernentes a classificação de processos do acervo permanente, de fevereiro de 2023 até outubro 2024, a divisão classificou 4.130 processos históricos, efetuando a substituição de 394 caixas e etiquetas.

Quanto às atividades de restauro de documentos históricos, no período compreendido entre 2023 até outubro 2024, foram restaurados 418 processos e 19.257 páginas tratadas de desinfestação, higienizadas, intercaladas, mapeadas e envelopadas e digitalizados e inseridas 4.049 páginas de processos históricos na plataforma AtoM.

Foram ainda restaurados 18 livros da biblioteca do TJSE, contendo 6.481 páginas e 1 convite de madeira dos bacharéis do curso de Direito de 1938, do Acervo do Memorial do TJSE.

Quanto ao atendimento aos pesquisadores, foram 295 visitas presenciais ao Arquivo Judiciário no ano de 2023 e 318 visitas de janeiro até outubro de 2024; totalizando 613 atendimentos presenciais de pesquisadores no biênio 2023-2024.

No que diz respeito à elaboração de instrumentos técnicos de pesquisa, foi publicado *Catálogo de Fontes Judiciais para a História da Educação em Aracaju na primeira República* (1889-1930) e realizada a atualização e formatação do guia de fundos.

Entre as ações de difusão e capacitação desenvolvidas no biênio 2023-2024 destacam-se:

- 13 visitas técnicas ao Arquivo Judiciário e Cursos de Higienização de Documentos históricos, atendendo servidores, promotores e estudantes do Ministério Público de Sergipe, Senac, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Fanese, Assembleia Legislativa de Sergipe e Prefeitura Municipal de Cipó (BA);

- Realização de 7 exposições sobre os temas: Dia dos Povos Indígenas; História de Sergipe através do Judiciário; Cotidiano do Escravo; Sergipe Justiça Kids; Arquivo e História; Arquivos, Territórios e Vida.



Visita de alunos do curso de Direito



Assunção Ribeiro, diretora do Arquivo, apresentando o setor de pesquisa a crianças do Sergipe Justiça Kids



Curso de Conservação e Restauro de Gravuras e Documentos, promovido pelo Depto de Artes Visuais e Design da UFS



Visita técnica de servidores do Arquivo Central do Ministério Público de Sergipe



Restauração do álbum fotográfico dos formandos da Faculdade de Direito da Bahia, turma de 1938



Catálogo publicado em comemoração aos 39 anos do Arquivo Judiciário, em novembro de 2023

COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

A Coordenadoria de Perícias Judiciais é a unidade administrativa responsável pela coordenação das perícias judiciais, cuja parte requerente da perícia seja beneficiária da gratuidade judiciária em todo o Estado de Sergipe, nas mais variadas especialidades. Criada pela Lei 6.124 (21/03/2007), está sediada no Fórum Gumersindo Bessa e é subordinada à Secretaria Judiciária, possuindo três Divisões: Contabilidade, Psicologia e Serviço Social, além dos setores de Engenharia Civil, Perícia Médica (Psiquiatria, Medicina do Trabalho e Pediatria) e do Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.



Projetos e Ações

No ano de 2023

- Publicação do Ofício Circular 386/2023, sobre o agendamento de perícias e credenciamento de peritos;

- Assinatura do 2º Aditivo do Contrato 51/2021, celebrado entre o Tribunal de Justiça de Sergipe e a Empresa Med-gen Tecnologia Avançada em DNA Ltda EPP, para atendimento às partes beneficiárias da gratuidade judiciária;

- Informatização dos procedimentos de trabalho mediante a renovação do Contrato 30/2021, ferramenta de cálculos judiciais e financeiros;

- Realização da Força Tarefa 2023.1 com a redistribuição de 602 processos com solicitação de perícia contábil;

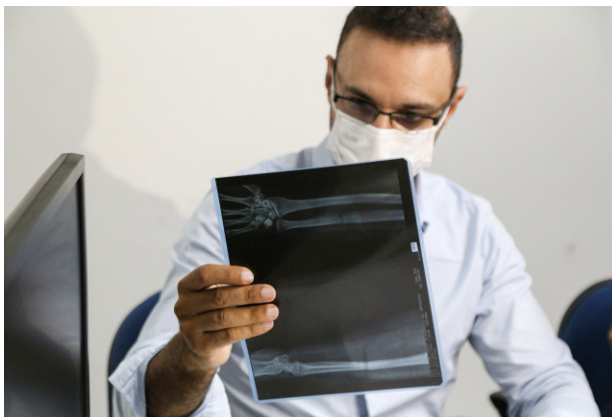
- Realização da Força Tarefa 2023.2 com a redistribuição de 218 processos com solicitação de perícia contábil no período de 2021 a maio de 2023;

- Realização da Força Tarefa 2023.2 com a redistribuição de 218 processos com solicitação de perícia contábil no período de 2021 a maio de 2023;

- 1º Mutirão de processos da Comarca de Aracaju (DPVAT), realizado no período de 10 a 14/04/2023 – 82 processos concluídos;



Mutirão do DPVAT realizado em abril de 2023



Mutirão do DPVAT realizado em abril de 2023

- 2º Mutirão de processos da Comarca de Aracaju (DPVAT), realizado no dia 04/08/2023, com 15 processos concluídos;

- 3º Mutirão de processos da Comarca de Aracaju (DPVAT), realizado no dia 04/08/2023, com 17 processos concluídos;

- Mutirão em Psiquiatria, com a conclusão de 255 perícias;

- Continuidade da utilização do software SOS Cálculos com a disponibilização de licenças aos servidores lotados na Divisão de Perícias Contábeis/Coordenadoria de Perícias Judiciais;

- Publicação de novo Edital de Credenciamento de Peritos Externos, Intérpretes e Tradutores 01/2023, observando-se as necessidades de atualizações cabíveis;

- Formalização do Termo de Cooperação Técnica 57/2023, celebrado entre TJSE e Universidade Tiradentes (Unit) para a realização de estágio obrigatório supervisionado;

- Organização e distribuição de calendário das inspeções nas instituições de acolhimento, considerando o previsto no artigo 1º do Provimento 118/2021 do Conselho Nacional de Justiça;

- Minuta de proposta de fluxo de trabalho para Descentralização do Depoimento Especial;

- Aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento de Perícias (SAP), com a criação de novo escopo e desenvolvimento de novo sistema, entrega do módulo de cadastro de perito externo utilizando link próprio.

No ano de 2024

- Continuidade do uso do software PREVIUS 3.0 com a disponibilização de licenças aos servidores lotados na Divisão de Perícias Contábeis/Coordenadoria de Perícias Judiciais para a realização de cálculos em matéria previdenciária;

- Publicação da Portaria 22/2024, que atualizou o valor dos honorários periciais e dos tradutores e intérpretes;

- Publicação do Ofício Circular 58/2024, sobre o reembolso da Perícia Externa Integrada ao Cálculo das Custas Finais;

- Curso de 'Formação de Entrevistadores em Depoimento Especial com o uso do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense – PBEF', nos dias 14 a 16/10/2024, em parceria com Ejuse para analistas judiciários de Psicologia e de Serviço Social, além de peritos externos;

- Assinatura do 3º Aditivo do Contrato 51/2021, celebrado entre o Tribunal de Justiça de Sergipe e a Empresa Medgen Tecnologia Avançada em DNA Ltda EPP, para atendimento às partes beneficiárias da gratuidade judiciária;

- Publicação da Resolução 35/2024, que altera dispositivo da Resolução 16, de 30 de setembro de 2009, que dispõe sobre os Núcleos de Serviço Social e Psicologia do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, incluindo a 4ª Vara Cível da Comarca de Nossa Senhora do Socorro com a possibilidade de agendar perícias para peritos externos;

- Aquisição de uma licença do software AutoCad, programa destinado à elaboração de desenhos técnicos em 2D e 3D, referentes aos projetos de engenharia e arquitetura, o qual foi instalado no computador destinado à estagiária do setor de Engenharia Civil, contribuindo para o fomento do seu conhecimento técnico, inserindo-a nas diversas práticas da profissão;

- Realização do Mutirão de Perícias para os processos do seguro DPVAT, realizado no dia 12/08/2024, com 16 processos concluídos;

- Realização da Força Tarefa 2024.1 com a redistribuição de 166 processos com solicitação de perícia contábil há mais de 60 dias;

- Atualização do Relatório de Acompanhamento de Estágio para os estagiários de Nível Superior vinculados a estas divisões;

- Nova composição das equipes específicas para atuação nos processos de Competência da Infância e Juventude em cada núcleo psicossocial, em atendimento ao Provimento 116/2021 do CNJ, referente ao 1º Núcleo Técnico.

Resultados

No **exercício de 2023** foram realizadas o total de 10.275 perícias de todas as especialidades, cujas partes requerentes das perícias eram beneficiárias da gratuidade judiciária, segundo dados do Sistema de Agendamentos de Perícias (SAP), com destaque às perícias que seguem:

Perícia Interna	Quantidade Geral
Psiquiatria	1.134
Psiquiatria (domiciliar)	392
Medicina do Trabalho	347
Pediatria	04
Perícias de Psicologia	1.490
Psicologia Especialidades (perito externo)	413
Perícias de Serviço Social	2.601
Serviço Social Especialidades (perito externo)	943
Depoimento Especial	373
Perícias Contábeis	350
Perícias de Engenharia Civil	142
Perícias externas (outras especialidades)	2.086

No **exercício de 2024** foram realizadas o total de 7.622 perícias de todas as especialidades (até o dia 20 de outubro de 2024), cujas partes requerentes das perícias eram beneficiárias da gratuidade judiciária, segundo dados do Sistema de Agendamentos de Perícias (SAP), com destaque às perícias que seguem:

Perícia Interna	Concluídas até 20/10/2024
Psiquiatria	716
Psiquiatria (domiciliar)	316
Medicina do Trabalho	260
Pediatria	02
Perícias de Psicologia	1.172
Psicologia Especialidades (perito externo)	492
Perícias de Serviço Social	1.762
Serviço Social Especialidades (perito externo)	1.068
Perícias Contábeis	263
Perícias de Engenharia Civil	91
Depoimento Especial	360
Perícias externas (outras especialidades)	1.220

Informações de Pessoal

A Coordenadoria de Perícias Judiciais dispõe, atualmente, de duas médicas requisitadas em Psiquiatria e uma médica requisitada em Medicina do Trabalho, que também atende demandas de Pediatria. Além de duas chefias, nas áreas de Serviço Social e Psicologia, sendo ocupadas por servidoras comissionadas, as quais acompanham as atividades desenvolvidas pelos seis Núcleos Técnicos vinculados a esta Coordenadoria, segundo a Portaria 32/2023:

Núcleo Técnico	Sede	Nº de Analistas de Psicologia	Nº Analistas de Serviço Social
1º	Aracaju	12*	15**
2º	Nossa Sra. do Socorro	1	1
3º	Estância	2	3
4º	Lagarto	2	3
5º	Itabaiana	2	2
6º	Propriá	2*	2

- **Setor de Engenharia Civil:** há dois analistas judiciários/Engenharia Civil e um técnico judiciário, bacharel em Engenharia Civil, que ocupa o cargo de Chefe do Setor;

- **Divisão de Perícias Contábeis:** composto por quatro servidores, sendo dois analistas judiciários/Contabilidade e duas técnicas judiciárias, sendo que uma delas ocupa o cargo de Chefe de Divisão.

* Há duas servidoras com função de confiança, sendo que uma está desenvolvendo suas atividades junto ao Centro Médico e a outra junto ao 1º Núcleo Técnico.

**No 1º Núcleo há duas Assistentes Sociais requisitadas.

Informações complementares

- Informatização dos Procedimentos de Trabalho mediante a renovação do Contrato 30/2021, ferramenta de cálculos Judiciais Contábeis e Financeiros;
- Acréscimo da força de trabalho para substituição de servidor (analista judiciário de Contabilidade) em gozo de licença para tratamento de saúde;
- No período de 07/01/2023 a 30/09/2024 foram solicitadas 1.545 perícias contábeis, uma média de 74 solicitações por mês. Elaborou-se 613 trabalhos periciais e 864 perícias foram canceladas e/ou devolvidas para diligências;
- Realização das forças-tarefa realizadas na Divisão de Perícias Contábeis em 2023.1, 2023.2 e 2024.1 com peritos externos impactou na conclusão de 986 processos que aguardavam a realização da respectiva perícia contábil há mais de 60 dias;

Mutirões realizados (Psicologia e Serviço Social)

MUTIRÃO DE PSICOLOGIA DIVIPSICO - Mutirão Peritos Externos (2023 e 2024)			
2023.1 - Abril a Julho			
INSERIDAS	CONCLUÍDAS	CANCELADAS	EM ANDAMENTO
102	92	10	0

Informamos que os motivos das 10 perícias canceladas estão explicitados em Anexo 2038077 do SEI 0008360-54.2023.8.25.8825, no qual está registrado todo o andamento do Mutirão 2024.01.

2023.2 - Setembro a Dezembro			
INSERIDAS	CONCLUÍDAS	CANCELADAS	EM ANDAMENTO
295	262	32	0

Informamos que os 35 cancelamentos de perícias se deram por razões diversas como: julgamento, falecimento das partes, desistência das partes, entre outras. Todas as informações estão registradas no SEI 0019844-66.2023.8.25.8825

2024.1 - Março a Maio			
INSERIDAS	CONCLUÍDAS	CANCELADAS	EM ANDAMENTO
205	4	1	200
205	178	178	0

Informamos que os 27 cancelamentos de perícias se deram por razões diversas como: julgamento, falecimento das partes, desistência das partes, entre outras. Todas as informações estão registradas no SEI 0003174-16.2024.8.25.8825

MUTIRÃO DE SERVIÇO SOCIAL DIVISES - Mutirão Peritos Externos (2023 e 2024)			
2023.1 - Abril a Julho			
REDISTRIBUÍDAS	CONCLUÍDAS	CANCELADAS	EM ANDAMENTO
272	240	25	7

Informamos que os motivos dos 25 processos cancelados foram julgados, falecimento do interditando e desistência. Os 7 em andamento foram concluídos posteriormente. Todas as informações estão registradas no SEI 0008376-08.2023.8.25.8825

2023.2 - Setembro a Dezembro			
REDISTRIBUÍDAS	CONCLUÍDAS	CANCELADAS	EM ANDAMENTO
447	411	19	17

Informamos que os motivos dos 19 processos cancelados foram julgados, falecimento do interditando e desistência. Os 17 em andamento foram concluídos posteriormente. Todas as informações estão registradas no SEI 0019844-66.2023.8.25.8825.

DIVISES - MUTIRÃO PERITOS EXTERNOS 2024.01 - Março a Maio			
474 PROCESSOS (Estudos Sociais) - SEI 0003158-62.2024.8.25.8825			
SOLICITADAS	CONCLUÍDAS	CANCELADAS	EM ANDAMENTO
474	446	25	3

Informamos que dentre os 03 em andamento, 01 está agendado para 12/06/2024, 01 para 14/06/2024 e 01 aguardando o contato das partes. As justificativas dos cancelamentos foram por falecimentos dos interditandos, julgamentos dos processos, desistência das partes, ausência de contato das partes, dentre outras. Ressaltamos que 31 peritos externos participaram do Mutirão. Todas as informações estão registradas no SEI 0003158-62.2024.8.25.8825. Informações atualizadas em 06/06/2024.

Divisão de Psicologia – 2023 a 2025 (até setembro de 2024) Solicitações de perícias recebidas e concluídas pelos peritos externos		
Peritos Externos		
Período	Recebidos	Concluídos
2023	625	413
2024 (Jan-Set)	562	407
TOTAL	1187	820

Tabela 3: informações retiradas do controle de Atribuições das chefias durante as atribuições aos peritos externos e também do Sistema de Agendamento de Perícias (SAP), em 01/10/2024.

Divisão de Psicologia – 2023 a 2025 (até setembro de 2024) Solicitações de perícias recebidas e concluídas pelos peritos externos		
Peritos Externos		
Período	Recebidos	Concluídos
2023	625	413
2024 (Jan-Set)	562	407
TOTAL	1187	820

Tabela 4: informações retiradas do controle de Atribuições das chefias durante as atribuições aos peritos externos e também do Sistema de Agendamento de Perícias (SAP), em 01/10/2024.

DIRETORIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Diretoria de Inovação e Modernização Judiciária atua como um agente de transformação, pavimentando o futuro dos serviços judiciários por meio da inovação, padronização e melhoria contínua. Funciona como um laboratório de ideias, no qual a entrega de novos produtos passa desde a redefinição dos processos de trabalho até a automação e a inteligência artificial. Mas não só.

A missão da diretoria também inclui assessorar a administração superior na definição de conformidade dos processos de trabalho da área-fim, bem como na coordenação de equipes multidisciplinares para garantir entregas com excelência. Atua, ainda, na atualização de documentos e manuais, facilitando o acesso à informação para usuários internos e externos. O objetivo principal é construir um Judiciário mais ágil e eficaz, em que cada inovação é um passo em direção à justiça que todos merecem.



Cumprimento digital pode ser feito remotamente após cadastro



Projetos e ações



Certidão Tá ON

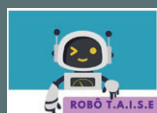
Solicitação, contestação e recebimento instantâneo de Certidão Judicial, negativa ou positiva, com autenticação via identidade gov.br e já integrado ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

Robô de juntadas no SEEU

Robô que realiza juntadas de documentos no SEEU em substituição às secretarias judiciais. São registradas 3.418 juntadas automáticas no SEEU em menos de 2 horas, ocasionando redução de 98% no tempo de realização da atividade.

Automatização da distribuição criminal

Procedimentos e representações originados pelas forças policiais passam a ser distribuídos sem intervenção humana, por meio da validação de dados decorrente da validação automática junto à Receita Federal.



Robô T.A.I.S.E FOTO 04

Transferência Automática de Informações ao Sistema Eleitoral: automatização da comunicação de condenações criminais e extinções de punibilidade ao sistema Infodip do TSE.

Votação ágil

Simplificação e automatização do fluxo dos julgamentos colegiados para desembargadores do Tribunal e juizes das Turmas Recursais, proporcionando maior eficiência e segurança nas decisões. Em alguns procedimentos, foi registrado redução de até 42% das ações humanas.

Cumprimento digital por reconhecimento facial

Possibilita que o apenado realize o comparecimento ao juízo de forma remota via smartphone, reduzindo o fluxo de pessoas nos fóruns, o trabalho manual dos servidores e a necessidade de deslocamento.

Integração ao BNMP 3.0

Permite a eliminação de retrabalho humano na digitação de dados processuais, bem como na juntada de peças e eventos.

Domicílio Judicial Eletrônico

Integração à plataforma de citações e intimações pessoais eletrônicas que dispensa a utilização de executores de mandado e/ou correspondências direcionadas às pessoas jurídicas. Reduz tempo e custo.



Novo app do TJSE

Montado com novo design intuitivo para uma experiência de navegação mais rápida e fluida, facilitando a consulta integral dos processos e outros serviços judiciais. A partir da nova plataforma, será possível entregar cada vez mais serviços na palma da mão dos cidadãos, servidores e magistrados.

Validador pessoal

Validação de até 6.000.000 de registros no banco de partes do TJSE, utilizando-se da base da PDPJ e Receita Federal. A confiabilidade dos dados viabiliza a automação de inúmeros processos de trabalho.

PROJETOS DO BIÊNIO 2023-2025

Certidão Tá On

Distribuição Criminal Automática

Validação de informações processuais

Domicílio Judicial Eletrônico

Implementação do Regimento Interno

T.A.I.S.E. - Transferência Automática de Informações ao Sistema Eleitoral

Cumprimento Digital por reconhecimento facial

Agendamento on-line Varas Criminais – Vempa

Controle de Gratuidade

Anexa Fácil

Minhas Audiências – App

Meus Processos (íntegra) – APP

Provisionamento em lote dos precatórios

Controle dos Processos Suspensos Legados

Conecte-SE – Adesão do TRE-SE

Edição do Ofício de Requisição de Precatórios

Conecte-SE – Adesão da DPE (Elevação para Nível 2)

Sistema Nacional de Gestão de Bens – SNGB

Visitas sem Barreiras

Regulamentação e instalação da 2ª Vara de Lagarto, Secretaria Unificada de Lagarto, 3ª Criminal de Socorro e 4ª Vara Criminal de Aracaju – Efetivação da LC 408

Regulamentação e instalação da 3ª Vara de Barra dos Coqueiros e sua Secretaria Unificada – Efetivação da LC 409

Regulamentação e Implantação da transformação da 9ª Vara Criminal em 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju

Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões 3.0

CPE – Divisão de Execução Penal e Coordenadoria de Expedição de Guias de Execução

App TJSE – nova estrutura visual

Votação Ágil

Estruturação das comunicações eletrônicas para terceiros

Níveis de sigilo

Aplicação de etiquetas no 1º Grau

Fala+Fácil – aplicação de visual law em mandados

Validação das informações pessoais

Reformulação da Central de Perícias

Emissão e Pagamento de Guias por Pix

Juiz de Garantias

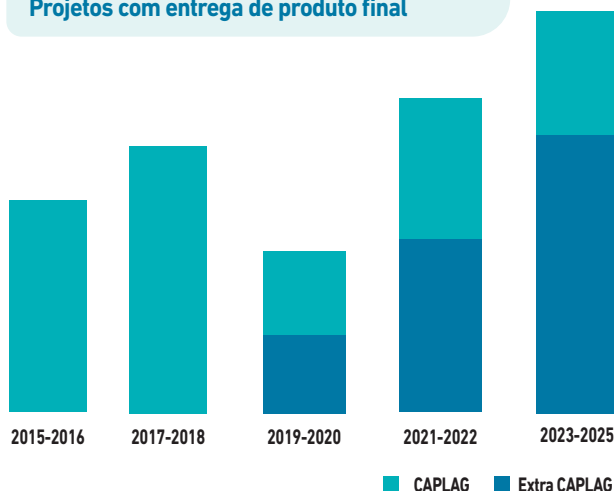
Adequação das comunicações eletrônicas à Res. 569/CNJ

Certidão Tá On

Distribuição Criminal Automática

Total: 42 projetos

Inovação e Modernização Projetos com entrega de produto final



CENTRAL DE MANDADOS DO 2º GRAU

A Central de Mandados do 2º Grau realiza atividade-fim e foi criada para agilização e distribuição dos mandados expedidos pelas Escrivanias, Câmaras e Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe, a fim de que sejam cumpridos nas Comarcas de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros.

No biênio 2023-2025 houve uma média de 80% de mandados cumpridos/atingidos dentro do prazo legal. Resultado este, derivado de esforço de um trabalho de equipe, baseado na transparência, respeito à ética, planejamento através de reuniões pautadas ao cumprimento de metas delineadas pela gestão.

Em 2023, em consulta ao sistema da Central de Mandados do 2º Grau, foi verificada a distribuição de 4.808 mandados, sendo devolvidos 4.759 mandados da seguinte forma:

- Mandados atingidos dentro do prazo: 3.805 (80%)
- Mandados atingidos fora do prazo: 130 (2,7%)
- Mandados não atingidos dentro do prazo: 726 (15,3%)
- Mandados não atingidos fora do prazo: 98 (2,1%)
- Mandados pendentes: 09

Em 2024, até 31 de outubro, foi verificada a distribuição de 4.364 mandados, sendo devolvidos 4.230 mandados da seguinte forma:

- Mandados atingidos dentro do prazo: 3.364 (79,5%)
- Mandados atingidos fora do prazo: 106 (2,5%)
- Mandados não atingidos dentro do prazo: 713 (16,9%)
- Mandados não atingidos fora do prazo: 47 (1,1%)
- Mandados pendentes: 107



Projetos

Concluídos

- Redefinição das áreas de atuação dos oficiais de justiça conforme Portaria Normativa 59/2021 GP1, a qual disciplinou os artigos 19 e 20 da Resolução 30/2006 que dispõe sobre a criação, implantação, estrutura e funcionamento da Central de Mandados do 2º Grau do Poder Judiciário de Sergipe
- Melhoria da estrutura física da Central de Mandados do 2º Grau
- Melhoria do suporte técnico da sala da Central de Mandados

Iniciados

- Capacitação dos oficiais de justiça do 2º Grau
- Melhoria do suporte técnico da sala da Central de Mandados

Em andamento

- Alteração da Resolução 30/2006, através de regulamentação quanto à distribuição de oficiais de justiça/sessão, bem assim quanto aos serviços prestados durante as sessões judiciais administrativas.

CENTRAL DE PLANTÃO JUDICIÁRIO

A Central de Plantão Judiciário, apesar de integrar a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, realiza também atividade-fim, uma vez que tem a atuação de unidade jurisdicional de 1º e 2º Grau para atendimento das demandas dirigidas ao Plantão Judiciário. Abrange todas as Comarcas de Sergipe, realizando os plantões de dias não úteis, salvo se decorrentes de feriados municipais do interior do Estado; os plantões de dias úteis da capital; e os plantões do recesso forense.

Em consulta ao Sistema da Central Plantonista de 1º Grau foi verificada a distribuição e tramitação de 10.442 processos, no período de 01 de janeiro de 2023 a 10 de outubro de 2024. Foram realizadas, no referido período um total de 6.619 audiências de custódia.

A intensa atuação administrativa resta demonstrada pelo número de documentos gerados no SEI, totalizando 2.611.

Entre as ações realizadas durante a gestão, foi concluído o reajuste da gratificação de plantão judiciário. Atualmente, a equipe fixa da Central de Plantão Judiciário, responsável pelos plantões de dias úteis da Comarca de Aracaju, é composta por 6 técnicos judiciários, além do chefe da central de plantão e 1 assessor de magistrado.

São inúmeras as demandas judiciais e administrativas, notadamente por se tratar de setor com funcionamento ininterrupto, ao longo de todos os dias do ano, incluindo o recesso forense. Ainda assim, a Central de Plantão Judiciário renova o compromisso da prestação jurisdicional e do serviço público de qualidade, a fim de que seja mantido o padrão de excelência praticado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe, reconhecido nacionalmente.



DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

No biênio 2023-2025, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (Diplad), em face de sua atribuição institucional, proveu a assistência necessária ao TJSE em temas estratégicos de aperfeiçoamento da máquina judiciária. Foram várias frentes de atuação, como o acompanhamento do cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); realização de eventos, como Encontros Anuais de Planejamento Estratégico e Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs); Pesquisas de Satisfação; Premiação dos Servidores; Escritório de Projetos; estudo de distribuição do quadro de servidores; diversas ações a fim de possibilitar o desenvolvimento da área-meio, além de apoio logístico a diversos setores.



Edição de 2023 da Premiação dos Servidores

Metas nacionais

A Diplad tem o papel fundamental de acompanhar as Metas Nacionais do CNJ no âmbito do TJSE, além de informar ao Conselho no Sistema de Metas Nacionais.

METAS DO CNJ		ANO/CUMPRIMENTO 2023			
1 – Julgar mais processos que os distribuídos	1º Grau → 175,64% 2º Grau → 125,79% Turma Recursal → 117,76% Juizado Especial → 114,73%				
2 – Julgar processos mais antigos	1º Grau → 123,08% 2º Grau → 109,70% Juizado Especial → 110,85% Turma Recursal → 110,81%				
3 – Estimular a conciliação	1º Grau → 100,00%				
4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Juizado Especial → 153,85% Turma Recursal → 153,85% 2º Grau → 153,29% 1º Grau → 147,81%				
5 – Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais	101%				
8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres	Violência Doméstica	2º Grau	Juizado Especial	Turma Recursal	1º Grau
		166,67%	166,67%	166,67%	159,98%
	Feminicídio	200,00%	-	-	189,90%
9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário		100%			

Metas 2023 – dados extraídos do Painel de Metas do CNJ no dia 08/11/2024, com exceção das Metas 5 e 9 que foram extraídas da Ficha Avaliativa do Prêmio CNJ de Qualidade 2024

METAS DO CNJ	ANO/CUMPRIMENTO 2024			
1 – Julgar mais processos que os distribuídos	95,95%			
2 – Julgar processos mais antigos	1º Grau	2º Grau	Juizados e Turmas Recursais	Antigos
	91,55%	97,52%	103,03%	96,08%
3 – Estimular a conciliação	79,18%			
4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais			145,58%	
5 – Reduzir a taxa de congestionamento			100%	
8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres	Violência Doméstica		94,73%	
	Feminicídio		126,67%	
9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário			100%	

Metas 2024 - dados extraídos do Painel de Metas do TJSE no dia 13/11/2024 com data da atualização em 09/11/2024, com exceção da Meta 9 conforme Processo SEI nº: 0016618-19.2024.8.25.8825.

Projetos e ações

Premiação dos Servidores 2023 e 2024 e Revisão 2024

O objetivo principal do projeto foi fomentar o aumento da produtividade das unidades jurisdicionais, motivando os servidores da área-fim, para isso, a premiação procurou reconhecer os melhores trabalhos de equipes distribuídos de acordo com a competência jurisdicional e alinhados com metas e indicadores nacionais.



Premiação dos Servidores em 2024

Na Premiação dos Servidores de 2023, cerca de 600 servidores e magistrados de 56 unidades foram contemplados com troféus e valor equivalente a até o salário bruto do técnico judiciário (letra A), totalizando recursos próprios da ordem de R\$ 1,5 milhão. Na Premiação dos Servidores de 2024, cerca de 600 servidores, de mais de 60 unidades, foram contemplados com troféu, certificado e valor equivalente a até o salário bruto do técnico judiciário letra A, totalizando recursos próprios de aproximadamente R\$1,8 milhão.

Revisão do Quadro de Servidores 2023

Foi realizado estudo de redistribuição de quadro de servidores, com base na Resolução 219 do CNJ, ensejando na publicação da Portaria Normativa 32/2023 GP1, que dispõe sobre a lotação paradigma das áreas de apoio direto e indireto à atividade judicante do Poder Judiciário.

Pesquisa de Satisfação 2023 e 2024

Aplicado questionário para aferir o grau de confiança dos cidadãos no TJSE e da satisfação para com os serviços prestados pelo Tribunal de Justiça de Sergipe. Em 2023, foram 254 respostas que revelaram uma satisfação de 85% dos cidadãos com os serviços prestados pelo TJSE. Os apontamentos realizados pelos cidadãos são analisados e, se plausíveis, encaminhados para os setores competentes.

Distribuição de Equipamentos de Tecnologia da Área-Meio 2023

Foi padronizado, através da Portaria TJSE 37/2023 GP1, a disponibilização de equipamentos de tecnologia da informação para as unidades administrativas do TJSE. A iniciativa visou ordinariamente promover um padrão de disposição de equipamentos, racionalizando os custos e promovendo a extensão da organização que já era feita desde o ano de 2014 no âmbito da jurisdição de 1º e de 2º Graus.

Plano Anual de Contratações

O projeto implementou a primeira versão do Plano Anual de Contratações (PAC) conforme estipulado pela Resolução 347/2020 do CNJ, especialmente os artigos 9º a 12º, que regulamentam a elaboração, publicação e conteúdo mínimo do PAC no âmbito do Poder Judiciário. O PAC consolidou as demandas de obras, serviços de engenharia, tecnologia da informação, bens e serviços comuns a serem contratados no exercício de 2025, alinhadas com os objetivos estratégicos do TJSE. Foram considerados aspectos como código do item, unidade requisitante, quantidade, descrição sucinta do objeto, justificativa, estimativa de valor, prioridade e data estimada para a contratação. Após aprovação pela autoridade competente e alinhamento com a Lei Orçamentária Anual, o PAC foi divulgado no sítio eletrônico do TJSE, garantindo transparência e acesso às informações sobre as contratações previstas.

Portal de Gestão de Riscos

Considerando que a gestão de riscos é fundamental para qualquer organização ou projeto, pois ajuda a identificar, avaliar e mitigar os potenciais riscos que possam comprometer o sucesso e a continuidade das atividades institucionais, foi criado o portal de Gestão de Riscos para concentrar e disponibilizar as principais informações sobre o assunto, a exemplo da política, da metodologia, normativos e artefatos.

Portal do Escritório de Gestão de Projetos

A gestão de projetos é crucial para garantir que as iniciativas institucionais sejam realizadas no tempo, custo e qualidade esperados, alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição. Ela permite a identificação e mitigação de riscos, além de promover uma comunicação eficaz entre todas as partes envolvidas. Esse processo resulta em maior eficiência, satisfação dos envolvidos e desenvolvimento contínuo da equipe. Assim, foi criado o Portal do Escritório de Gestão de Projetos para facilitar o acesso às informações relacionadas aos projetos, metodologia e portfólio de projetos.

Núcleo de Governança, Riscos e Compliance

O Núcleo de Governança, Riscos e Compliance foi criado pela Lei Estadual 9.441, de 24 de abril de 2024, alterando a estrutura administrativa do TJSE e sendo subordinado à Secretaria de Planejamento e Administração. O Núcleo deve prestar apoio e assessoramento ao Secretário de Planejamento e Administração do Tribunal, nos temas relacionados à governança, gestão de riscos, compliance e controles internos.

Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão (Caplag)

O Caplag é um comitê, presidido pelo Presidente do Tribunal, responsável pelo acompanhamento dos projetos do Plano de Gestão, e que o secretário é o Diretor da Diplad. As atividades operacionais da gestão de projetos são realizadas pela Diplad através do Escritório de Gestão de Projetos (EGP), auxiliando o presidente na definição dos projetos que deveriam fazer parte do Plano de Gestão no começo do biênio. Assim, foi feito o acompanhamento da execução do Portfólio do Plano de Gestão 2023-2025, sendo mantidas planilhas de coleta de dados sobre os projetos, organizadas as reuniões do referido comitê, avaliados os SEIs recebidos pelo

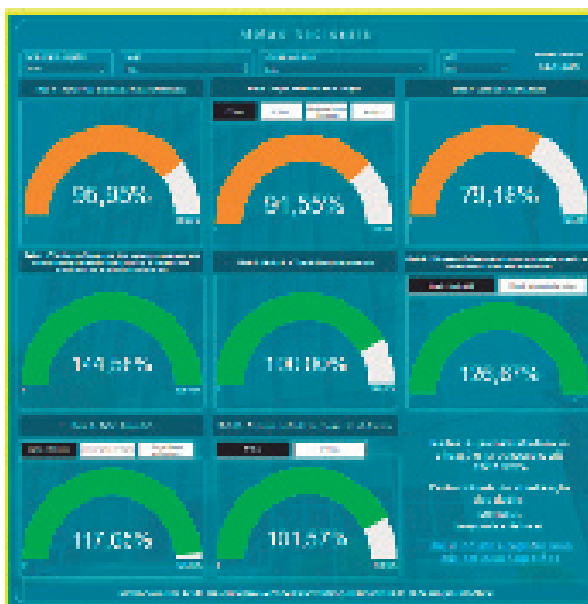
Caplag elaboradas as respostas adequadas. Foram realizadas 4 reuniões durante os anos de 2023 e 2024.



Reunião do Caplag em outubro de 2023

Novo Painel de Metas Nacionais

O novo Painel de Metas Nacionais, lançado no dia 03/06/2024, permite às unidades do tribunal acompanharem a evolução das Metas Nacionais do Poder Judiciário. É um importante instrumento para que as unidades gerenciem o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. O referido Painel foi apresentado em reunião que contou com a participação de mais de 100 magistrados e mais de 600 servidores deste Tribunal.



Painel de Acompanhamento Gerencial da Corregedoria

O Painel de Acompanhamento Gerencial da Corregedoria foi criado com o objetivo de auxiliar a tomada de ações da Corregedoria para que as unidades possam atingir o cumprimento das Metas Nacionais



Painel de Conciliação

O Painel de Conciliação foi criado para gerenciamento e acompanhamento das conciliações realizadas pelas unidades, sendo um importante instrumento para que o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania possa agir proativamente com políticas para incentivar a realização de conciliações nas unidades do tribunal.

Comitê Gestor das Metas Nacionais

Durante a gestão 2023-2025, foram realizadas 5 reuniões pelo Comitê Gestor das Metas Nacionais do Poder Judiciário de Sergipe; sendo 3 no ano de 2023 e 2 no ano de 2024. Por meio de sua atuação, foi possível deliberar quais unidades do TJSE ficariam responsáveis pelas metas nacionais. Foi deliberada a inclusão da Coordenadoria da Mulher no acompanhamento da Meta 8 de 2023 (1º Grau e 2º Grau) em conjunto com CGJ e ASSESP; foi solicitada a colaboração da Coordenadoria da Mulher no sentido de realizar Consulta Pública, bem como, Audiência Pública sobre a Meta 8 de 2024. Foi solicitada a colaboração da Coordenadoria da Infância e da Juventude no sentido de realizar Consulta Pública, bem como, Audiência Pública sobre a Meta 11 de 2024. Foram realizadas reuniões a fim de discutir as inconsistências existentes no BI do TJSE e CNJ, o que acabou por resultar na disponibilização do novo Painel Gerencial das Metas Nacionais do TJSE. Realizada reunião com a participação de 108 magistrados e 672 servidores do TJSE com o objetivo de cumprir o requisito do Prêmio CNJ de Qualidade

(ano 2024) relativo à gestão participativa na elaboração das metas nacionais.

Comitê de Grandes Contratações

O Comitê de Grandes Contratações (Cograco) realiza reuniões, com periodicidade mensal ou bimestral, a depender da demanda. No ano de 2023, foram realizadas 22 reuniões, enquanto que, no ano de 2024, foram realizadas 15 reuniões (até início de novembro). Por meio de sua atuação, foi possível oficializar os gestores para indicar a previsão de contratações acima de R\$ 330.000,00 para o ano de 2023, bem como, a previsão de quando seriam iniciados os processos de ditas contratações. Ademais, foi possível, também, aprovar minuta de normativo para alterar a Portaria 284/2019 GP2, que instituiu o Comitê de Grandes Contratações no âmbito do TJSE, o que resultou na publicação da Portaria 546/2023 GP2. Foi sugerido à Presidência do TJSE alteração na Portaria 285/2019 GP2, com o objetivo de incluir suplente do Presidente do Comitê, nas suas ausências ou impedimentos, o que resultou na publicação da Portaria 541/2023 GP2. Foi deliberada a inclusão formal do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance na composição do Cograco e a indicação do chefe do Núcleo, o que resultou na publicação das Portarias 616/2024 GP2 e 617/2024 GP2.

Comitê de Planejamento Estratégico

O Comitê Gestor de Planejamento Estratégico (CGPEPJES) promove a cultura de Gestão Estratégica no TJSE. Na gestão 2023-2025, o Comitê realizou 4 Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), sendo 2 em 2023 (43ª e 44ª), e 2 edições em 2024 (45ª e 46ª), 2 Encontros Anuais do Planejamento Estratégico (XV EAPE e XVI EAPE) e 2 Reuniões Preparatórias em cada Encontro Anual. As reuniões preparatórias são encontros com servidores e magistrados voltados para a concepção de propostas direcionadas à ampliação dos resultados dos macrodesafios. Além das RAEs e Encontros Anuais, no processo de monitoramento e avaliação da efetivação do plano estratégico foram elaborados relatórios trimestrais e anuais.

Por meio das Reuniões Preparatórias, no ano de 2023 foram compiladas 43 ideias ou propostas de melhorias para a adequação e efetivação de 6 objetivos estratégicos. O

Comitê Gestor atuou junto aos gestores de macrodesafios para avaliação das sugestões e encaminhamento às unidades responsáveis pela efetivação de cada iniciativa. No ano de 2024, outros 6 objetivos estratégicos foram avaliados, e a realização das reuniões resultou em um compilado de 61 ideias, sugestões e contribuições que serão avaliadas pelos Gestores de Macrodesafios.

Na análise e monitoramento do Planejamento Estratégico foram acompanhados 32 indicadores de desempenho, sendo que no ano de 2023, 100% dos macrodesafios atingiram pelo menos 90% das metas propostas para o ano, com 8 deles (cerca de 67%) alcançando 100% das metas. Os resultados parciais do ano de 2024 demonstram que aproximadamente 92% dos macrodesafios apresentam desempenho médio acima de 90%.

Com a finalidade de promover o alinhamento do Planejamento Estratégico do TJSE às Políticas Judiciárias Nacionais implantadas pelo CNJ, no ano de 2023 foi dado início ao processo de monitoramento da efetivação das Políticas Judiciárias por meio da elaboração de Planos de Ação para a gestão 2023-2025. Ao todo foram elaborados pelos Gestores 32 Planos de Ação. No ano de 2024, esses planos foram atualizados juntos aos Comitês e Comissões responsáveis por cada Política Judiciária.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs)

Foram realizadas 04 RAEs, sendo 02 em 2023 (43ª e 44ª); 02 em 2024 (edições 45ª e 46ª). Todas essas RAEs contaram em seu início com a presença do presidente do TJSE.



46ª RAE, realizada em setembro de 2024

Encontros Anuais de Planejamento Estratégico

Evento que faz parte do calendário anual de monitoramento e avaliação do planejamento estratégico do TJSE, reúne magistrados, servidores, gestores de macrodesafios e convidados para pensar o futuro do Judiciário sergipano.



XV Encontro Anual do Planejamento Estratégico, em 2023

Importante destacar que, nos anos de 2023 e 2024, houveram reuniões preparatórias antes dos respectivos Encontros Anuais do Planejamento Estratégico. O formato setorizado das reuniões preparatórias, o qual foi implantado em 2023, visa dar mais objetividade e eficácia ao Encontro Anual do Planejamento Estratégico, bem como, coletar sugestões e propostas de magistrados e servidores.



XV Encontro Anual do Planejamento Estratégico, em 2023

O XV Encontro Anual do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Sergipe aconteceu no dia 01 de dezembro de 2023, no Auditório José Rollemberg Leite, com o tema 'Da Reflexão à Ação: repensar juntos para melhores resultados'.

Em 2024, o XVI Encontro Anual do Planejamento Estratégico aconteceu no dia 1º de novembro, novamente no Auditório José Rollemberg Leite, ocasião em que foram apresentados os resultados relativos às metas estabelecidas pelo CNJ para os tribunais e discutida a cultura estratégica para o ano de 2025; com o tema 'Transformando dados em decisões estratégicas'.

Acompanhamento de Indicadores e Projetos Estratégicos

Através das ferramentas de acompanhamento dos indicadores do planejamento estratégico foram monitorados 32 indicadores estratégicos nos anos de 2023 e 2024. Da ferramenta Sistema de Planejamento e Acompanhamento de Ações Estratégicas (SPAEE) foram acompanhados 31 projetos estratégicos em 2023 e 49 em 2024.

Macrodesafios da Justiça Estadual

Seguem os Mapas Estratégicos com os resultados dos macrodesafios do biênio 2023-2025, classificados por nível de cumprimento das metas:

- Vermelho: 0% a 89% de cumprimento
- Amarelo: 90% a 99% de cumprimento
- Verde: 100% ou mais de cumprimento

Os resultados indicam que, em 2023, 100% dos macrodesafios atingiram pelo menos 90% das metas propostas, com 8 deles (cerca de 67%) alcançando 100% das metas. Em 2024, com base na análise dos resultados parciais até setembro, observa-se que aproximadamente 92% dos macrodesafios foram alcançados.

2023



2024



Prêmio CNJ de Qualidade

O desempenho do TJSE obtido nos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade de 2024 referente ao Datajud, em que o tribunal conseguiu 144 dos 174 pontos possíveis, equivalente a 83% da pontuação total, melhorando significativamente o desempenho em relação ao ano anterior; quando o tribunal havia conseguido 75 dos 140 pontos possíveis, atingindo 54% da pontuação nos requisitos do Datajud. Ou seja, com as medidas de saneamento trabalhadas ao longo do ano com outras unidades do Tribunal, foi possível melhorar a qualidade da informação enviada para o Datajud e aumentar em quase 100% a pontuação comparando com o ano anterior.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Transitam pela Diretoria de Administração todas e quaisquer contratações de serviços e aquisição de bens demandadas pelas unidades que compõem o Tribunal de Justiça de Sergipe. Nesse sentido, a Divisão de Compras realiza as pesquisas de valores constantes no mercado e nas mais diversas fontes de preços, resultando na composição de mapas comparativos de preços, confecção de pedidos de compras e juntada de certidões de regularidade fiscal.

Registre-se ainda a emissão de bilhetes aéreos para permitir aos servidores e magistrados o deslocamento de sede para participação em eventos e compromissos de ordem do TJSE. Bens e serviços passam pelo acompanhamento da Divisão de Controle de Material, que faz o cadastro de códigos dos mesmos, contendo suas respectivas especificações. As demandas de mobiliários, geladeiras, fogões, cadeiras, longarinas e os mais diversificados bens que dão suportes as unidades, ficam a cargo da Divisão de Patrimônio.

É recorrente no dia a dia dos servidores, magistrados e aqueles que buscam os serviços do Judiciário sergipano, a necessidade dos bens de consumo, a exemplo de copo, papel, caneta, dentre tantos outros. Essa tarefa de gestão fica a cargo da Divisão de Almojarifado.

A limpeza e conservação, o fornecimento de água mineral, serviços de jardinagem e combate a pragas, estão dentre as competências da Divisão de Serviços Gerais.

A frota de veículos e os carros locados atendem as demandas de deslocamento de servidores e magistrados para as mais variadas necessidades. A gestão da frota fica sob a supervisão da Divisão de Transportes.

O suporte aos diversos júris com fornecimento de refeições e hospedagem, bem como o cadastro de advogados, dentre outras funções estão na rota de controle da Divisão de Serviços Gerais. A conservação e manutenção dos imóveis do TJSE, é feita pelas Supervisões, a exemplo das Supervisões do Palácio e Anexos e a do Gumersindo Bessa.

O monitoramento de todas as ações das unidades passa pela observação e mediação das Coordenadorias de Material e Patrimônio e da Coordenadoria de Serviços. Esta última, também é responsável por contratos, a exemplo do seguro dos imóveis, dos contratos de energia e água, dentre outros.



Parte dos veículos adquiridos na gestão 2023-2025

PROCESSO	OBJETO	VALOR (R\$)	DATA DA COMPRA
0015175-67.2023.8.25.8825	04 sedan Virtus Exclusive	626.000,00	Agosto/ setembro 2023
0015175-67.2023.8.25.8825	01 pick-up Volkswagen Amarok	277.000,00	Setembro/2023
0026638-06.2023.8.25.8825	01 sedan Virtus Exclusive	152.800,00	Dezembro/2023
0010490-80.2024.8.25.8825	01 Van Ford Transit	312.500,00	Agosto/2024
0010490-80.2024.8.25.8825	02 Hyundai HB20	188.394,76	Setembro/2024
0010490-80.2024.8.25.8825	02 van Ford Transit	625.000,00	Outubro/2024
0021281-11.2024.8.25.8825	01 Van Ford Transit	312.500,00	Aguardando entrega
0023035-85.2024.8.25.8825	01 SUV	227.000,00	Processo em andamento
TOTAL	13	2.733.600,00	

Cumprimento de 236 projetos layouts



Através da Divisão de Patrimônio foram desmobilizados, mobiliados e arrumados ambientes das mais diversas unidades, cumprindo as programações junto ao Departamento de Obras. Para tal feito, foram confeccionadas as mais variadas Atas de Registro de Preços a fim de tornar a administração mais proativa e segura dos seus compromissos e missões.

Emissão de bilhetes aéreos

Foi realizada uma gestão segura sobre o Contrato 01/2023, que teve por objeto o Serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo emissão, remarcação, reserva e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, com registro no Ministério do Turismo, pelo período de 12 meses. O que garantiu, ao final o biênio, um saldo de R\$ 145.631,74, possivelmente não restando a necessidade de acrescer os 25% ao mencionado contrato.

Sustentabilidade e contribuição com os indexadores do CNJ

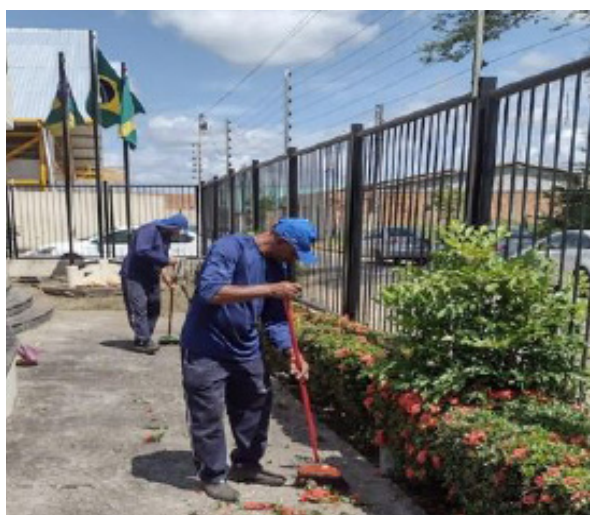
As ações conjuntas da Unidade Socioambiental e da Divisão de Almoxarifado contribuíram para uma redução considerável no consumo de papel e de copos descartáveis, permitindo que, sob esses critérios, o tribunal reduzisse o impacto desses objetos junto à natureza. Destaque para duas portarias que foram publicadas. A Portaria Normativa 39/2023 dispôs sobre a racionalização de insumos, notadamente com o estabelecimento de critérios e limites de consumo de copos descartáveis e de papel A4 no âmbito das unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça. Já a Portaria Normativa 43/2023 dispôs sobre a racionalização do consumo de água e de energia elétrica nos fóruns, prédios e demais espaços do Poder Judiciário de Sergipe.

Gestão dos consumos de energia e água

Os contratos que têm por objeto o fornecimento de energia e água ficam sob a responsabilidade da Coordenadoria de Serviços. Os seus acompanhamentos são marcados por análise criteriosa de medições, verificação de alterações de dados e convocação do Departamento de Obras quando percebido quaisquer vazamentos ou queda no fornecimento de energia.

Limpeza e conservação

A Divisão de Serviços Gerais desempenha papel fundamental na preservação das unidades que compõem o Tribunal de Justiça de Sergipe. Os serviços de limpeza, jardinagem e combate a pragas compuseram as rotinas diárias da unidade.



DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Os projetos e ações apresentados pela Diretoria de Gestão de Pessoas, no biênio 2023-2025, foram desenvolvidos conjuntamente com as unidades administrativas que a compõe, com o empenho e a colaboração de toda a equipe, contribuindo para implementação de benefícios para os servidores do Tribunal de Justiça de Sergipe.



Primeira posse de servidores aprovados no concurso de 2023

- Criação do Portal do Aposentado

- Alteração, junto à Presidência, no que se refere à Lei 8461/2018, que trata do bônus de desempenho pago no próprio exercício financeiro

- Alteração dos valores dos interníveis dos servidores

- Aquisição de Carteiras Funcionais dos Magistrados

- Projeto de Integração de Atos de Nomeação, Designação e Exoneração com os cadastros do sistema Mentorh

- Automação de gozo, indenização e pagamento de indenização de Licença-Prêmio, nos Sistemas Mentorh/ Portal do Servidor

- Atualização dos dados dos servidores no Mentorh para enquadramento nos moldes do e-Social

- Elaboração do Programa de Preparação à Aposentadoria de Magistrados

- Pesquisa de Satisfação Organizacional

- Novas implementações no Programa de Auxílio Educação Infantil

- Ampliação do Programa Auxílio Bolsa-Estudo, com inclusão da categoria Graduação

- Divulgação da relação nominal dos servidores/autoridades/Membros, seus cargos/funções, as respectivas lotações, as suas datas de admissão/exoneração/inativação e a carga horária semanal do cargo/função ocupada/desempenhada (Portal da Transparência)

- Identificação da remuneração nominal de cada servidor/autoridade/Membro e a tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções (Portal da Transparência)

- Divulgação da lista de estagiários (Portal da Transparência)

- Publicação da lista dos terceirizados que prestam serviços para o Poder ou órgão a instituição, contendo, em relação a cada um deles: nome completo, função ou atividade exercida e nome da empresa empregadora (Portal da Transparência)

- Divulgação na íntegra dos editais de concursos e seleções públicas realizados pelo Poder ou Órgão para provimento de cargos e empregos públicos (Portal da Transparência)

- Divulgação das informações sobre os demais atos dos concursos públicos e processos seletivos da Instituição: vagas efetivamente preenchidas, lista de aprovados com as classificações (Portal da Transparência)

- Cadastro da biometria de todos os servidores ativos e inativos do TJSE, para uso das catracas de acesso às unidades do TJSE

- Acompanhamento dos processos de trabalho objetivando a melhoria no levantamento de dados através dos relatórios do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos

- Levantamento de custo estimativo para acompanhamento da disponibilidade financeira, para o desenvolvimento de projetos ou para o cumprimento da Legislação

- Informações mensais das folhas de pagamentos ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, enviadas por meio do sistema Sagres

- Revisão dos processos de trabalho das áreas que compõem esta Diretoria, objetivando a melhoria/automação dos procedimentos.

Coordenadoria de Gestão (CODEG)

- Automação das demandas das Divisões e Setores ligados à Digepe
- Atualização e revisão dos procedimentos e rotinas das Divisões e Setores ligados à Digepe
- Automação do quadro da lotação paradigma de servidores junto à Diviala, nos termos da Portaria 32/23 e suas alterações
- Atualização do apostilamento dos atos, portarias, regulamentos e outros documentos que alterem a situação funcional dos servidores
- Coordenação das atividades de pagamento de pessoal, recolhimento de encargos sociais e consignações
- Organização e manutenção atualizadas das matérias atinentes a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores e magistrados do Poder Judiciário
- Realização de ações junto ao SergipePrevidência, acerca dos atos de interesse dos servidores e magistrados, visando a respectiva aposentadoria
- Criação de métodos de efetivos Controle e acompanhamento das ações das Divisões e Setores ligados à Digepe, bem como o fornecimento de dados que permitam um melhor gerenciamento da Diretoria de Gestão de Pessoas e demais setores administrativos do Tribunal

Divisão de Alocação e Avaliação (Diviala)

- Realização do Concurso de Remoção 01/2023, cujo edital foi homologado no Diário de Justiça 6.174, de 01/12/2023, sendo removidos um total de 247 servidores, dentre ocupantes e não ocupantes de cargo/função comissionada
- Realização do Concurso de Remoção de 01/2024, cujo edital foi homologado no Diário de Justiça 6.348, de 06/09/2024, sendo removidos um total de 52 servidores, dentre ocupantes e não ocupantes de cargo/função comissionada
- Convocações e movimentações de novos servidores aprovados no Edital 02/2023, referente ao concurso público para o ingresso nos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do Poder Judiciário de Sergipe, publicado no Diário da Justiça 6.233, de 20 de março de 2024, perfazendo um total de mais de 100 novos servidores para compor o quadro do Tribunal de Justiça de Sergipe.
- Suporte no atendimento às demandas para lotação de servidores nas unidades, com o devido aprimoramento do processo de distribuição de vagas, observando-se, dentre outros pontos, a concessão de trabalho remoto seja parcial ou integral nas unidades do Interior.
- Acompanhamento e aprimoramento das ferramentas de gerenciamento das portarias de cessão e requisição dos servidores, garantindo efetividade do cumprimento do processo e maior agilidade através de meio eletrônico



Divisão de Direitos e Deveres (Divideve)

- Criação de modelo de Requerimento de Aposentadoria no SEI, nos padrões do SergipePrevidência, para alinhamento com o sistema do SISPREV

- Tratativas com o SergipePrevidência para melhorias nos cumprimentos das diligências encaminhadas

- Modelos criados no SEI dos Quadros de Antiguidade para as devidas atualizações no Portal, de acordo com as remoções, promoções e titularizações dos magistrados, com objetivo de manter as informações sempre atualizadas

- Correções e ajustes nos parâmetros constantes no sistema Menthor, que interferiam nos resultados dos relatórios de concessões de licenças-prêmio e causavam prejuízos aos servidores

- Analisados os pedidos de recusa no recebimento das indenizações das licenças-prêmio, totalizando 377 requerimentos

- Simulações de aposentadoria, geradas pelo sistema Menthor, foram devidamente adequadas à nova legislação, sendo uma ferramenta bastante utilizada para prestação das informações

Divisão de Pagamento e Registro (Divipagreg)

- Elaboração das folhas do pessoal ativo, estagiários de nível médio e superior

- Auxílio-Saúde dos Inativos

- Indenizações

- RRA

- Premiação das Unidades

- Bônus Desempenho do Poder Judiciário

- Licença-Prêmio Ativos

- Licença-Prêmio Magistrados Inativos

- Antecipação de Gratificação Natalina

- Gratificação Natalina

- Automação da Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI)

- Automação dos Empréstimos Consignados em Folha; desde o mês de fevereiro/24 com a implantação do sistema eConsig. Além desse ganho operacional, proporcionou também uma maior segurança para os magistrados e servidores a fim de que seja evitada fraude, tendo em vista que por disposto em convênio a empresa é responsável pelo tratamento e envio dos dados entre as instituições financeiras e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, ressaltando que todo esse processo efetuado sem custos para o Tribunal

Setor de Movimentação e Registro (Setmorg)

- Recepção de média mensal de 1.500 processos gerados por meio do sistema SEI, com demandas diversas, sendo que a maior parte das ações executadas refletem em folha de pagamento

- Registro de direitos adquiridos pelos servidores/magistrados, como férias, folgas, bem como toda movimentação relacionada a afastamentos diversos (licença para tratamento de saúde, licença-prêmio, licença-maternidade, licença-paternidade, licença para casamento, licença por falecimento, licença para participar de pleito eleitoral, licença para interesse particular, entre outras; alteração de horário de trabalho; redução de carga horária; cadastro de regime de teletrabalho; cancelamento de faltas injustificadas; atualização de dados cadastrais; alteração de conta bancária; registro de elogios; registro de penalidades; etc.

- Efetivação diária das portarias publicadas no Diário da Justiça, seção Presidência, referentes às designações de servidores para substituir titulares de cargo em comissão/cargos efetivos de Chefia; às nomeações em cargo de comissão/efetivo; às exonerações em cargo em comissão/efetivo; aos afastamentos de magistrados; às cessões de servidores; aos cessa efeitos de portarias; remoção e promoção de magistrados; vitaliciedade; titularização de magistrado; Declaração de Estabilidade de servidor e demais portarias relacionadas a servidores/magistrados

- Reativação no sistema de servidores que retornam ao órgão, adotando as providências quanto à atualização de dados cadastrais e exigência de documentos do órgão para o qual estava cedido (em caso de servidor cedido)

- Cadastro da concessão de folgas aos servidores que estiveram à disposição do TRE durante as eleições (no 1º turno de 2024 foram recepcionados mais de 450 processos SEI para o respectivo cadastro) e homologação pelo chefe do setor.



Setor de Estágio (Setest)

– Processo de ambientação: aprimoramento do acolhimento e ambientação dos estagiários quando da concessão da bolsa-estágio;

– Inclusões, de 02/02/2023 a 11/10/2024, de 256 estagiários de nível superior; 158 de nível médio; 207 estagiários de conveniados e 144 estagiários voluntários

– Treinamento para uso das ferramentas de gerenciamento de recursos humanos, Mentor, direcionada às demandas da unidade, bem como estímulo e maior participação nos cursos oferecidos pela Ejuse pelos servidores da unidade

– Inclusão de cadastro: quando da inclusão de cadastramento de estagiário (conveniado, voluntário, indicado, aprendiz cotista, voluntário-Cejusc ou por convocação através do Processo Seletivo), toda a documentação do estudante é assentada e documentada

– Aprimoramento de ferramentas no Sistema de Concursos de Estágio, para uso nos Processos Seletivos automatizados através da intranet

– Gerenciamento do Processo Seletivo de Estagiário de Nível Médio 01/2024, realizado no dia 06/11/2024

– Gerenciamento para aquisição de fardamentos para os estagiários de nível médio, no valor estimado de R\$ 160.000,00 (fase de pregão em outubro de 2024)

– Gerenciamento do contrato com o agente integrador de estágio nível médio (CIEE), no valor de R\$ 28.987,20, com vigência até 21/06/2024

– Gerenciamento do contrato com o agente integrador de estágio nível médio (CIEE), através do 1º Termo Aditivo ao Contrato 24/2023, no valor de R\$ 228.987,20, com vigência até 21/06/2025

– Gerenciamento do contrato com o agente integrador de estágio nível médio (CIEE), através do 2º Termo Aditivo ao Contrato 24/2023, no valor de R\$ 29.792,40, com vigência até 21/06/2025

– Gerenciamento do processo seletivo de estagiário de nível médio 01/2023, realizado no dia 27/09/2023

– Gerenciamento do processo seletivo de estagiário de nível superior 01/2023, realizado no dia 14/06/2023

– Gerenciamento do processo seletivo de estagiário de nível superior 01/2024, realizado no dia 10/04/2024

– Gerenciamento da contratação da empresa seguradora para os estagiários de nível superior, no valor de R\$ 1.232,64, com vigência até 13/08/2023

– Gerenciamento da contratação da empresa seguradora para os estagiários de nível superior, no valor de R\$ 2.988,00, com vigência até 09/08/2025



Prova para estágio de nível médio no TJSE, em novembro de 2024

CENTRO MÉDICO

O Centro Médico (Cemed) é responsável por zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário de Sergipe. Para tanto, conta com profissionais atuando nas áreas da clínica médica, medicina do trabalho, ginecologia e obstetrícia, psiquiatria, enfermagem, odontologia, psicologia, fisioterapia geral, Reeducação Postural Global (RPG), pilates e serviço social. São realizados atendimentos preventivos, de urgência, exames periódicos de saúde, campanhas, ações e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida dos seus usuários.

Durante o biênio 2023-2025, os profissionais do Centro Médico realizaram cerca de 25 mil atendimentos, distribuídos nas especialidades de medicina, odontologia, enfermagem, psicologia, serviço social e fisioterapia. O Cemed ainda desenvolveu 14 projetos, estimando-se mais de 4 mil atendimentos. Além dos projetos foram realizadas outras 12 ações, que totalizaram cerca de 1.600 atendimentos.

Visando à melhoria da infraestrutura das instalações do Cemed, foram deflagrados

procedimentos para a realização de reformas, adequações nas suas Divisões, buscando oferecer mais conforto e segurança aos profissionais e aos usuários dos serviços. Assim, foram realizadas ações de modernização tecnológica dos consultórios odontológicos com aquisição de três equipamentos de ultrassons odontológicos e dois compressores odontológicos a seco.

Em 2023, foi deflagrado procedimento licitatório que resultou na assinatura do Contrato 32/2023, firmado entre o TJSE e a Termoclave Ambiental Ltda, cujo objeto é a coleta dos resíduos de saúde produzidos pelo Cemed. Nesse contrato foram incluídos a coleta de resíduos químicos, que não eram cobertos pelo contrato anterior.

Investimentos		
	2023	2024*
Aquisição de insumos e equipamentos	R\$ 66.856,88	R\$ 199.319,94
Contratação de serviços	R\$ 35.072,80	R\$ 22.798,30
TOTAL	R\$ 101.929,68	R\$ 222.118,24

**valores baseados na estimativa dos preços dos procedimentos licitatórios e na estimativa dos pagamentos das empresas prestadoras de serviços até o final de 2024*

ATENDIMENTOS						
2023						
	MEDICINA	ODONTOLOGIA	ENFERMAGEM	PSICOLOGIA	SERVIÇO SOCIAL	FISIOTERAPIA
Média mensal	240,33	211,08	120,33	192,41	40,91	252,41
Total anual	2.884	2.533	1.444	2.309	491	3.029
2024*						
Média mensal	287,4	224,9	118,5	145,2	37,9	204,3
Total anual	3.448,8	2.698,8	1.422	1.742,4	454,8	2.451,6

*Valores baseados nas médias obtidas até 30/10/2024

Exames periódicos de saúde (EPS)		
	2023	2024*
Requisições	296	327,6
Atendimentos	23	13,2

*Valores baseados nas médias obtidas até 30/10/2024

PROJETOS	AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS
Realizar Coaching em Grupo	Aprimorar o desenvolvimento pessoal e profissional dos magistrados e servidores, através das técnicas, ferramentas e conhecimentos de Coaching, gerando o autoconhecimento, melhor relacionamento interpessoal e saúde emocional. - Em 2023, foram realizados 109 atendimentos relacionados ao projeto; - Em 2024, mais de 100 atendimentos relacionados ao projeto.
Divulgar ações do Cemed e levar saúde para as Comarcas do interior	O objetivo deste projeto é divulgar os serviços do Centro Médico do TJSE para o maior número possível de servidores por meio da visitação dos profissionais da unidade às comarcas do interior e da realização de ações que estimulem a adesão aos serviços por ela oferecidos. - Em 2023, foram realizados 55 atendimentos durante a execução do projeto na Comarca de Itabaiana; - Em 2024, foram realizados mais de 100 atendimentos nas Comarcas de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.
Realizar campanhas de prevenção à Síndrome Metabólica	Promover campanhas de prevenção à Síndrome Metabólica no TJSE, através de palestras virtuais sobre as doenças que a compõem: obesidade, hipertensão e diabetes; além de campanhas presenciais com aferição da pressão arterial e glicemia. - Em 2023, o projeto realizou 54 atendimentos; - Em 2024, foram mais de 100 pessoas atendidas.
Orientar servidores e magistrados pais para ressignificar vínculos afetivos	Possibilitar mecanismos preventivos e de Elaboração nas relações afetivas da família, visando restabelecer vínculos saudáveis; além de desenvolver habilidades sociais que possibilitem uma melhor resolução de conflitos no ambiente familiar. - Em 2023, o projeto contou com 6 participantes; - Em 2024, o projeto contou com 29 participantes.
Orientação para a aposentadoria	Por meio de encontros com palestrantes há o objetivo de reduzir ansiedade associada à fase, servir de facilitador na elaboração de novos projetos de vida, promover o aprendizado de informações e ajustes às novas circunstâncias e criar estratégias para a manutenção da saúde após a aposentadoria; - Em 2023, foram 9 participantes; - Em 2024, foram 15 participantes.
Doação de sangue e medula óssea no Judiciário	Realizado em parceria com o Hemose para a doação de sangue entre servidores e magistrados, contribuindo para o aumento dos estoques de sangue e seus derivados no banco de sangue, além do cadastro como doadores de medula óssea por aquele hemocentro. - Em 2023, o projeto contou com a participação de 54 doadores; - Em 2024, foram 44 doadores.

PROJETOS	AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS
Atenção psicossocial às gestantes do TJSE	O objetivo do projeto é proporcionar um espaço de apoio, reflexão, visando alcançar meios de prevenção e cuidado à saúde das gestantes, melhor condição da saúde biopsicossocial e minimização do nível de ansiedade decorrente das mudanças ocasionadas pelo período gestacional; - Em 2023, foram atendidas 4 gestantes; - Em 2024, não houve demanda.
Acompanhamento psicossocial e psiquiátrico de dependentes químicos	O projeto realiza a intervenção psicossocial e psiquiátrica, objetivando o resgate da identidade do indivíduo, no campo familiar, psicológico, social e funcional, apoiando-o para que este reduza ou se mantenha absterção do tabagismo e do ato de ingerir álcool e/ou outras drogas. - Em 2023, 5 pessoas foram atendidas pelo projeto; - Em 2024, também foram atendidas 5 pessoas.
Práticas Integrativas no Judiciário	As Práticas Integrativas são recursos terapêuticos que estimulam mecanismos naturais de prevenção e recuperação da saúde, não se limitando à dimensão biológica, mas incluindo os aspectos psíquico, emocional e espiritual. Barra de Access, Reiki e Reprogramação Quântica Celular são as práticas integrativas atualmente ofertadas pelo Cemed. - Em 2023, foram realizados 144 atendimentos relacionados às práticas oferecidas; - Em 2024, foram mais de 400 atendimentos relacionados às práticas oferecidas.
Campanhas de Vacinação	São campanhas de vacinação a serem realizadas pelo Centro Médico do TJSE, com o apoio das Secretarias Municipais de Saúde, objetivando a inoculação dos servidores do Poder Judiciário com imunizantes contra doenças variadas nas maiores Comarcas do interior e da capital. - Em 2023, 490 integrantes das Comarcas de Aracaju (Fórum Gumersindo Bessa e Palácio da Justiça) e Estância foram imunizados. - Em 2024, até outubro, 336 integrantes das Comarcas de Aracaju (Fórum Gumersindo Bessa e Palácio da Justiça) e Lagarto; com previsão para ações nas Comarcas de Itabaiana e Estância.
Demanda psicossocial relacionada à violência contra a mulher	O objetivo do projeto é acolher demanda psicossocial de servidoras e magistradas que apresentam sofrimento psíquico e/ou emocional decorrente de violência de qualquer natureza (patrimonial, física, moral, psicológica ou sexual) e oferecer acompanhamento individual e/ou em grupo para reestruturação da sua condição psicossocial.
Ginástica laboral nas unidades do TJSE na capital	- Iniciado em fevereiro de 2024, foram realizados mais de 1.800 atendimentos.
Pré-Natal odontológico às gestantes do TJSE	O objetivo é instalar protocolo pré-natal de práticas odontológicas que objetivam promover e proteger a saúde bucal das gestantes, reduzindo os fatores de ordem bucal que estão relacionados ao risco de parto pré-maturo e baixo peso em crianças ao nascer. Também acolhe de forma humanizada as gestantes, orienta e desmistifica o atendimento odontológico durante o período gestacional, reduzindo os medos e ansiedades comuns ao período. - Em 2023, foram 09 atendimentos pelo projeto. - Em 2024, cerca de 12 atendimentos.
Protocolo de Atendimento Odontológico na Primeira Infância	O projeto objetiva implantar um protocolo de atendimento em Odontologia preventiva na primeira infância, de 0 a 6 anos, com uma visão profilática, focando na diminuição de tratamentos traumáticos e/ou mais complexos, trazendo um olhar humanizado na abordagem da criança desde cedo, eliminando os medos e a ansiedade relacionados à prática odontológica. Visa também a abordagem aos pais quanto aos cuidados necessários para o manejo da saúde bucal da criança, orientações quanto alimentação, uso de chupetas e mamadeiras, hábitos deletérios, surgimento da primeira dentição e os diversos aspectos odontológicos que envolvam a saúde bucal na primeira infância. - Em 2023, foram 17 atendimentos pelo projeto; - Em 2024, mais de 80 atendimentos.

OUTRAS AÇÕES	RESULTADOS ALCANÇADOS
Semana da Mulher	547 atendimentos realizados em 2023 238 atendimentos realizados em 2024
Palestra 'Saúde mental, se precisar, peça ajuda'	20 participações em 2023
Dia do Servidor	- Em 2023, as ações foram realizadas nos dias 26 e 27 de outubro, sendo realizados 317 atendimentos ao total. - Em 2024, as ações foram realizadas nos dias 30 e 31 de outubro, com mais de 200 atendimentos realizados.
Capacitação para identificação e atendimento de portadores de doenças ocultas e idealização de uma campanha sobre o tema	A finalidade foi a capacitação de militares e terceirizados que trabalham nas áreas de atendimento dos fóruns, nas estações de Raio-X e demais áreas correlatas, para reconhecer e abordar pessoas com doenças ocultas, deficiências físicas e em situação de rua, além de abordar temas como o racismo e transfobia. Ao total foram 97 participantes.
Tarde de Atenção aos Magistrados	- Realizada em 20/11/2023, o evento contou com a realização de palestra e oferta de alguns serviços de saúde aos magistrados.
Palestra 'A Fórmula da Felicidade sem Fórmula'	- Realizada em 25/10/2023 contou a participação de 87 pessoas e abordou temas relacionados à saúde mental.
Palestra 'Como dobrar seus resultados com a metade do esforço equilibrando as 12 áreas da saúde'	- Realizada em 12/12/2023, abordou temas relacionados à obesidade e outras questões emocionais e como prevenir as doenças interligadas com estas questões contou com a presença de 20 pessoas.
Palestra 'Conversando sobre o TEA'	Realizada em 05/04/2024, abordou temas relacionados com o Transtorno de Espectro Autista e contou com a presença de 35 pessoas.
Palestra sobre TDAH	Abordou temas relacionados ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e contou com a presença de 52 pessoas.
Palestra 'Como prevenir o Alzheimer'	Realizada em 10/10/2024 contou com a participação de 32 pessoas
Palestra 'Como Manter a Paz em Meio aos Desafios'	Realizada em 23/10/2024, abordou a mudança de perspectiva através da qual cada um lida com os desafios, contou com a presença de 29 pessoas.
Palestra 'Pais e Mães Atípicos'	Realizada em 25/10/2024, abordou temas relacionados aos desafios vivenciados por pais e mães na rotina de educação de filhos neurodivergentes.



Ginástica laboral no Fórum Olímpio Mendonça



Doação de sangue no Centro Médico do TJSE, em agosto de 2024



Consultório odontológico humanizado para atendimento de crianças



Centro Médico promoveu diversas campanhas de vacinação na capital e interior



Palestra sobre Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

DIRETORIA DE SEGURANÇA

A Diretoria de Segurança é o órgão de apoio operacional e de assessoramento em matéria de segurança do presidente do tribunal e demais magistrados, dos servidores e outras pessoas que circulam nos prédios do Poder Judiciário, dos bens patrimoniais, do acervo processual e dos bens apreendidos. É composta pela Divisão de Segurança Policial, pela Divisão de Segurança Eletrônica e pelo Núcleo de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário de Sergipe.

O TJSE obteve pontuação máxima – qual seja 20/20 pontos, perfazendo 100%, como resultado – no Prêmio CNJ de Qualidade 2024, atribuída à Comissão de Segurança Institucional, da qual a Diretoria de Segurança é membro, no requisito ‘Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher praticada em Face de Magistradas e Servidoras, Recomendação CNJ 102/2021’.

Outro resultado digno de registro foi a conclusão da instalação de sistemas de Circuito Fechado de TV (CFTV) para todas as unidades do TJSE, capital e interior, sendo possível acessar remotamente da Central de Monitoramento todas os prédios que compõem o Tribunal de Justiça de Sergipe. Além disso, foi registrado um aumento na capacidade de armazenamento das imagens capturadas nas unidades que, atualmente, é de aproximadamente 30 dias.

A Diretoria de Segurança teve proposta orçamentária para o exercício de 2025 aprovada sem qualquer corte, cuja soma total perfaz o valor de R\$ 18.744.000,00. Valor esse relacionado à execução de 19 ações-mestras no contexto da segurança do Judiciário sergipano.



Projetos e ações

Concluídos no biênio 2023-2025:

1. Aquisição de 20 Pistolas Beretta APX, Full Size, calibre 9 x 19mm, com quatro carregadores e uma maleta, através do Contrato 61/2021, a serem empregadas na Segurança Institucional do TJSE, recebidas em 05/07/2023. Valor do investimento de R\$ 46.845,20.
2. Aquisição de um veículo, tipo sedan médio, zero quilômetro, para atender às necessidades de proteção dos magistrados e servidores em situação de risco (Contrato 52/2023). Valor do investimento R\$ 152.800,00.
3. Aquisição de 5 pares de rádios comunicadores digitais portáteis para garantir a equipe de Segurança do TJSE. Investimento de R\$ 1.922,500.
4. Aquisição de câmeras e materiais para instalação e manutenção dos sistemas de CFTV dos Fóruns e unidades administrativas, possibilitando a ampliação do sistema (Contrato 58/2023 e Contrato 59/2023) para todas as unidades do TJSE, tanto na capital quanto no interior. Valor do investimento R\$ 353.798,00.
5. Aquisição de equipamentos para sistema de central de alarme (Contrato 01/2024) a fim de atender às necessidades de segurança das unidades do Poder Judiciário de Sergipe. Valor do investimento R\$ 113.490,00.
6. Aquisição de materiais para manutenção em cercas elétricas instaladas nos fóruns e unidades administrativas (Contrato 07/2024). Valor do investimento R\$ 39.518,50.
7. Contratação de empresa terceirizada para serviços contínuos de recarga de extintores de todas as unidades, além da aquisição e acréscimo de 100 novos extintores e 100 placas de sinalização para extintores, para atender às necessidades das unidades do Poder Judiciário de Sergipe. Valor do investimento R\$117.355,00.
8. Do início da atual gestão até outubro de 2024, foram destruídas 682 armas brancas, 2.631 armas de fogo e 8.710 munições vinculadas a processos judiciais. No mês de dezembro foram destruídas mais 350 armas de fogo.
9. Ações desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência, a exemplo do levantamento de alvos sensíveis que constituam ameaça aos ativos institucionais do Poder Judiciário, como os réus que participaram de audiências criminais e de forma presenciais, principalmente júri, e que possam comprometer a segurança dos magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como de suas instalações.

Em andamento

Já em andamento, foi gerado um SEI, em 27/06/2024, para uma nova licitação para a contratação de serviços de vigilância ostensiva armada, 24 horas, em 49 unidades do Poder Judiciário, tendo em vista que o Contrato 004/2019 se encontra com sua vigência em caráter excepcional até o dia 29/01/2025. Outro projeto que se encontra em andamento é a aquisição de 23 Pórticos Detectores de Metais.

Em 14/10/2024, foi iniciado um processo objetivando a aquisição de fechaduras biométricas digitais de embutir para porta de madeira, fechadura digital com leitor biométrico de sobrepor para porta blindada do paiol; além de outros equipamentos como martetele, parafusadeira e furadeira, que serão utilizados pelos técnicos da Divisão de Segurança Eletrônica nas atividades rotineiras de manutenção preventiva e corretiva dos recursos eletrônicos de segurança, instalados nas unidades do Poder Judiciário da capital e das cidades do interior.



Pistolas adquiridas no biênio



Foram destruídas mais de 2.600 armas de fogo



Quase 700 armas brancas foram destruídas em dois anos

DEPARTAMENTO DE OBRAS

O Departamento de Obras é responsável pelos projetos arquitetônicos e complementares, orçamentos, processos para licitação e fiscalização das obras de reforma, ampliação e construção de todos os imóveis pertencentes ao TJSE; assim como pela manutenção dos prédios existentes.

Durante o biênio 2023-2025 foram realizadas manutenções, através de empresas contratadas, em 21 unidades jurisdicionais: Gumersindo Bessa, Palácio da Justiça, Anexos I e II, Arquivo Judiciário, Estância, Laranjeiras, Riachuelo, Itabaiana, Propriá, Poço Verde, Neópolis, Aquidabã, Tobias Barreto, Fórum da UFS, Nossa Senhora do Socorro, Fóruns Integrados III, Memorial do Poder Judiciário, São Cristóvão, Marcos Freire II e Frei Paulo.

Através do sistema GLPI foram atendidos, em média, mais de 3.480 solicitações com o objetivo de reparos, manutenções corretivas e preventivas, bem como, conservação em todas as edificações pertencentes ao Tribunal de Justiça de Sergipe.



REFORMAS

Com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional, propiciando ambientes mais saudáveis e otimizados em seus espaços, o Departamento de Obras realizou a reforma em 6 imóveis:

- Gumersindo Bessa: maior unidade jurisdicional de Sergipe. Com 23.993,97 m² de área total construída, abriga 36 unidades entre cíveis e criminais, além do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Central de Plantão Judiciário, Central de Perícias e as Turmas Recursais. No Gumersindo Bessa, onde circulam uma média de 400 pessoas diariamente, foram executados serviços no forro colmeia, área externa, sombreadores e renovação nos compressores do ar-condicionado.

- Anexos I e II: foram executados serviços de reforma do 4º, 7º e 8º andar do Anexo I; e 7º e 8º andar do Anexo II para a melhoria da Ejuse.

- Memorial do Poder Judiciário: reforma da pintura da fachada.

- Frei Paulo: reforma geral.

- Laranjeiras: foram realizadas melhorias das instalações, otimização de espaços, gerando mais conforto a magistrados, servidores e para a população em geral.

Combate a incêndio

Com o objetivo de melhorar a segurança e diminuir os riscos de incêndio foram contratadas, através de processo licitatório, empresas com fulcro à elaboração de Projetos de Combate a Incêndio em 28 fóruns, os quais apresentavam precariedade em suas instalações de combate a incêndio ou cujos projetos se encontravam defasados perante as normas atuais dos bombeiros. Foram entregues 8 projetos e aprovados, pois 2 lotes foram distratados por descumprimento contratual da empresa.

Acessibilidade

Visando sempre melhorar a acessibilidade em todas as edificações pertencentes ao Tribunal de Justiça de Sergipe, o Departamento de Obras tem estudado e elaborado projetos de construção de rampas de acesso, sinalizações em braile, sanitários para cadeirantes, entre outras ações que visam facilitar o acesso à Justiça sergipana.

Projetos

Durante toda a gestão foram elaborados mais de 236 projetos, anexados ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI), entre estes, arquitetônicos, complementares e layouts, no intuito sempre de que as edificações acompanhem as evoluções tecnológicas e sociais, trazendo para a população ambientes adequados para suas demandas.

Objetivando a diminuição de custos e primando sempre pelos princípios da eficiência e economicidade, foram estudadas, levantadas e elaboradas planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, bem como, especificações e termos de referência para cada projeto concluído, totalizando uma ação de mais de 159 orçamentos durante o período.

Aquisição de produtos

Visando manter um quantitativo otimizado de materiais para utilização pela equipe de manutenção, diminuindo os gastos e aumentando a eficiência na aquisição de insumos ou prestação de serviços, mais de 26 atas de registro de preços foram elaboradas, quer seja para aquisição de novos produtos ou prestação de serviços, no intuito da renovação de atas já vencidas ou vincendas.

Com a aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado, foram repostos 22 (vinte e dois) equipamentos de refrigeração, nas diversas unidades jurisdicionais. E elaborado o novo processo licitatório para a aquisição de 325 aparelhos de ar-condicionados

novos em decorrência dos vários processos licitatórios anteriores terem fracassados ou distratados.

Implantação do sistema BIM

Dando continuidade ao processo de implantação do sistema *Building Information Modeling* (BIM), atendendo ao Decreto Federal 10.306/2020, foram realizados cursos de capacitação para os servidores, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Recursos hídricos e energéticos

Com a constante procura de soluções para a escassez hídrica e diminuição de custos relativos ao consumo de água, o Departamento de Obras continuou com as tratativas com a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) com o objetivo de implantar poços artesianos em alguns fóruns.

Acompanhando as tendências de melhoria energética do país, iniciou-se às tratativas para a entrada do Tribunal de Justiça de Sergipe no mercado de energia para todas unidades jurisdicionais, para tanto elaborou-se um estudo técnico, estando na fase de aprovação.

Foram adquiridos e instalados novos equipamentos, *chillers*, para a renovação do sistema de ar-condicionado do Fórum Gumersindo Bessa. Foi realizada a aquisição de tanque de combustível para o gerador do Fórum Gumersindo Bessa, substituindo o antigo devido a tempo de uso.



NÚCLEO DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

Em 24 de abril de 2024, através da publicação da Lei 9.441, foi criado Núcleo de Governança, Riscos e Compliance. Tem como atribuições a elaboração de pareceres técnicos na seara de Engenharia Civil, bem como em cálculos diversos no âmbito das Licitações e Contratos Administrativos do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Planejamento Estratégico

Os processos são distribuídos de acordo com a área de competência dos servidores. Ao longo do ciclo 2023-2024, uma série de medidas foram implementadas buscando a otimização dos trabalhos, sendo elas:

- Implementação de controle conjunto, com a Consultoria de Licitações e Contratos, com o Departamento de Obras e, mais recentemente, com a Secretaria de Finanças e Orçamento, dos Processos de Contratação de Serviços de Engenharia Civil e Arquitetura

- Expedição de orientações gerais para os gestores de contratos

- Implementação de nova possibilidade de liberação dos valores bloqueados em conta vinculada (Res. CNJ 169/2013)

- Realização de reuniões com os gestores de contrato para orientações no tocante aos procedimentos a serem adotados para análise e liberação de verbas da conta vinculada

- Elaboração e implementação de checklist para aplicação nos pedidos de repactuação de contratos e liberação das verbas contingenciadas na conta vinculada.

- Revisão de normativos que regem a unidade

- Implementação de controle dos processos de trabalho da unidade

- Levantamento sobre as práticas de integridade e compliance

- Levantamento sobre as práticas de integridade e compliance

- Participação na elaboração e normatização da conta vinculada

- Participação na elaboração do sistema de contratos de terceirização

- Participação em reunião sobre a Nova Lei de Licitações 14.133/2021 e sua regulamentação pelo Tribunal de Justiça de Sergipe

- Realização de reuniões com administração de empresas terceirizadas, quanto aos procedimentos adotados para análise e liberação de verbas da conta vinculada

- Realização de reuniões com os gestores de contrato para orientações no tocante às planilhas de formação de preços para processos licitatórios

- Participação nos Comitê de Gestão de Riscos (Cogeri), para acompanhar a Política de Gestão de Risco no âmbito do TJSE, e Comitê de Grandes Contratações (Cograco)

- Ações de capacitação: curso sobre a Nova Lei de Licitações 14.133/2021; participação no 6º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial; curso Princípios básicos de Integridade e Compliance para o Poder Judiciário, realizado pelo CNJ; curso Confecção de Estudos Técnicos Preliminares nos termos da Lei 14.133/2021; participação no II Fórum Internacional de Integridade do Tribunal de Justiça do Paraná; participação de capacitação dos servidores Governança e Gestão de Riscos na Lei 14.133/2021 e Conta vinculada na Nova Lei de Licitação

Estatística Processual

De 1 de fevereiro de 2023 a 30 de outubro de 2024 foram expedidos 687 documentos, entre pareceres e despachos, conforme tabela abaixo:

Total de Processos por tipo	2023		2024	
	Quantidade	Percentual %	Quantidade	Percentual %
Demandas singulares	42	16,47	64	14,81
Liberação de Conta Vinculada (Res CNJ 169/2013)	93	36,47	182	42,13
Licitação de Obras e Serviços de Engenharia	27	10,59	54	12,50
Medição de Obras e Serviços de Engenharia	48	18,82	55	1,39
Prorrogação de Vigência Contratual	3	1,18	6	12,73
Reajuste (exceto Contratos de Engenharia)	19	7,45	27	1,39
Aditivo de Contratos de Engenharia	0	0,00		6,25
Repactuação (terceirização)	12	4,71	20	0,00
Reajuste de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia	0	0,00		4,63
Alteração Contratual	11	4,31	16	0,00
Contratos de Obras e Serv. de Engenharia			8	1,85
Totais	255		432	



SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Secretaria de Finanças e Orçamento (Sefinor) tem a responsabilidade de examinar os processos recebidos, manifestando-se acerca da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros. O objetivo é atender as demandas planejadas quando da criação da proposta orçamentária. Além dessa rotina, acompanha diariamente os ingressos de receitas, oriundas de custas judiciais e emolumentos, entre outras, bem como do repasse do duodécimo. Esses valores são aplicados em investimentos bancários, garantindo um retorno financeiro para o TJSE. Operacionaliza ainda a execução da despesa pública por meio de empenho, liquidação e pagamento. Confecciona relatórios gerenciais para monitoramento da receita e despesa, assim como gera mensalmente o balancete e anualmente a prestação de contas a serem encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado para auditoria.

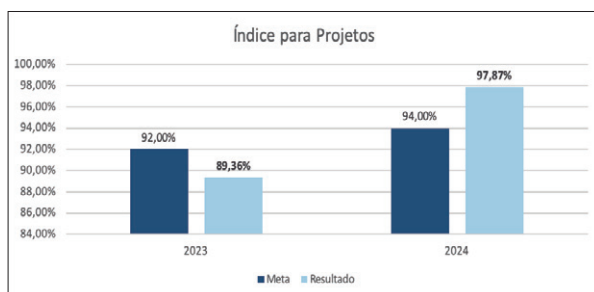
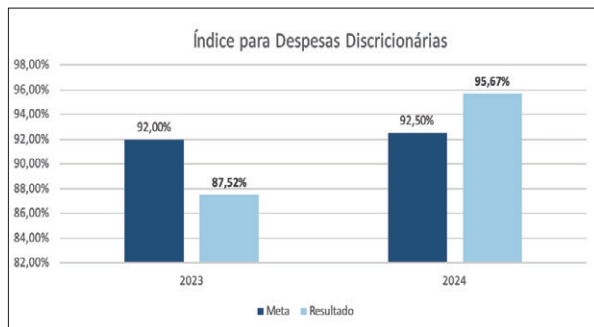
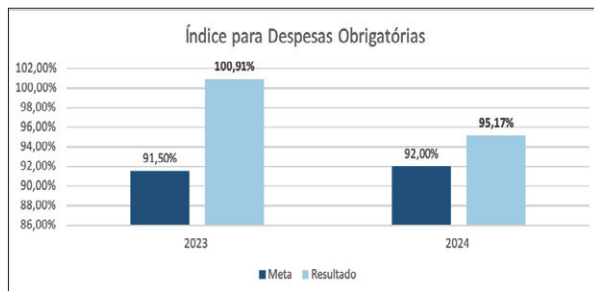
Projetos e ações

No contexto do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, a Sefinor possui em seu portfólio o macrodesafio 'Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira' (Resolução CNJ 25/2020). O objetivo é alinhar a alocação dos recursos orçamentários de custeio,

investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública. Isso envolve estabelecer uma cultura que adeque os gastos às necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da Justiça, buscando obter os melhores resultados a partir dos recursos aprovados nos orçamentos.

INDICADORES E METAS DO BIÊNIO 2023-2025

Indicador nacional	Índice de dotações para despesas obrigatórias		
Meta/Resultado	Índice de referência		
	Ano	2023	2024
	Meta	91,50%	92,00%
	Resultado	100,91%	95,17%
Indicador nacional	Índice de execução das dotações para despesas discricionárias		
Meta/Resultado	Índice de referência		
	Ano	2023	2024
	Meta	92,00%	92,50%
	Resultado	87,52%	95,67%
Indicador nacional	Índice de execução das dotações para projetos		
Meta/Resultado	Índice de Referência		
	Ano	2023	2024
	Meta	92,00%	94,00%
	Resultado	89,36%	97,87%



Nota: A medição realizada no ano de 2024 para compor os dados deste macrodesafio foram levantados somente até o dia 31/10/2024 e estimativos até 31/12/2024, não refletindo, portanto, o fechamento do ano para fins de alcance da meta estipulada.

Diretoria de Orçamento

Responsável pela elaboração, análise e acompanhamento da proposta orçamentária do Tribunal de Justiça. Seu papel é garantir a alocação eficiente dos recursos financeiros, alinhando-os às prioridades estratégicas da organização. Além disso, monitora a execução orçamentária e os custos gerencialmente, fornecendo relatórios que auxiliam nas decisões administrativas da Secretaria de Finanças deste Tribunal. Com um enfoque em transparência e responsabilidade fiscal, busca promover a sustentabilidade financeira a longo prazo. Por meio de uma gestão harmoniosa, a diretoria visa otimizar o desempenho e a eficácia da gestão dos recursos orçamentários.

A gestão orçamentária foi voltada para o fortalecimento dos recursos. No biênio 2023-2025, houve um crescimento de 22,04% aumentando em R\$ 162.136.442,00; passando de R\$ 735.723.838,00 para R\$ 897.860.280,00.

Gestão orçamentária no biênio 2023-2025

Renovação da frota de veículos R\$ 2.506.600,00	Abono de férias de magistrados R\$ 12.090.749,00
Investimentos em tecnologia R\$ 27.143.898,00	Indenizações de licença-prêmio R\$ 98.034.061,00
Reformas em unidades do PJ R\$ 12.531.747,00	Indenizações trabalhistas R\$ 11.415.104,00
Mutirões R\$ 2.880.597,64	Premiação Bônus Desempenho R\$ 15.654.291,00
Perícias Judiciais R\$ 2.519.639,60	Auxílio-Educação Infantil R\$ 1.654.410,00
Bolsa-Estudo R\$ 1.289.919,56	Aporte Financeiro p/ cobertura déficit previdenciário R\$ 9.492.799,00

Ações de monitoramento dos custos

Processo de Reconciliação: efetuado entre as origens de cálculos e rateio de custos, abrangendo folha de pagamento, patrimônio, requisições, liquidação e utilidades.

Metodologia de Integração: implementou-se uma metodologia de integração entre a folha e as métricas de rateio, visando otimizar a alocação de custos.

Inclusão de Item de Custo: incluído o item de custo originado do patrimônio, especificamente a depreciação, para refletir de forma mais precisa os custos associados aos ativos do Tribunal.

Alinhamento da Estrutura de Custos: realizou-se um alinhamento parcial da estrutura de custos com o órgão patrimonial, promovendo uma melhor integração entre as áreas.

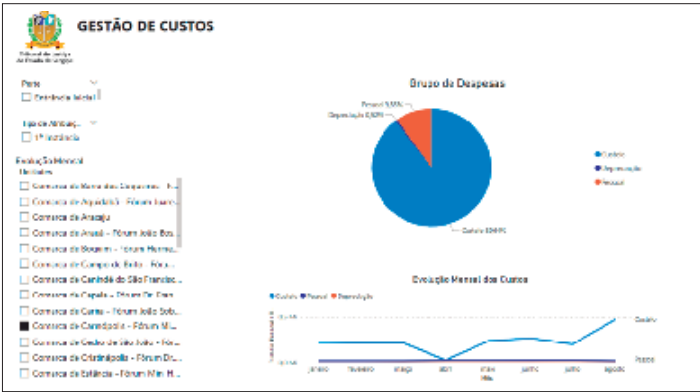
Atualização das competências contidas na Portaria TJSE 77/2018: foi solicitada a atualização das competências da Divisão de Acompanhamento Gerencial (Diviagen), com a inclusão da alínea “VI - Manter um sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial” no art. 112. O objetivo de garantir a eficiência dos processos administrativos e embasar a criação e publicação dos mapeamentos de processos de trabalho conforme normativos internos deste Tribunal.

Além disso, o sistema de custos foi preparado para a criação de métricas com o objetivo de ratear os custos por tarefas.

Foram criadas atribuições para a implantação de métricas, como horas trabalhadas ou unidades produzidas, além da possibilidade de considerar atividades com um grau de complexidade maior em relação a outras tarefas.

Foi utilizada também a ferramenta de gestão gerencial, sistema disponibilizado pela Microsoft Power BI, com o objetivo de publicar no Portal de Transparência um painel de gestão de custos por áreas competentes do Judiciário, conforme atribuído pela Resolução CNJ 219/2016.

A ideia é demonstrar o gasto por grupo de despesa (custeio, depreciação e pessoal) de cada centro de custos, de acordo com o porte (Entrância inicial e final) e áreas (1ª e 2ª instâncias, apoio direto e apoio indireto). Assim, o TJSE compromete-se com a transparência pública, principalmente no que se refere à qualidade do gasto público.



Diretoria Financeira

Responsável pela gestão eficiente dos recursos financeiros da instituição, promovendo e coordenando as atividades de execução orçamentária do Poder Judiciário. Além disso, realiza atividades de contabilidade, tesouraria e controle de despesas e receitas, assegurando a transparência e a responsabilidade fiscal na aplicação dos recursos. Também elabora relatórios financeiros e presta contas aos órgãos de controle interno e externo, contribuindo para o bom funcionamento administrativo do Tribunal.

Receitas/ingressos – Orçamentário			
Receitas e duodécimos	Previsão	Arrecadação	Superávit/Déficit
2023	R\$ 710.549.167,75	R\$ 712.892.073,65	R\$ 2.342.905,90
2024	R\$ 742.611.812,00	R\$ 743.313.221,92	R\$ 701.409,92

Nota: Projeção até dezembro/2024

Receitas/ingressos – FERD			
Receitas	Previsão	Arrecadação	Superávit/Déficit
2023	R\$ 105.480.000,00	R\$ 131.829.712,47	R\$ 26.349.712,47
2024	R\$ 120.000.000,00	R\$ 151.608.009,03	R\$ 31.608.009,03

Nota: Projeção até dezembro/2024

Despesas/dispêndios – Orçamentário			
Ano	Empenhado	Liquidado	Pago
2023	R\$ 705.631.118,08	R\$ 703.959.864,00	R\$ 703.550.690,86
2024*	R\$ 736.600.000,00	R\$ 570.651.058,04	R\$ 570.101.118,99

Nota: *Empenhado – Valores apurados até outubro/2024 e projetados para os meses de novembro e dezembro/2024; Liquidado e pago – Valores apurados até outubro/2024;

Obs.: Adicionado a esses valores, destaca-se que houve repasse ao Sergipe Previdência, referente ao aporte previdenciário/financeiro, no montante de R\$ 4.883.410,35, em 2023, e de R\$ 5.106.150,09, até setembro/2024 mais um valor estimado para o período de outubro-dez/2024, de R\$ 1.650.000,00, perfazendo um total/ano de R\$ 6.753.150,09.

Despesas/dispêndios – FERD			
ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2023	R\$ 94.842.299,57	R\$ 71.879.801,70	R\$ 71.854.270,88
2024*	R\$ 149.548.000,00	R\$ 103.890.885,00	R\$ 103.296.702,23

Nota: *Empenhado – Valores apurados até outubro/2024 e projetados para os meses de novembro e dezembro/2024; Liquidado e pago – Valores apurados até outubro/2024

Melhorias implementadas

- Contratação, em andamento, do módulo de contratos terceirizados, para controle das retenções de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Resoluções 169 e 183/2013
- Elaboração da Instrução Normativa 01/2024, publicada no Diário da Justiça 6380, de 22 de outubro de 2024, referente à normatização quanto à gestão das contas vinculadas das empresas prestadoras de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra
- Criação de camada de segurança nas remessas de pagamentos deste Poder, visando confiabilidade e integridade dos dados transmitidos ao Banese
- Contratação da Imprensa Oficial de Sergipe (IOSE) para publicação de relatórios gerenciais no Diário Oficial do Estado

- Contratação do Banco do Brasil para arrecadação das taxas de inscrição do concurso público de Outorga de Notas e de Registro e para provimento cargos de Técnico e Analista Judiciário

- Processo de credenciamento de instituições financeiras oficiais para gerenciar, em regime concorrencial, as contas de depósitos judiciais, inclusive precatórios, no âmbito do TJSE e a consequente gestão do contrato firmado com a instituição financeira credenciada até a presente data, o Banco do Estado de Sergipe.

Diretoria de Gestão e Arrecadação Fiscal (FERD)

A Diretoria de Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal é responsável pela fiscalização, gerenciamento, orientação e acompanhamento das receitas oriundas com a arrecadação das custas processuais e emolumentos dos cartórios extrajudiciais entre outras taxas, destinadas ao TJSE. Também elabora normas concernentes aos serviços listados acima com a finalidade de padronizar e facilitar o acesso às informações às partes e seus procuradores.

Projetos e ações

- Cumprimento de determinação de retenção de imposto de renda pelos fundos de compensação por atos gratuitos
- Respostas mensais às solicitações das partes processuais, advogados, serventuários e servidores da justiça no que tange a desbloqueios, revalidações e vinculações de guias judiciais e extrajudiciais
- Inscrições em dívida ativa das custas processuais não pagas
- Cálculo e envio mensal do fundo de apoio ao registro civil com base no cumprimento e operacionalização do Provimento 17/2021 da Corregedoria-Geral de Justiça de Sergipe, que estabelece limite aos recursos a serem transferidos às serventias deficitárias para fins de garantir a renda mínima, previstos no artigo 3º do Provimento nº 81/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, oriundos dos recolhimentos efetuados pelos interinos de serventias extrajudiciais vagas ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
- Auditorias nos cartórios extrajudiciais, confrontando as informações através do sistema de arrecadação de cartórios extrajudiciais, gerando encaminhamento à Corregedoria para as devidas apurações

- Implantação do novo sistema de prestação de contas dos interinos (balancetes), no sistema de arrecadação de cartórios extrajudiciais
- Realização de conferências mensais dos balancetes dos interinos dos cartórios extrajudiciais visando confrontar e fiscalizar as informações lançadas bem como os pagamentos dos que excederam o teto constitucional
- Processo de aquisição de papéis de segurança utilizado em todas certidões emitidas pelos cartórios e maternidades vinculadas ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
- Projeto para a virtualização do peticionamento para processos administrativos de ressarcimento de custas e emolumentos
- Atualização monetária anual com base no INPC acumulado dos valores das custas processuais
- Prestação de informações à Sefaz, Receita Federal e as Prefeituras Municipais sobre a arrecadação mensal dos cartórios extrajudiciais
- Revisão e atualização dos sistemas de custas e cartórios extrajudiciais
- Previsão de implantação do pix para pagamento das custas judiciais em dezembro/24
- Portaria que dispõe sobre a prestação de contas e a responsabilização de interinos e interventores das serventias extrajudiciais de Sergipe
- Mapeamento dos processos de trabalho desta diretoria, tendo sido homologado quatro processos, quais sejam: desbloquear guias, vincular guias, revalidar guias e conferir balancete.



SETECI | Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Seteci) é o órgão responsável pelo planejamento, gerenciamento, coordenação, modernização, implementação dos serviços que envolvem o processamento informatizado e o assessoramento técnico relacionado às questões de tecnologia da informação e comunicação de dados do Poder Judiciário de Sergipe. É composta pelas Diretorias de Atendimento ao Usuário, de Desenvolvimento de Sistemas, de Infraestrutura de TIC e de Sistemas de Gestão.

No biênio 2023-2025 foram aplicados quase R\$ 40 milhões, entre custos de manutenção de contratos existentes, além de novas aquisições em tecnologia da informação e comunicação. Entre as principais aquisições destacam-se:

- Aquisição de 2.320 microcomputadores para a área-fim, com custo total de quase R\$ 10 milhões

- Quase R\$ 3 milhões em ampliação de servidores computacionais (processamento, armazenamento e memória)

- Mais de R\$ 5,3 milhões investidos em segurança da informação

- Ampliação significativa de capacidade dos links de dados do interior com redução de custo em torno de R\$ 750 mil por ano

Os projetos da Seteci estão alinhados aos macrodesafios do Planejamento Estratégico do TJSE, assim como ao programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça, trazendo benefícios para as unidades judiciárias do 1º e 2º Graus, para os órgãos parceiros (OAB, Defensoria Pública, Ministérios Públicos Estadual e Federal, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça), cartórios extrajudiciais e, principalmente, para o cidadão. Entre os projetos relacionados, destacam-se:

- Integração ao BNMP 3.0	- Validador Pessoal
- Integração ao Diário de Justiça Nacional	- Robô T.A.I.S.E
- Integração ao Domicílio Judicial Eletrônico	- SEI 4.0
- Implantação do Regimento Interno	- PIX Judicial
- Controle do Sigilo Processual	- Novo aplicativo para celulares
- Certidão Tá On	- Modelos visual law
- Votação Ágil	- Advogado Dativo e Anexa Fácil
- Implantação da nova plataforma de BI com novo painel de Metas	

Projetos e ações

Concluídos

Diretoria de Atendimento ao Usuário
- Aquisição de 268 microcomputadores R\$ 1.978.907,50
- Aquisição de 52 microcomputadores R\$ 380.181,50
- Aquisição por adesão de 2000 microcomputadores – R\$ 7.636.000,00
- Implantação do Outsourcing de Impressão 1ª etapa, 364 equipamentos, R\$ 582.480,24
- Implantação do Outsourcing de Impressão 2ª etapa, 323 equipamentos, R\$ 510.157,68
Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas
- Controle do Sigilo Processual
- Projeto Validador Pessoal
- Projeto Votação Ágil
- Projeto Etiquetas no 1º Grau
- Integração do SCPv ao Portal de Serviços do Poder Judiciário – CNJ
- Novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça
- Projeto Advogado Dativo
- Projeto Anexa Fácil
- Integração do SCPv ao Domicílio Eletrônico
- Projeto Painel de Saneamento – CNJ
- Projeto Validador Processual
- Projeto Controle Individual de Gratuidade
- Projeto Robô T.A.I.S.E.
- Projeto Certidão Tá On
- Automatizar Distribuição Criminal
- Integração do SCPv com o Sistema BNMP 3.0
- Integração do SCPv com o sistema INFODIP (TSE)
- Implantação da 3ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Barra dos Coqueiros, com secretaria unificada

- Implementação no SCPv 2º Grau da numeração fixa dos Gabinetes
- Automatizar Distribuição do 2º Grau
- Transformar 9ª Vara Criminal de Aracaju em 2º JUVIDOFM
- Implantação do Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN)
Diretoria de Infraestrutura de TIC
- Contratação de empresa de cabeamento estruturado R\$ 201.040,00/ano
- Aquisição de impressora de crachá e suprimentos para confecção de 3400 crachás – R\$ 37.930,53
- Aquisição de switches de distribuição para aumentar a capacidade de rede entre o Palácio de Justiça e o Gomersindo Bessa – R\$ 266.679,39
- Contratação de 37 smartphones para expansão do Balcão Virtual R\$ 20.429,92/ano
- Expansão de servidores em plataforma de hiperconvergência (Simplivity) – R\$ 435.000,00
- Aquisição e implantação de servidores de hiperconvergência (Nutanix) – R\$ 2.507.500,00
- Contratação e implantação de sistema de detecção de anomalias de rede – R\$ 2.133.045,84
- Contratação e implantação de sistema de análise de performance de aplicações – R\$ 727.460,16
- Contratação e implantação de sistema de gerenciamento de credenciais privilegiadas – R\$ 1.439.575,00
- Aquisição e substituição de equipamentos de firewall principais R\$ 342.479,00
- Contratação e implantação de nova ferramenta de antivírus R\$ 597.285,50
- Aquisição e substituição de 10 firewalls endpoint no interior R\$ 120.395,00
- Contratação de links de internet para o interior para backup dos links principais – R\$ 280.800,00
- Contratação de links MPLS para o interior com aumento substancial de velocidade – R\$ 331.996,56
- Migração para ampliação de infraestrutura para melhorar o desempenho do Codex
- Implantação do processo de laC
- Entrega de ferramenta local de edição de PDF
- Implantação de ferramenta de análise de desempenho de aplicações baseada em software livre
- Migração da principal base de dados do TJSE do Intersystems Caché para o Iris

- Desenvolvimento de ferramenta para monitoramento de consultas no banco de dados Iris
- Incorporação da equipe de BI com reformulação de atividades e processos
- Implantação do PowerBI
- Projeto de integração de equipe multidisciplinar para desenvolvimento dos painéis das metas do CNJ no PowerBI

Diretoria de Sistemas de Gestão FOTO 02

- Pagamento de Custas Judiciais via PIX
- Novo módulo de devolução de custas extrajudiciais
- Novo módulo de parcelamento de guias
- Novo módulo de gerenciamento de cursos gratuitos
- Carteirinha dos magistrados e servidores no App
- Integração ao SSO do CNJ
- Segundo fator de autenticação no assinador de alvarás
- Nova consulta processual
- Novo aplicativo do TJSE
- Modelos visual law
- Integração, expansão do Domicílio Eletrônico e intimação de outros destinatários nos processos
- Integração com o novo provedor de SMS
- Novo Sistema de Perícias (módulos: pré-cadastro, agenda e recibo de pagamentos)
- Portal do Aposentado
- Portal do Escritório de Projetos
- Portal de Gestão de Risco
- Portal do GMF
- Portal da Inovação Judiciária
- Portal da Agência de Notícias
- Consulta Unificada de Atos
- Segundo fator no sistema da ouvidoria
- Segundo fator no GRP Web
- Implantação do módulo de frotas
- Implantação do SEI 4.0
- Novos módulos do EjuseWeb (acesso externo, ficha de avaliação de eventos e acesso ao material didático)
- Pagamento de Custas Extrajudiciais via Cartão de Crédito e Pix
- Novo Sistema de Perícias (outras fases)



Iniciados

Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas

- Novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça
- Projeto Advogado Dativo
- Projeto Anexa Fácil
- Integração do SCPv ao Domicílio Eletrônico – CNJ
- Projeto Painel de Saneamento – CNJ
- Projeto Validador Processual
- Projeto Controle Individual de Gratuidade
- Projeto Robô T.A.I.S.E.
- Projeto Certidão Tá On – SEI
- Automatizar Distribuição Criminal
- Integração do SCPv com o Sistema BNMP 3.0
- Integração do SCPv com o sistema INFODIP (TSE)
- Implantação da 3ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Barra dos Coqueiros, com secretaria unificada
- Implementação no SCPv 2º Grau da numeração fixa dos Gabinetes
- Automatizar Distribuição do 2º Grau
- Transformar 9ª Vara Criminal de Aracaju em 2º JUVIDOFM
- Implantação do Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN)

- Projeto Votação Ágil
- Projeto Validador Pessoal
- Projeto Berna IA
- Projeto Etiquetas no 1º Grau
- Integração do SCPv ao Portal de Serviços do Poder Judiciário – CNJ
- Projeto Plantão Vespertino – Comarcas do Interior
- Banco de Precedentes Nacionais (BPN)

Em andamento

Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas

- Controle do Sigilo Processual
- Projeto Validador Pessoal
- Projeto Votação Ágil
- Projeto Berna IA
- Banco de Precedentes Nacionais (BPN)
- Projeto Etiquetas no 1º Grau
- Integração do SCPv ao Portal de Serviços do Poder Judiciário – CNJ

Diretoria de Sistemas de Gestão

- Pagamento de Custas Extrajudiciais via Cartão de Crédito e Pix
- Novo Sistema de Perícias (outras fases)



DEPARTAMENTO DE AUDITORIA INTERNA

O Departamento de Auditoria Interna (DAI) exerce exclusivamente atividade de avaliação e de consultoria, atuando de forma a agregar valor visando proteger e melhorar as operações organizacionais, auxiliando a alta administração a alcançar os seus objetivos institucionais. Para tal, adota uma abordagem sistemática para melhoria da eficácia, eficiência e efetividade dos processos de governança corporativa, de gerenciamento de riscos e de controle. O DAI está subordinado administrativamente à Presidência do Tribunal de Justiça e funcionalmente ao Pleno, sendo composto por duas divisões e três setores.

Na gestão 2023-2025, as atividades desenvolvidas contribuíram para atualização e aprimoramento das operações organizacionais, atendimento das determinações legais, normativas e dos objetivos estratégicos, bem como, para otimização da governança corporativa e do gerenciamento de riscos. As atividades da unidade ensejaram no aprimoramento dos mapeamentos, procedimentos e fluxos dos processos de trabalho, na implantação e alteração de controles informatizados da gestão, no avanço em índices nacionais, cumprimento de determinações de órgãos de controle

externo, afora a manutenção de serviços essenciais e imprescindíveis ao funcionamento da instituição.

PROJETOS E AÇÕES INICIADOS, CONCLUÍDOS OU A CONCLUIR GESTÃO 2023-2025

PROJETO/AÇÃO	DESCRIÇÃO/PERÍODO
Atualização do Manual de Auditoria Interna do TJSE	Uniformização/atualização do Manual de Auditoria Interna do TJSE com o Manual de Auditoria do Poder Judiciário (CNJ)
Elaboração dos Planos Anuais de Auditoria (PAA)	Exercício de 2024
	Exercício de 2025 (a concluir)
Elaboração dos planos de capacitação (PAC-AUD)	Exercício de 2024
	Exercício de 2025 (a concluir)
Elaboração e envio ao TCE/SE dos relatórios trimestrais de Controle Interno	1º trimestre 2023
	2º trimestre 2023
	3º trimestre 2023
	4º trimestre 2023
	1º trimestre 2024
	2º trimestre 2024
	3º trimestre 2024
	4º trimestre 2024 (a concluir)
Conferência e envio ao TCE/SE dos Relatórios de Gestão Fiscal	1º quadrimestre de 2023
	2º quadrimestre de 2023
	3º quadrimestre de 2023
	1º quadrimestre de 2024
	2º quadrimestre de 2024
	3º quadrimestre de 2024 (a concluir)

Envio ao TCE/SE do rol de ordenadores de despesa e responsáveis por valores e bens públicos	Exercício de 2023
	Exercício de 2024
	Exercício de 2025 (a concluir)
Acompanhamento de processos de interesse do TJSE junto do TCE/SE Elaboração do Relatório de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)	Acompanhamento de processos de interesse do TJSE em tramitação no TCE e respostas a diligências
	Exercício 2022
	Exercício 2023
Acompanhamento no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP do TCE/SE)	Exercício 2023
	Exercício 2024
Acompanhamento do Ranking da Transparência do CNJ	Exercício 2023
	Exercício 2024
Certificação e envio ao TCE/SE da prestação de contas anuais e demonstrações contábeis	Exercício 2022
	Exercício 2023
Ações coordenadas de Auditoria com o CNJ	Auditoria compartilhada sobre política contra assédio e discriminação no Poder Judiciário.
	Auditoria compartilhada sobre a política nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário.
Atividades de avaliação	Auditoria na gestão das contratações na locação de veículos.
	Auditoria na implementação/aprimoramento dos controles internos administrativos do Centro Médico.
	Auditoria especial na gestão de férias dos servidores efetivos e comissionados.
	Auditoria Especial no Cadastro, Marcação e Gozo de Folgas Eleitorais.
	Auditoria nos contratos de prestação de serviços/terceirização da Secretaria de Tecnologia da Informação. (a concluir)
	Auditoria sobre licença para tratamento de saúde.
Atividades de consultoria	Consultoria sobre o preenchimento das certidões de tempo de contribuições averbadas nas fichas funcionais dos servidores desta casa.
	Consultoria acerca da classificação orçamentária e financeira da despesa referente à licença compensatória.
Monitoramentos de ações coordenadas de auditoria com o CNJ	Auditoria compartilhada sobre política contra assédio e discriminação no Poder Judiciário.
	Auditoria compartilhada sobre a política nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário.
Monitoramentos de atividades de auditoria	Auditoria na gestão das contratações na locação de veículos.
	Auditoria na implementação/aprimoramento dos controles internos administrativos do Centro Médico.
	Auditoria especial na gestão de férias dos servidores efetivos e comissionados.
	Auditoria especial no cadastro, marcação e gozo de folgas eleitorais.
	Auditoria nos contratos de prestação de serviços/terceirização da Secretaria de Tecnologia da Informação.
	Auditoria sobre licença para tratamento de saúde

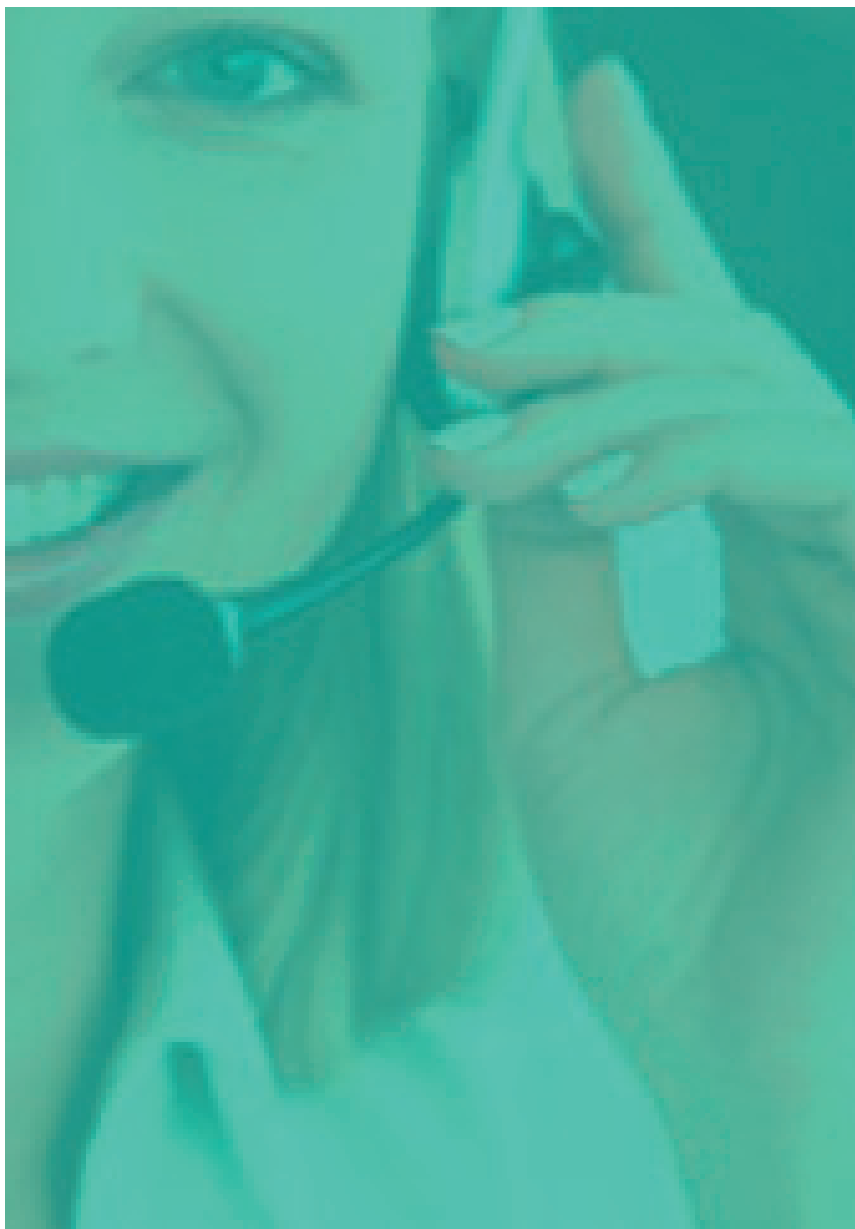


OUVIDORIA-GERAL

A Ouvidoria-Geral da Justiça tem o intuito de tornar o Poder Judiciário de Sergipe mais próximo da sociedade, sendo vinculada à Presidência do TJSE. A ela compete se comunicar entre órgãos externos e internos, recebendo e repassando informações pertinentes à administração do Tribunal de Justiça com a finalidade de informar, aprimorar, de forma a contribuir com a celeridade judicial e seu amplo acesso. Registra dúvidas, reclamações, sugestões, denúncias, elogios junto ao TJSE.

As manifestações recebidas servem de subsídio, colaborando para elevar o nível de excelência dos serviços prestados, permitindo ao Poder Judiciário um relacionamento democrático com a sociedade; a identificação de necessidades; um melhor direcionamento das ações; avaliação do grau de satisfação da população; e fortalecimento da imagem da instituição junto à sociedade. Também é responsável por receber e repassar solicitações sobre a Lei de Acesso à Informação.

Na gestão 2023-2025, a maior parte das manifestações cadastradas, que são os protocolos que demandam um tratamento mais apurado da Ouvidoria, foram reclamações (1.490), seguidas de informação (195), denúncias (01), tipificações que não se enquadraram em nenhuma das anteriores (99), Lei de Acesso (50), elogios (33) e sugestões (08).



Projetos e ações

Foi concluída a aprovação da Resolução 12/2023, que regulamentou as atribuições, a organização e o funcionamento da unidade, bem como instituiu a Ouvidoria da Mulher. Ainda durante a gestão, a Ouvidoria passou a funcionar no térreo do Anexo I, facilitando o acesso dos jurisdicionados. Juntamente à Seteci, foi desenvolvido no aplicativo do TJSE para celulares mais um canal de atendimento, podendo as manifestações serem cadastradas no app e direcionadas à Ouvidoria.

Além disso, está em andamento a Promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua no âmbito do Poder Judiciário de Sergipe, da qual a Ouvidoria é integrante para sugerir e contribuir com o projeto. Ainda foi aprovada a Comissão de Prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação no âmbito do TJSE.

Ouvidoria em Números

No biênio 2023-2025, entre os meios de acesso à Ouvidoria-Geral foi notada claramente a preferência dos usuários pelo uso do Formulário Eletrônico (1.176), acessado no Portal da Ouvidoria; pelo Disque-Ouvidoria foram 193 atendimentos; por e-mail 397; e 60 atendimentos presenciais. Os 1.190 pedidos de informação foram classificados da seguinte forma:

637 consultas simples ao andamento de processo
246 solicitações de informação que não se enquadram em nenhuma das categorias
55 pedidos de informação acerca de números de telefone e/ou endereços das unidades do Tribunal
17 informações sobre algo específico daquele dia
10 pedidos de informações relacionadas a cartórios e extrajudiciais
57 pedidos de informações sobre horário de expediente das unidades do Tribunal e/ou seu funcionamento
08 solicitações de informações acerca de processos que tramitam em segredo de justiça
47 pedidos de informação sobre questões não afetas à competência do TJSE
03 orientações ao manifestante, em causas de Juizados Especiais, quando não possuir advogado
50 solicitações de informação através da Lei de Acesso à Informação, sobre dados para pesquisa, sendo 50 deferidas e 0 indeferidas





FICHA TÉCNICA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Secretária-Chefe de Gabinete

Paula Cecília Soares Primo Ferreira da Silva

Diretoria de Comunicação

Luciano Freire Araujo

Divisão de Jornalismo

Denise Rodrigues Correia Brandão

Coordenação de Cerimonial

Fernanda Ribeiro de Menezes Fontes

Divisão de Atos da Presidência

Maria Givaneide de Oliveira Ramos

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Juizes Auxiliares da Presidência

Dauquíria de Melo Ferreira

Gustavo Adolfo Plech Pereira

CONSULTORIA-GERAL

Consultora-Chefe

Rosemery Soares de Araújo Cardoso

Consultora de Licitações e Contratos

Natally Vasconcelos de Mendonça

Consultora de Processos Administrativos

Milena Carneiro Oliveira e Souza Jorge

Consultora de Processos Judiciais

Ysys Ismerim Guimarães

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Juíza Coordenadora

Iracy Ribeiro Manguera Marques

COORDENADORIA DA MULHER

Juíza Coordenadora

Jumara Porto Pinheiro

DEPARTAMENTO DE PRECATÓRIOS

Juiz Auxiliar da Presidência

Leonardo Souza Santana Almeida

Departamento de Precatórios

Marcella Barreto de Medeiros Trigueiros

Secretaria de Apoio

Thaise Louise Leite Barros

Divisão de Apoio e Recepção de Precatórios

Nathalia Andrade Lobão

Divisão de Processamento e Cálculos

João José da Silva

Divisão de Pareceres e Pagamento

Carla Gabriela Souza dos Santos Daneu

BIBLIOTECA CENTRAL

José Vieira Ramos

BIBLIOTECA SETORIAL DO FÓRUM GUMERSINDO BESSA

Norma Suely Santos Santana

MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Silvia Ângela Resnati

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Luciana Silva Siqueira Matos

Subsecretaria da Câmara Criminal

Sara de Sousa Rabelo Carvalho

Subsecretaria da Primeira Câmara Cível

Gabriela Oliveira Mandarino

Subsecretaria da Segunda Câmara Cível

Fabiola Cristina de Menezes Prado Amado

Central de Mandados do 2º Grau

Antônio Pedro Machado dos Santos

Central de Protocolo e Registro

Ticiane Leite de Moraes Cunha

Central de Plantão Judiciário

Layseane dos Santos Machado

ARQUIVO JUDICIÁRIO

Maria Assunção Ribeiro de Paula

Divisão de Avaliação Documental

Alessandra Lemos Curvello Doséa

Divisão de Recuperação e Consulta Documental

Maria de Fátima Lima Vasconcelos Boaventura

Divisão de Memória Judicial

Maira de Freitas Fernandes Paim

COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

Thyago Avelino Santana dos Santos

Divisão de Serviço Social

Maria Luzineide de Araújo Almeida

Divisão de Psicologia

Luana Monise Lima Santana

Divisão de Perícias Contábeis

Tatiane Batista Alves de Carvalho

Setor de Engenharia Civil

Jairo Rodrigues Corrêa

DIRETORIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Thiago Porto Moraes

Divisão Cível

Alice Emanuela de Oliveira Santos

Divisão Criminal

Karla Vanessa Nunes Aragão Cardoso

Divisão de Juizados Especiais

Luciana Guerra Gonçalves

Divisão de 2º Grau

Igor Eduardo Matos Melo de Carvalho

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Carlos Benjamim Carvalho da Cruz

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento

Felipe Baptista Prudente

Divisão de Planos e Programas

Charlton Alexandro Andrade Almeida

Divisão de Estatística e Planejamento Estratégico

Jesy Karolyne Sales dos Santos

COORDENADORIA DE ANÁLISE ESTATÍSTICA

Nilson Barros Santos

Divisão de Desenvolvimento Administrativo

Felipe Duarte Franco

Divisão de Apoio Tecnológico

Wesley Santos Melo

Diretoria de Administração

Murilo Gomes da Silva Júnior

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Valmir de Farias Lima Júnior

Divisão de Compras

Ana Lorena Dantas de Andrade Nunes Gois

Divisão de Almoxarifado

Marcelo Henrique da Silva Freitas

Divisão de Patrimônio

Maurício Correia de Mattos

Divisão de Controle de Material

Renilson Tavares Figueiredo

Coordenadoria de Serviços

Virgínia Maria de Azevedo

Divisão de Transportes

José Rosa Felipe Filho

Divisão de Protocolo

Lourival Batista Bittencourt Neto

Divisão de Serviços Gerais

Kleber Monteiro Marcelino

Divisão de Serviços ao Cidadão

Ana Zulmira Freire Barreto de Souza

Supervisão do Palácio da Justiça e Centro Administrativo

Maria Rivaneide Oliveira

Supervisão do Fórum Gumersindo Bessa

Danilo Caetano Silva Costa

Supervisão do Protocolo Integrado do Fórum Gumersindo Bessa

Bruno José Pereira Franca Dantas

Supervisão do Protocolo de Correspondência do Fórum Gumersindo Bessa

Silvana Bezerra Silva

Núcleo de Governança, Riscos e Compliance

Pablo Roberto Nascimento Moreira

Diretoria de Gestão de Pessoas

Ana Cristina Machado Silva

COORDENADORIA DE GESTÃO

Fernanda Virgínia de Freitas Schuster

Divisão de Pagamento e Registro

Hans Crystian Anderson de Oliveira Lobo

Setor de Movimentação e Registro

Anete Oliveira Passos de Araújo

Divisão de Direitos e Deveres

Denilse Barbosa de Mendonça Romeiro

Divisão de Alocação e Avaliação

Ana Luíza Moura de Sena e Silva

Setor de Estágio

Luciana Moraes Carvalho Brandão

Centro Médico

Cristiane Moraes de Goes

Divisão Médica

Rosita Fiorotto Sanchezz Anhê de Carvalho

Divisão Odontológica

Aline Alves Valois Galvão

Divisão de Atendimento Psicossocial

Sheilla Tatiana Costa de Oliveira

Divisão de Fisioterapia

Bianca Ribeiro de Moraes

Diretoria de Segurança

Júlio Flávio Leite Prado

Divisão de Segurança Policial

Valmir Tavares dos Santos

Divisão de Segurança Eletrônica

Alvanese da Silva Cahino Pereira

Departamento de Obras

Rosa Cecília Soares Primo

COORDENADORIA DE PROJETOS

Juliana Viana de Mendonça

Divisão de Arquitetura

Clarissa Lisboa Brito

Divisão de Custos e Orçamentos

Adriana Batista Hagenbeck Santos

COORDENADORIA DE OBRAS

Ana Celeste Dória Oliveira

Divisão de Manutenção e Fiscalização da Capital

Eline da Silva Lisboa

Supervisão da Capital

José Francisco Alves Mota

Divisão de Manutenção e Fiscalização do Interior

Daniel Carlos Floresta Felix

Supervisão do Interior

José Evandro Monteiro Pereira

Orisvalda Nunes Barreto Nascimento

Divisão de Engenharia

Alex Costa Araújo

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Márcia Martins Cardoso de Souza

Diretoria de Orçamento

Nilza Oliveira Bonfim

Divisão de Elaboração e Gestão Orçamentária

Ana Flávia dos Santos Cruz

Divisão de Acompanhamento Gerencial

Sirley MacLaine da Graça

Diretoria Financeira

José Alberto Alves Santana Júnior

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira

Joseane Ester Siqueira

Setor de Empenho

Jacqueline Moraes Guimarães

Divisão de Contabilidade

Samuel Freitas de Souza

Divisão de Liquidação

Magno Clécio dos Santos Alves

Diretoria do Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal

Amanda Barreto Vasconcelos

Divisão do Sistema de Arrecadação do FERD

Rodrigo Vasconcelos Lima

Divisão de Gerenciamento da Receita e Programação Financeira

Thiago Augusto Almeida Maynard

Divisão de Gestão Fiscal

Diomedes Carvalho de Mesquita

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Max Ricardo Borges Ribeiro

Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas Judiciais

José Augusto Rocha Júnior

Divisão de Sistemas da 1ª Instância

Rodrigo Malta da Silva

Divisão de Sistemas da 2ª Instância

Tamara Nascimento Chagas

Divisão de Sustentação aos Sistemas Judiciais

Fábio Cardoso Santa Rosa

Diretoria de Sistemas de Gestão

Pedro José do Nascimento Neto

Divisão de Portais e Canais Digitais

André Santos Oliveira

Divisão de Sistemas de Apoio Judicial e Administrativo

Fernando Rodrigues Teles

Divisão de Sistemas Administrativos

Hugo Ferreira Alves Júnior

Divisão de Sistemas Extrajudiciais e de Arrecadação

Jorge Eduardo Santos Lima

Diretoria de Infraestrutura de TIC

Breno Lívio Santana Tavares

Divisão de Segurança da Informação

Adilson Oliveira Santos Júnior

Divisão de Engenharia de Dados

Gustavo Menezes Machado

Divisão de Redes e Convergência Digital

Mateus Novaes Santos

Divisão de Administração de Datacenter e Serviços

Wendell Pacheco Lessa

Diretoria de Atendimento ao Usuário

Lângesson Lopes da Silva

Divisão de Atendimento da Capital

Cantidiano Dantas Leite Cardoso

Setor de Gestão de Serviços de TIC

Fellipe Alves Pinto Gois

Divisão de Atendimento do Interior

João Rezende

Divisão de Manutenção de Equipamentos de TIC

Jorge Augusto Marozzi Cabral

Divisão de Atendimento às Audiências e Sessões

Marcelo Alexandre Santos

Departamento de Auditoria Interna

Fernando Santos Bezerra

Divisão de Auditoria de Gestão e Pessoal

Djenal Gonçalves Soares Filho

Setor de Gestão de Pessoal

Leila Maria Melo Andrade

Setor de Gestão Operacional

Luciana Lapa de Oliva Leite

Divisão de Auditoria Orçamentária e Patrimonial

Gabriela Andrade Secundo

Setor de Auditoria Financeira e Contábil

Andréa Paula Gomes Barreto Cajazeira



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE